

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)

RAFAELA BUENO RIBEIRO

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O LÚDICO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO
MUNICÍPIO GOIANO DE ITAPURANGA**

GOIÂNIA
2023

RAFAELA BUENO RIBEIRO

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O LÚDICO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO
MUNICÍPIO GOIANO DE ITAPURANGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria – Unialfa como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte

GOIÂNIA

2023

R484p

Ribeiro, Rafaela Bueno.

Políticas públicas educacionais e o lúdico na educação infantil: uma análise crítica do desenvolvimento regional do município goiano de Itapuranga. / Rafaela Bueno Ribeiro. – 2023.

109 f.: il. 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento Regional (MDR), Centro Universitário Alves Faria
(UNIALFA) – Goiânia, 2023.

1. Educação Infantil. 2. Políticas Públicas Educacionais. 3. Lúdico. 4.
Itapuranga/GO. I. Champangnatte, Dostoiowski Mariatt de Oliveira. II.
UNIALFA. III. Título.

CDU: 711:37

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, cuja graça e orientação foram fundamentais durante todo o percurso desta jornada acadêmica. À minha respeitável universidade, por proporcionar o ambiente propício ao aprendizado e crescimento intelectual.

Aos professores, expresso minha gratidão pela partilha de conhecimento e pela inspiração constante. Ao meu dedicado orientador, pela orientação sábia e apoio incansável ao longo deste trabalho.

Aos meus amados pais e à minha querida irmã, agradeço por serem alicerces sólidos, oferecendo amor, incentivo e compreensão em todos os momentos. Ao meu noivo, por sua paciência, apoio e por ser uma fonte constante de estímulo.

Dedico uma lembrança especial à minha saudosa avó, cujo legado e amor continuam a guiar meus passos, mesmo após sua partida. Sua sabedoria e carinho serão eternamente lembrados.

Cada um de vocês desempenhou um papel vital neste percurso, e por isso, minha sincera gratidão por fazerem parte desta conquista.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado analisa a implementação de políticas públicas de educação infantil em Itapuranga, Goiás, com um enfoque específico no uso do lúdico como recurso pedagógico e seu impacto no desenvolvimento regional. Partindo da premissa de que a educação infantil é um período crítico para o desenvolvimento humano integral e que o lúdico desempenha um papel fundamental na promoção de aprendizagem efetiva e desenvolvimento socioemocional, o estudo identifica os principais desafios e oportunidades no contexto de Itapuranga. O município tem demonstrado iniciativas positivas na integração do lúdico em sua abordagem educacional, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação infantil e impactando positivamente no desenvolvimento regional. No entanto, a pesquisa também destaca desafios persistentes, como a falta de recursos financeiros e a necessidade de formação continuada para educadores. O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto dessas políticas no desenvolvimento regional. Para isso, os objetivos específicos incluem a análise das políticas públicas implementadas, sua contribuição para o desenvolvimento regional, e a identificação de desafios e oportunidades no uso do lúdico como recurso pedagógico. A metodologia empregada foi uma revisão sistemática de literatura, abrangendo fontes acadêmicas e documentos governamentais. O estudo conclui que, apesar dos obstáculos, o caso de Itapuranga serve como um exemplo positivo e instrutivo que poderia inspirar outros municípios goianos e brasileiros. Ressalta-se a necessidade de políticas educacionais bem integradas e investimentos contínuos para superar as barreiras existentes e maximizar o potencial do lúdico como um recurso pedagógico eficaz. Esta dissertação contribui para uma compreensão mais profunda da complexa interação entre educação infantil, políticas públicas e desenvolvimento regional, e oferece recomendações para pesquisas e implementações futuras. As conclusões destacam a eficácia do lúdico e sugerem caminhos para pesquisas futuras, visando aprofundar o conhecimento nesta área vital.

Palavras-chave: Educação Infantil; Políticas Públicas Educacionais; Lúdico; Desenvolvimento Regional; Itapuranga/GO.

ABSTRACT

This Master's thesis investigates the implementation of public policies in early childhood education in Itapuranga, Goiás, focusing specifically on the use of play (lúdico) as a pedagogical tool and its impact on regional development. Recognizing that early childhood is a critical period for comprehensive human development and that play is essential for effective learning and socio-emotional development, this study identifies the main challenges and opportunities within the Itapuranga context. The municipality has shown positive initiatives in integrating play into its educational approach, enhancing the quality of early childhood education and positively influencing regional development. However, the research also highlights ongoing challenges such as financial resource constraints and the need for continuous training for educators. The primary objective of this study is to analyze the impact of these policies on regional development. Specific objectives include examining the implemented public policies, their contribution to regional development, and identifying challenges and opportunities in using play as a pedagogical resource. A systematic literature review methodology was employed, encompassing academic sources and governmental documents. The study concludes that, despite challenges, Itapuranga's case serves as a positive and instructive example that could inspire other municipalities in Goiás and Brazil. It emphasizes the need for well-integrated educational policies and continuous investments to overcome existing barriers and maximize the potential of play as an effective pedagogical resource. This dissertation contributes to a deeper understanding of the intricate interaction between early childhood education, public policies, and regional development, offering recommendations for future research and implementations. The findings underscore the effectiveness of play and suggest avenues for future research to deepen knowledge in this crucial area.

Keywords: Early Childhood Education; Educational Public Policies; Play; Regional Development; Itapuranga/GO.

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 Escolas públicas e particulares de Itapuranga (GO).....	87
Tabela 2 Estatísticas da Educação em Itapuranga.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF - Constituição Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

DCGO - Diretrizes Curriculares de Goiás

DCNEIs - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEI - Política Nacional de Educação Infantil

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: CONCEITOS, IMPORTÂNCIA E DESAFIOS	17
1.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18
1.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS	20
1.3 POLITICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL	22
1.3.1 Política Pública	24
1.3.2 Políticas voltadas à educação	26
1.3.3 Educação infantil e as concepções políticas educacionais	29
1.4 LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	33
1.5 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	35
1.6 DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE.....	37
1.6.1 A Formação de Professores para a Educação infantil	38
1.6.2 A Infraestrutura para a Educação infantil	40
1.6.3 O Financiamento da Educação infantil	42
1.7 ABORDAGENS E APLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE.....	44
2 O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITOS, IMPORTÂNCIA E BENEFÍCIOS	47
2.1 A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO UNIVERSO INFANTIL.....	47
2.2 DEFINIÇÕES DO TERMO "LÚDICO"	51
2.3 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	54
2.4 FORMAÇÃO DOCENTE E LUDICIDADE	57
2.5 ESTRATÉGIAS PRÁTICAS DE LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO	63
2.6 BENEFÍCIOS DO LÚDICO PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INFANTIL	66

2.7 ESTÍMULO DA CRIATIVIDADE, IMAGINAÇÃO E PENSAMENTO CRÍTICO ATRAVÉS DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	69
2.8 DESENVOLVIMENTO DA INTERAÇÃO SOCIAL E EMOCIONAL DAS CRIANÇAS ATRAVÉS DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	71
3 O LÚDICO COMO RECURSO PEDAGÓGICO E VECTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A EXPERIÊNCIA DE ITAPURANGA.....	73
3.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, O QUE É?.....	74
3.2 INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO INFANTIL	75
3.3 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	79
3.4 O IMPACTO DAS ATIVIDADES LÚDICAS NA ECONOMIA E NA CULTURA LOCAL.....	80
3.5 O LÚDICO COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL	81
3.6 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA INTEGRAR O LÚDICO NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	83
3.7 RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS QUE INCORPOREM O LÚDICO.....	84
3.8 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO EDUCACIONAL DE ITAPURANGA	86
3.9 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAPURANGA: DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO	89
3.10 O LÚDICO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAPURANGA	90
3.11 LEVANTAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS E INFORMAÇÕES DE RELATÓRIOS OFICIAIS PARA AVALIAR O IMPACTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAPURANGA	91
3.12 ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS DADOS COLETADOS	92
3.12.1 <i>Análise Quantitativa</i>	92
3.12.2 <i>Análise Qualitativa</i>	93
3.12.3 <i>Desafios e Considerações</i>	93
3.13 IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAPURANGA E POSSÍVEIS SOLUÇÕES.....	93

3.14 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO USO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAPURANGA, CONSIDERANDO A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES, PAIS E ALUNOS.....	94
3.15 CONTRIBUIÇÕES DO USO DO LÚDICO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS E PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	95
CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

INTRODUÇÃO

A educação infantil é uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano, pois é nessa fase que as crianças estabelecem as bases para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. No entanto, a implementação de políticas públicas eficazes para a garantia do acesso e da qualidade da educação infantil no Brasil ainda é um desafio a ser enfrentado. Nesse contexto, o uso do lúdico como recurso pedagógico tem sido apontado como uma estratégia importante para a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento infantil com reflexos nas demais etapas de ensino, e, portanto, com impactos positivos no desenvolvimento regional..

Itapuranga, um município com uma população de 26.113 habitantes situado na região central de Goiás, tem se destacado pelo dinamismo e pelo comprometimento com o desenvolvimento educacional, particularmente na implementação de políticas públicas voltadas para a educação infantil e na aplicação do lúdico como estratégia pedagógica. O município alberga 13 escolas de ensino fundamental e 5 de ensino médio, refletindo o empenho em fornecer uma infraestrutura educacional adequada. Apesar da densidade demográfica de 20,38 habitantes por quilômetro quadrado e um salário médio mensal dos trabalhadores formais equivalente a 1,7 salários mínimos, Itapuranga enfrenta desafios como a escassez de recursos financeiros e a necessidade de formação qualificada para os profissionais da educação. A análise da experiência educacional de Itapuranga, portanto, proporciona uma compreensão valiosa sobre como as políticas públicas e práticas pedagógicas podem influenciar o desenvolvimento humano e social da região (IBGE, 2022).

Será feita uma análise crítica dessa experiência, com o intuito de compreender o impacto dessas iniciativas no desenvolvimento regional e na qualidade da educação oferecida às crianças da região. Observando se o uso do lúdico na educação infantil no município goiano de Itapuranga contribuiu significativamente para o desenvolvimento integral das crianças e para a melhoria da qualidade da educação na região, atraindo novos investimentos, profissionais qualificados e estimulando a participação ativa da comunidade escolar.

Diante desse contexto, esta dissertação de mestrado tem como propósito realizar uma análise crítica da experiência de Itapuranga no que se refere às políticas públicas de educação infantil e ao uso do lúdico como recurso pedagógico, com foco no desenvolvimento regional. Para isso, serão realizadas pesquisas bibliográficas em fontes de diferentes áreas do conhecimento, como a pedagogia, a sociologia e a política pública, a fim de identificar as principais questões relacionadas ao tema em questão.

Ao examinar a aplicação do lúdico na educação infantil, emergem questões

significativas que transcendem o ambiente escolar e tocam no cerne do desenvolvimento regional. Estas inquietações incluem: Como a ludicidade tem sido integrada na prática pedagógica cotidiana das escolas de Itapuranga? Quais são os benefícios reais da aplicação de métodos lúdicos na educação infantil e como eles se refletem no desenvolvimento socioeconômico e cultural da região? Estas questões são cruciais, pois as atividades lúdicas não são apenas fundamentais para uma educação biopsicossocial de qualidade para as crianças, mas também têm o potencial de influenciar as políticas públicas e educacionais, contribuindo para o desenvolvimento regional de Itapuranga. A presente pesquisa busca, portanto, compreender não apenas a eficácia e a aplicação do lúdico no contexto educacional, mas também explorar como essas práticas pedagógicas podem ser um vetor para o progresso e aprimoramento regional.

Almeida (2017) ressalta, em seus estudos sobre a percepção adulta do uso de brincadeiras e jogos na educação infantil, que poucos adultos aceitam e estimulam o brincar infantil de maneira positiva. Para ilustrar, Almeida (2017) observa que, frequentemente, ao ver crianças brincando em espaços públicos, ouvimos comentários de adultos como 'Fiquem quietos!', 'Não corram muito!', 'Não façam bagunça!', 'Parem de brincar!' ou 'Menino(a) danado(a)!' (ALMEIDA, 2017, p. 39). Essa atitude reflete uma visão limitada sobre a importância do brincar na educação infantil, o que se constitui como um desafio para a mobilização social em torno dessa questão.

Compreender as atividades lúdicas como essenciais ao processo de ensino e aprendizagem, principalmente nos primeiros níveis de ensino, é um desafio, visto que muitas escolas ainda se apegam a uma concepção tradicional de ensino que limita a criatividade da criança. Neste contexto, Paulo Freire (1983, p. 27) sublinha a importância da comunhão e da colaboração no processo educacional ao afirmar que 'Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão'. Esta perspectiva ressalta a importância da interação e da liberdade criativa no aprendizado, elementos fundamentais em um ambiente educacional que valoriza o lúdico.

O objeto de estudo desta dissertação de mestrado é a análise das políticas públicas de educação infantil em Itapuranga, Goiás, com um enfoque particular na implementação do lúdico como recurso pedagógico e seu consequente impacto no desenvolvimento regional do município.

Realizar uma análise crítica das políticas públicas voltadas para a educação infantil e o uso do lúdico como recurso pedagógico em Itapuranga, considerando seu impacto no desenvolvimento regional.

Objetivos Específicos:

- Analisar as políticas públicas de educação infantil implementadas em Itapuranga.
- Compreender em que medida essas políticas têm contribuído para o desenvolvimento regional.
- Identificar os desafios e oportunidades envolvendo a implementação dessas políticas e a utilização do lúdico como recurso pedagógico.

Segundo Gil (2002), um dos critérios mais utilizados para classificar as pesquisas é o da natureza dos objetivos, que pode ser dividido em três tipos: exploratórias, descritivas e explicativas. As pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. As pesquisas descritivas têm como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. As pesquisas explicativas têm como objetivo identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (CHIZZOTTI, 2006).

Neste trabalho, optou-se por realizar uma pesquisa descritiva, pois se pretende descrever e analisar a experiência de Itapuranga na implementação de políticas públicas de educação infantil e no uso do lúdico como estratégia pedagógica, bem como avaliar o impacto dessas iniciativas no desenvolvimento regional e na qualidade da educação oferecida às crianças da região.

Outro critério utilizado para classificar as pesquisas é o dos procedimentos técnicos utilizados, que podem ser divididos em dois tipos principais: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental utiliza fontes primárias, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Neste trabalho, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica e documental, pois se pretende utilizar fontes secundárias, como livros, artigos, teses, dissertações, relatórios e documentos oficiais sobre o tema da pesquisa, bem como fontes primárias, como documentos produzidos pela prefeitura de Itapuranga, pelas escolas municipais e pelos profissionais da educação infantil.

A pesquisa bibliográfica e documental tem como vantagens permitir ao pesquisador abranger um maior número de fenômenos do que aquele que poderia observar diretamente, além de possibilitar uma análise mais profunda e crítica dos dados coletados (ANDRADE,

2010). No entanto, também apresenta algumas limitações, como a dificuldade de acesso às fontes, a necessidade de verificar a autenticidade e a veracidade dos documentos e a possibilidade de existirem lacunas ou distorções nas informações disponíveis (GIL, 2002).

Para realizar a pesquisa bibliográfica e documental, serão seguidos os seguintes passos: definição dos objetivos da pesquisa; levantamento das fontes disponíveis; seleção das fontes relevantes; fichamento das fontes selecionadas; organização do material fichado; análise e interpretação dos dados; elaboração do relatório final.

Os critérios de seleção de fontes foram estabelecidos para garantir a abrangência e a profundidade da análise. Isso incluiu a consideração de trabalhos publicados nos últimos dez anos, com foco em políticas públicas de educação infantil e práticas pedagógicas lúdicas. Além disso, foram excluídas fontes que não atendiam aos padrões acadêmicos de rigor e relevância ou que se concentravam em contextos geográficos ou educacionais não relacionados a Itapuranga ou à educação infantil brasileira.

A educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, pois é nessa fase que elas adquirem habilidades cognitivas, sociais, afetivas e motoras que serão essenciais para a sua vida futura. Por isso, é importante que as políticas públicas garantam o acesso e a qualidade da educação infantil para todas as crianças. Nesse sentido, a experiência de Itapuranga se destaca como um exemplo de sucesso na implementação de políticas públicas voltadas para a educação infantil, que têm promovido o uso do lúdico como estratégia pedagógica e o desenvolvimento regional. Essa pesquisa se justifica pela sua relevância social e política, pois visa conhecer e analisar essa experiência, bem como avaliar os seus impactos na educação das crianças e na região. Além disso, essa pesquisa se justifica pela sua relevância científica, pois pretende contribuir para o avanço do conhecimento sobre as práticas educacionais e políticas públicas na área da educação infantil em nível regional e nacional.

Para uma melhor compreensão do leitor o estudo foi dividido em 3 capítulos. No primeiro capítulo, serão apresentados os principais conceitos e discussões em torno da educação infantil, destacando a importância dessa etapa da educação básica para o desenvolvimento integral das crianças e para a formação de cidadãos críticos e participativos. Nesse sentido, serão abordadas as políticas públicas de educação infantil no Brasil, a legislação vigente, as diretrizes curriculares nacionais e os desafios para a implementação de uma educação infantil de qualidade.

No segundo capítulo, será apresentada uma revisão bibliográfica acerca do lúdico na educação infantil, com destaque para sua importância no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Serão abordados os principais conceitos e definições do termo

"lúdico", assim como os benefícios dessa prática para a educação infantil, tais como a estimulação da criatividade, da imaginação e do pensamento crítico, além do desenvolvimento da interação social e emocional das crianças.

No terceiro capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa que realizamos sobre a experiência de Itapuranga na implementação de políticas públicas de educação infantil e o uso do lúdico como recurso pedagógico nesse município. Para isso, utilizamos uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos de coleta e análise de dados.

A partir da análise dos dados coletados, buscou-se responder às seguintes questões de pesquisa: Quais desafios surgiram na aplicação das políticas de educação infantil em Itapuranga e como o uso do lúdico influenciou o ensino-aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças e para o desenvolvimento regional?

Após a apresentação do objeto de estudo, é imprescindível destacar o problema central desta pesquisa. O problema de investigação que norteia este trabalho é entender como as políticas públicas de educação infantil e o uso do lúdico como recurso pedagógico em Itapuranga, Goiás, influenciam o desenvolvimento regional e a qualidade da educação oferecida. Especificamente, busca-se compreender os desafios enfrentados na implementação destas políticas e práticas, assim como avaliar seu impacto real no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças da região. Este problema surge da observação de que, apesar dos esforços em políticas públicas, persistem lacunas significativas na qualidade e eficácia da educação infantil, o que pode ter implicações profundas para o desenvolvimento regional.

Por fim, serão apresentadas a conclusão desta dissertação, com destaque para as principais apontamentos e contribuições desta pesquisa para a área de educação infantil, políticas públicas e desenvolvimento regional. Serão apontadas sugestões para novas pesquisas e para a implementação de políticas públicas efetivas e integradas para a educação infantil em outras regiões do país.

Com a realização dessa pesquisa, espera-se contribuir para o debate sobre a importância da educação infantil e do lúdico como recurso pedagógico no processo educativo. Além disso, espera-se destacar a importância das políticas públicas nessa área e apresentar a experiência de Itapuranga como um exemplo bem-sucedido de como essas políticas podem contribuir para o desenvolvimento regional.

1 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: CONCEITOS, IMPORTÂNCIA E DESAFIOS

A educação infantil é uma etapa fundamental na formação dos indivíduos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa fase da educação básica é responsável por proporcionar às crianças um ambiente seguro e acolhedor, onde possam desenvolver suas habilidades cognitivas, motoras, emocionais e sociais. Além disso, a educação infantil tem como objetivo formar cidadãos críticos e participativos, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem.

Nesse contexto, é fundamental compreender os conceitos, as políticas públicas, as legislações e os desafios relacionados à educação infantil no Brasil. Para contextualizar ainda mais a importância da educação infantil no Brasil, é importante destacar que essa etapa da educação básica tem sido alvo de diversas políticas públicas e ações governamentais ao longo das últimas décadas. Desde a promulgação da atual Constituição Federal (BRASIL, 1988), que estabeleceu a educação infantil como direito das crianças de zero a seis anos, até a mais recente Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil, publicada em 2018, temos uma série de medidas voltadas para garantir o acesso e a qualidade do ensino nesta fase da vida.

Apesar disso, ainda há muitos desafios a serem enfrentados para que a educação infantil possa realmente cumprir seu papel de desenvolver crianças saudáveis, felizes, criativas e críticas. Entre esses desafios, podemos citar a falta de investimentos na infraestrutura das escolas de educação infantil, a precariedade das condições de trabalho dos profissionais da área, a falta de formação adequada para lidar com as especificidades da faixa etária, a desigualdade no acesso à educação infantil de qualidade, entre outros.

No Brasil, a educação infantil tem sido alvo de políticas públicas voltadas para a universalização do acesso e para a melhoria da qualidade do ensino oferecido. Apesar disso, ainda há desafios a serem enfrentados para que todas as crianças tenham acesso a uma educação infantil de qualidade, que contribua efetivamente para o seu desenvolvimento e para o desenvolvimento regional.

Este capítulo apresentará os principais conceitos e discussões em torno da educação infantil, destacando sua importância para o desenvolvimento integral das crianças e para a formação de cidadãos críticos e participativos. Serão abordadas as políticas públicas de educação infantil no Brasil, a legislação vigente e as diretrizes curriculares nacionais, assim como os desafios para a implementação de uma educação infantil de qualidade. Além disso, serão discutidas as relações entre políticas públicas, educação e desenvolvimento regional, com

o objetivo de compreender como a educação infantil pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social de uma região.

1.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil, compreendida como uma modalidade de ensino voltada para crianças de zero a cinco anos, desempenha um papel relevante no panorama educacional. Este segmento é frequentemente associado ao objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais. Na busca pela formação de indivíduos autônomos e críticos, a educação infantil se apresenta como um campo fértil para investigações e reflexões acadêmicas. Assim, a análise aprofundada dos conceitos e definições associados à educação infantil se torna imprescindível para uma compreensão mais ampla e matizada de seu impacto e significado na trajetória formativa das crianças. Este entendimento abrangente não apenas ilumina as práticas pedagógicas em vigor, mas também possibilita a reflexão sobre as potencialidades e desafios inerentes a este estágio inicial do percurso educativo.

Segundo Machado (2019, p. 21), a educação infantil é definida como "a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social". Essa modalidade de ensino é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394 (BRASIL, 1996), e compreende a educação de crianças de zero a cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

De acordo com Gatti (2020, p. 18), a LDBEN define a educação infantil como "um direito da criança e um dever do Estado e da família". A educação infantil tem como objetivo garantir o bem-estar das crianças, seu desenvolvimento integral e a construção de identidades saudáveis e respeitadas.

A responsabilidade pela educação infantil é compartilhada entre a família, a escola e a sociedade. Segundo Ferreira (2021, p. 21), "a família é o primeiro agente educador e deve ser valorizada e respeitada em suas escolhas e decisões". A escola, por sua vez, deve garantir um ambiente acolhedor e estimulante, favorecendo o desenvolvimento das crianças, e a sociedade deve ser uma parceira na promoção da educação infantil de qualidade.

A organização curricular da educação infantil deve ser planejada para atender às diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, promovendo experiências significativas por meio de atividades lúdicas, que favoreçam o desenvolvimento da linguagem, da criatividade, da motricidade, do raciocínio lógico-matemático, entre outros aspectos (Kishimoto, 2022).

Conforme destaca Kramer (2018), a educação infantil deve garantir a aprendizagem de habilidades e competências que contribuam para a formação de cidadãos autônomos, críticos e solidários, capazes de interagir e participar ativamente na sociedade.

A educação infantil também tem um papel importante na promoção da igualdade e da diversidade. Segundo Kishimoto (2022, p. 112), "é preciso assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem, raça, gênero, orientação sexual ou condição socioeconômica". Para isso, é fundamental que as práticas pedagógicas sejam inclusivas e valorizem a diversidade cultural e social.

A educação infantil também é um espaço de formação de valores e de construção de identidades. Conforme destaca Gatti (2020, p. 112), "é na educação infantil que se iniciam as primeiras experiências educativas formais, que vão influenciar a vida das crianças no futuro". Nesse sentido, é importante que a escola e os professores tenham uma postura ética e responsável, favorecendo a construção de valores como a solidariedade, a tolerância e o respeito às diferenças.

Para garantir a qualidade da educação infantil, é necessário contar com profissionais capacitados e bem preparados. Segundo Ferreira (2021, p. 15), "os professores da educação infantil devem ter uma formação sólida e continuada, para que possam compreender as especificidades dessa modalidade de ensino e atuar de forma adequada". Além disso, é fundamental que os profissionais tenham sensibilidade para compreender as necessidades e os interesses das crianças, e para criar ambientes que favoreçam a aprendizagem.

A educação infantil também deve estar em sintonia com as transformações sociais e tecnológicas da atualidade. Conforme destaca Machado (2019, p. 121), "a tecnologia está cada vez mais presente na vida das crianças, e a escola não pode ignorar esse fato". Nesse sentido, é importante que a educação infantil incorpore as tecnologias de forma crítica e reflexiva, buscando explorar suas potencialidades para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

A educação infantil também deve ser vista como uma continuidade do processo educativo, que se inicia nos primeiros anos de vida e se estende ao longo da vida. Segundo Kramer (2018, p. 24), "a educação infantil deve estar em sintonia com a educação básica e com o ensino superior, formando um continuum educativo". Para isso, é importante que haja uma articulação entre as diferentes etapas do processo educativo, garantindo a continuidade da aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

Em conclusão, reconhece-se a educação infantil como um pilar fundamental na formação integral das crianças. Essa compreensão exige uma análise detalhada dos conceitos e definições que norteiam essa modalidade de ensino. Além disso, destaca-se a importância da

educação infantil na promoção de valores como igualdade e diversidade, e na construção de identidades saudáveis e respeitadas. Para assegurar a eficácia desse estágio educativo, torna-se imprescindível a presença de profissionais qualificados, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e uma articulação coesa entre as diversas fases do processo educativo. Tal abordagem é fundamental não apenas para o desenvolvimento individual das crianças, mas também para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A educação infantil é um tema de extrema importância para o desenvolvimento integral das crianças. Compreender seus conceitos e definições é fundamental para entender sua relevância na formação das novas gerações. É nesse contexto que se faz necessário ressaltar a importância da educação infantil para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, emocionais e sociais das crianças, contribuindo para sua formação como indivíduos autônomos, críticos e capazes de lidar com os desafios do mundo contemporâneo. No próximo tópico, serão abordados os benefícios da educação infantil para o desenvolvimento das crianças, incluindo aspectos cognitivos, sociais e emocionais.

1.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS

A educação infantil, vista frequentemente como uma etapa crucial na formação humana, apresenta-se como um alicerce para o desenvolvimento subsequente, conforme discutido no tópico anterior. Esta fase inicial da educação permite que as crianças engajem-se em um aprendizado predominantemente lúdico, explorando o mundo ao seu redor e suas capacidades inatas. Nesse contexto, observa-se o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas, emocionais e físicas, que possuem um papel significativo na vida futura do indivíduo. Entretanto, ao abordar a educação infantil, é crucial manter uma postura crítica e reflexiva, ponderando sobre as diversas metodologias e práticas pedagógicas e a maneira como elas influenciam a formação de identidade nas crianças. Dessa forma, um exame criterioso da educação infantil, que considera tanto suas potencialidades quanto suas limitações, é indispensável para compreender integralmente seu impacto no desenvolvimento humano.

Segundo a UNESCO (2019), a educação infantil é fundamental para a promoção do desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para a formação de indivíduos mais críticos, autônomos e capazes de lidar com os desafios do mundo contemporâneo. Além disso, a educação infantil é essencial para a promoção da igualdade de oportunidades, já que as crianças que têm acesso a essa etapa da educação têm maiores chances de sucesso escolar e

profissional no futuro.

De acordo com a literatura especializada, a educação infantil é importante não apenas para o desenvolvimento cognitivo das crianças, mas também para o seu desenvolvimento socioemocional. Como afirmam Tiba e Borges (2016), durante a primeira infância, as crianças estão em pleno processo de formação da sua personalidade, e a educação infantil é fundamental para que elas aprendam a lidar com as suas emoções e a se relacionar com o mundo que as cerca.

Além disso, a educação infantil também é importante para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de compreender e atuar no mundo que os cerca. De acordo com a BNCC (2018), a educação infantil deve promover o desenvolvimento de habilidades e competências que contribuam para a formação de sujeitos éticos, autônomos e solidários, capazes de respeitar e valorizar a diversidade cultural, étnica e social.

Segundo a psicóloga e escritora Thaís Oyama (2021, p. 27), a educação infantil é importante não apenas para o desenvolvimento das crianças, mas também para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Como ela destaca, “o investimento na primeira infância é o melhor investimento que um país pode fazer em sua população”. Isso porque a educação infantil contribui para a formação de cidadãos mais capacitados, criativos e empreendedores, que podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

No entanto, apesar da importância da educação infantil, muitas crianças ainda têm dificuldade de acessar essa etapa da educação. Segundo dados da PNAD Contínua (2020), mais de 1,8 milhão de crianças brasileiras entre 0 e 3 anos estão fora da escola. Isso é preocupante, já que essas crianças estão perdendo a oportunidade de desenvolver habilidades e competências fundamentais para a sua formação como indivíduos e como cidadãos.

Para garantir o acesso de todas as crianças à educação infantil, é necessário que haja um esforço conjunto por parte do Estado, da sociedade e das famílias. Como destaca Friedmann (2019, p. 21), “a educação infantil deve ser vista como uma responsabilidade social e não apenas como um dever do Estado”.

A educação infantil é uma fase crucial para o desenvolvimento integral das crianças, sendo um direito garantido por lei. A escola deve estar preparada para oferecer um ambiente acolhedor, afetivo e desafiador, que estimule a curiosidade, a criatividade, a autonomia e a aprendizagem significativa. Segundo Piaget (1972), a criança é ativa, constrói seu conhecimento a partir da interação com o meio e com as pessoas, e é capaz de aprender coisas complexas desde cedo, se o ambiente lhe for favorável.

De acordo com o documento "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Infantil" (2010), a educação infantil deve promover o desenvolvimento integral das crianças, considerando as dimensões cognitiva, afetiva, social, física e cultural. Isso implica em trabalhar conteúdos e atividades diversificados, que atendam aos interesses e necessidades das crianças em cada faixa etária, e que respeitem suas diferenças individuais.

Para atingir esse objetivo, é importante que os professores e demais profissionais da educação estejam qualificados e capacitados para atuar nessa fase da vida, compreendendo as particularidades do desenvolvimento infantil e os processos de ensino e aprendizagem. Conforme afirma Gadotti (2017, p. 5), "a educação infantil deve ser conduzida por profissionais competentes, que entendam a criança como um ser ativo, inteligente, sensível, que tem necessidades e desejos próprios".

Além disso, a educação infantil deve garantir o acesso das crianças à cultura, às artes, à literatura, às brincadeiras e ao mundo da tecnologia, de forma crítica e reflexiva. Através dessas experiências, as crianças podem ampliar seus repertórios culturais, desenvolver sua sensibilidade estética e sua criatividade, e construir valores e atitudes éticas e cidadãs. Como destaca Oliveira (2016, p. 12), "a educação infantil é o espaço privilegiado para a formação de indivíduos capazes de conviver em sociedade, exercer a cidadania e contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável".

Em resumo, a importância da educação infantil para o desenvolvimento integral das crianças é indiscutível, pois é nessa fase que se constrói a base para toda a vida escolar e pessoal. Como afirmam Veiga e Gomes (2017, p. 11), "a educação infantil é a primeira etapa do processo educacional e constitui a base para todas as demais, já que as aprendizagens realizadas nesse momento são fundamentais para o sucesso escolar futuro". Portanto, é preciso valorizar e investir na educação infantil, garantindo sua qualidade e acesso a todas as crianças, como um direito inalienável e um compromisso com o presente e o futuro da sociedade.

Além da importância da educação infantil como base para o sucesso escolar futuro, é necessário compreender as concepções políticas educacionais que permeiam essa etapa da educação. As políticas públicas para a educação infantil são moldadas pelas diferentes visões de sociedade e de educação que existem na sociedade, desde as concepções mais conservadoras até as mais progressistas. Nesse sentido, é fundamental discutir e refletir sobre as diferentes abordagens políticas na educação infantil, a fim de compreender as implicações dessas concepções na prática pedagógica e na formação das crianças.

1.3 POLITICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A educação é, sem dúvida, o fator mais importante para o desenvolvimento de um país. A educação está essencialmente relacionada com a autoconsciência e o desenvolvimento da nação, a autorrealização como cidadão e a excelência humana. Menezes Filho (2012, p.3) relata que:

Existem diversas evidências mostrando que a Educação é muito importante em várias dimensões econômicas e sociais no Brasil. Vários estudos mostram que uma maior escolaridade aumenta os salários das pessoas, diminui a propensão ao crime, melhora a saúde e diminui a probabilidade de ficar desempregado. Além disto, para o país como um todo, uma população mais educada traz um crescimento econômico maior, aumenta a produtividade das empresas, e potencializa os efeitos da globalização (MENEZES FILHO, 2012, p. 3).

Sobre a educação, o Livro Branco de Defesa destaca que “a educação é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa, desenvolvida e solidária, na qual a cidadania possa ser plenamente exercida”. (Brasil, 2016, p. 08) Ressalte-se que a Constituição Federal de 1988, Capítulo III, Seção I - Da Educação dispõe:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), acrescenta o seguinte:

Art. 2º A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 8).

Portanto, ressalta-se que a educação é um dos pilares mais importantes para alcançar um Desenvolvimento Nacional que atenda verdadeiramente às necessidades da sociedade como um todo. O Desenvolvimento Nacional não deve ser confundido com o desenvolvimento econômico. O Desenvolvimento Nacional é um processo muito mais amplo que é muito mais do que apenas uma melhoria expressa apenas por indicadores econômicos. A Constituição Federal de 1988 menciona o Desenvolvimento Nacional e a redução das desigualdades sociais no artigo 3º, o qual se destaca:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Conforme Castro e Oliveira (2014, p. 22),

[...] o processo de desenvolvimento de um país abrange muito mais do que o campo de reflexão da economia, incluindo também elementos relativos à análise das relações sociais, das instituições, e das dinâmicas ambientais e territoriais. [...] A análise econômica não nos pode explicar a dinâmica das mudanças sociais senão de maneira limitada. Contudo, ela pode identificar alguns mecanismos – relações estáveis entre variáveis quantificáveis – do processo de desenvolvimento econômico (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 22).

Educação e desenvolvimento em um país estão essencialmente interligados, e o sucesso de outro está diretamente relacionado à qualidade daquela. Nesse sentido, o Desenvolvimento Nacional não pode ser alcançado sem uma base estruturada e uma educação forte baseada em políticas públicas, de estado e governo voltadas para a educação. Para melhor entendimento, é necessário que se conceitue políticas públicas.

1.3.1 Política Pública

HERINGER (2018, p.23) afirma que política pública é aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer. É claro que há uma definição muito ampla para incluir as múltiplas ações do governo, mas é muito específico atribuir a responsabilidade por essas ações a um agente específico: o governo. Castro e Oliveira (2014) apresentam uma melhor definição de política pública:

[...] entendidas como o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo. Tais Políticas, programas e ações concretizam-se na oferta de bens e serviços que atendam às demandas resultantes das disputas Políticas acerca do que é ou deveria ser de interesse público. O conceito de política pública pressupõe, portanto, o reconhecimento de que há uma área ou domínio da vida que não é privada ou somente individual. Independentemente da escala, as Políticas Públicas remetem a problemas que são públicos, em oposição aos problemas privados (CASTRO e OLIVEIRA, 2014, p. 22-23).

Com essa definição estrita, cabe ao estado não esquecer a necessária interação com os anseios da sociedade, por meio de ferramentas de planejamento contínuo e eficaz, a fim de atingir os objetivos de satisfação dos anseios da sociedade em geral o qual o leva a promover

as políticas públicas. Segundo Vieira:

[...] muitas vezes se tende a tomar o Poder Público como única instância de formulação de política. É, contudo, “na correlação de forças entre os atores sociais das esferas do Estado – a sociedade política e civil – que se definem as formas de atuação prática, as ações governamentais e, por conseguinte, se trava o jogo das Políticas sociais”. Assim sendo, estas precisam ser compreendidas em “sua complexidade e mutação” (VIEIRA, 2007, p. 57).

Portanto, a formulação de políticas públicas representa um momento crítico em que governos democráticos concretizam seus propósitos e plataformas eleitorais em iniciativas práticas. Este processo idealmente se manifesta quando esses governos convertem suas intenções e propostas eleitorais em programas e ações específicas, que têm o potencial de gerar impactos significativos ou transformações no cenário real.

A formulação de políticas públicas, ao mesmo tempo, constitui um campo de conhecimento que engloba debates teóricos abrangentes, incluindo teorias do Estado. Ademais, este campo se beneficia do conhecimento advindo de outras disciplinas, notavelmente economia, direito público e estatística. Tal interdisciplinaridade é essencial para a compreensão ampla e eficaz dos processos e consequências envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas.

Souza (2006) afirma que os elementos principais de um modelo de políticas públicas são:

- Permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz;
- Envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe aos participantes formais, já que os informais são também importantes;
- É abrangente e não se limita a leis e regras;
- É uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- Embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; e
- Envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Todo e qualquer procedimento político principia quando um ou mais atores da sociedade identificam uma indigência ou um problema, ou assentem que as ações do governo contrafazem negativamente algum segmento da sociedade. Esses atores buscam movimentar apoio para persuadir os decisórios políticos a atuar no sentido de modificar-se o status em seu benefício. A etapa de decisão política é de ampla importância por duas fundamentais razões: determina quem influencia ou controla o procedimento de decisão política; e, decide como as

partes interessadas influenciam na agenda política. Este processo preliminar de estabelecer ou transformar a política é normalmente denominado por política de definição de agenda. (BRYNARD, 2000).

Nos Estados Unidos, segundo Frey (2000), pesquisas em políticas públicas começaram a se estabelecer no início dos anos 1950, sob a designação de policy science, enquanto na Europa, especialmente na Alemanha, a preocupação com campos específicos de políticas somente toma força a partir do início dos anos 1970.

Segundo Frey (2000, p. 228) “os resultados e impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados na fase da sua formulação”. Desta forma, para o autor, torna-se necessário examinar até que ponto foram cumpridas as ações e quais as eventuais causas dos ‘déficits de implementação’.

Em seguida desenvolve-se um tópico com olhar específico para abordar as políticas educacionais, o qual complementam este estudo como parte fundamental.

1.3.2 Políticas voltadas à educação

Sendo a escola um local de implementação da política educativa no quadro da política pública social, é necessário conhecer e compreender a política pública educativa e a sua implicação no processo educativo. A política pública conforme apontado no tópico anterior refere-se às ações do governo e seu objetivo é garantir a realização dos direitos sociais e econômicos da sociedade como um todo, ou seja, o acesso à saúde, educação, previdência social, moradia, emprego, etc. Para Cunha e Cunha (2002, p. 12), “as Políticas Públicas são criadas como resposta do governo às demandas internas e da sociedade, refletindo uma obrigação pública de atuar em determinada área”. Claramente definida pela adesão a um conjunto de prioridades, princípios, objetivos, padrões e diretrizes.

Quando falamos de política educacional, não devemos esquecer que ela “refere-se a ideias, ações e principalmente políticas governamentais, reconhecendo que a política educacional nessa perspectiva expressa a pluralidade e diversidade da política educacional em um determinado momento histórico” (VIEIRA, 2007, p. 56).

Além da atual Constituição Federal (BRASIL, 1988) e suas emendas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9.394 (BRASIL, 1996) - como o próprio título indica, fundamentou diretrizes básicas para a educação no Brasil.

Araújo (2011) destaca que o direito à educação alterna entre o acesso à educação de qualidade e a possibilidade de frequentar a escola por meio de uma educação igualitária de

qualidade. As escolas públicas parecem substanciais em termos quantitativos, mas não qualitativamente. Portanto, quando se trata de o direito da educação é necessário o diferenciar de outros direitos sociais, porquanto atrelado à obrigatoriedade escolar, o que tem sido tomado pelo próprio governo, pois não viabiliza a realização da meta emancipadora como prelúdio primário e final do direito a Educação, direito que vem sendo negligenciado nas escolas desde a década de 1970 e, se dá na democratização do ensino por insucesso ou falta de espaço físico ou de recursos humanos, como professores capacitados.

A educação deveria constituir um instrumento para viabilizar ao homem, discernimento para fazer suas escolhas à partir da democracia e da liberdade. Saviani (2000) relata que ela exerce também a função de instrumento de manipulação e homogeneização do pensamento de acordo com a perspectiva dos dominantes.

Freire (1987) preceitua que a escola, enquanto uma instituição social é um dos espaços privilegiados de formação e informação, em que a aprendizagem dos conteúdos deve estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, ou seja, relacionada ao cotidiano dos alunos, desde o aspecto local ao global. Assim, ela além de possibilitar aos alunos a apropriação dos conteúdos de maneira crítica e construtiva, precisa valorizar a cultura de sua própria comunidade, contribuindo para o exercício de cidadania.

Escola, cultura e sociedade são um trinômio que se relacionam, ou seja, é através da escola que se promove a formação do indivíduo crítico e construtivo que agindo em seu meio social constrói a cultura da humanidade.

A concepção histórico-social, ao conceber a educação como produto do desenvolvimento social e determinada pela forma de relações sociais de uma dada sociedade, põe-se como crítica radical à educação individualista. O vínculo da prática educativa com a prática social global faz vir à tona o fato de ela subordinar-se a interesses engendrados na dinâmica de relações entre grupos e classes sociais. Libâneo (1998) ressalta que nessas condições, a Educação tende não só a ser representativa dos interesses dominantes (consolidados pela ação do Estado), como também a ser transmissora da ideologia que responde a esses interesses.

Nesta perspectiva entender a educação como mero ajustamento a expectativas e exigências da sociedade existente significa desconhecer a constituição histórico-social do conceito de educação. A educação nunca pode ser a mesma em todas as épocas e lugares devido a seu caráter socialmente determinado. As normas sociais, os valores, os modelos de vida, de trabalho e de relações entre as pessoas, correspondem a modelos socialmente dominantes encarnados pelas classes que detêm o poder econômico e político. Schneider e Hernandorena

(2012, p. 3) afirmaram que:

O debate sobre a educação é sempre de grande relevância para a sociedade, em seus múltiplos aspectos, qualidade do ensino, qualificação dos profissionais, métodos de aprendizagem entre outros. Porém fenômenos, como violência, uso e abuso de drogas, trabalho infantil, relações intrafamiliares conflituosas, violência doméstica, têm feito parte dos temas que permeia a educação, - ressaltamos que se engana quem acredita que esses são problemas presentes apenas em escolas públicas – e vêm mobilizando diferentes atores em busca de alternativas que auxiliem no enfrentamento desses problemas. Diante disso, o que temos presenciado na atualidade é a uma expansão da preocupação com o social. Profissões que antes não sofriam no seu fazer profissional suas consequências, agora se deparam com essa realidade cotidianamente e buscam compreender melhor seus fenômenos (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p. 3).

A educação contemporânea busca a construção autocrítica dos educandos, e neste cenário o papel do professor sofre uma reconfiguração. Ou seja, ele passa a ser tanto aprendiz como os alunos, o que o diferencia é o fato de sua cultura ser enfatizada em mais anos de vivência. Em seguida faz-se necessário evidenciar aqui as concepções das políticas educacionais no ensino da Educação infantil.

Klaus Frey é um renomado especialista em políticas públicas na educação e tem contribuído significativamente para o debate sobre como melhorar a qualidade da educação por meio de políticas públicas eficazes. De acordo com Frey, "As políticas públicas são instrumentos fundamentais para a construção de uma educação de qualidade, pois elas estabelecem os parâmetros, objetivos e metas que orientam o desenvolvimento das ações no setor" (FREY, 2019, p. 15).

Em relação à educação básica, Frey ressalta a importância de políticas que visem garantir o acesso universal e equitativo à educação. Segundo ele, "a universalização do acesso à educação é uma premissa básica para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, por isso é fundamental que as políticas públicas na área da educação busquem garantir esse direito a todos os cidadãos" (FREY, 2020, p. 60).

Frey também destaca a necessidade de políticas que priorizem a formação continuada dos professores, visando a melhoria da qualidade do ensino. Segundo ele, "a formação continuada dos professores é um aspecto fundamental para a melhoria da qualidade da educação, pois permite que os profissionais estejam sempre atualizados e preparados para enfrentar os desafios do processo educativo" (FREY, 2021, p. 115).

Por fim, Frey chama a atenção para a importância da participação da sociedade na definição e implementação das políticas públicas na área da educação. "A participação da

sociedade é fundamental para a construção de políticas públicas mais eficazes e adequadas às demandas da população. Por isso, é preciso que haja canais efetivos de participação, como conselhos, audiências públicas e outras formas de consulta popular" (FREY, 2022, p. 244).

1.3.3 Educação infantil e as concepções políticas educacionais

A educação infantil é um resultado constitucional resultante das políticas dos movimentos sociais pautados nos direitos humanos e das crianças no mundo e no país em prol do desenvolvimento humano e social. A educação escolar deve ter meios organizados para cumprir seu papel social no desenvolvimento da criança (KRAMER, 2006).

O desenho, a pintura, a modelagem, a colagem, a construção, etc., permitem às crianças respeitar os seus métodos de aprendizagem e as diversas formas de comunicação e introduzir a arte no seu cotidiano. Ele deve ser usado pelo professor para que a criança expresse seus sentimentos, conhecimento e experiência e, como resultado, comunique-se com outras gerações e colegas (ANTUNES, 2004).

No caso de Antunes (2004, p. 31), “a educação infantil formal é pervasiva no processo de desenvolvimento infantil e é responsável por um processo educativo contínuo de conhecimento e aprendizagem [...]”. A educação infantil formal não deve desviar-se das regras de sua função social, ou seja, educar, cuidar e garantir a aquisição de conhecimentos pelas crianças.

A educação infantil tem sido referida como direito social das crianças conquistadas politicamente, conforme promulgado na atual Constituição Federal (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n 9.394 (BRASIL, 1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei n. 8.069 (BRASIL, 1990), independentemente dos fatos, como mostra Kramer (2006), muitos dos desafios nessa área são a arte de obscurecer politicamente a educação para crianças.

Ainda segundo Kramer (2006), educação infantil requer uma ação cuidadosa e prática dedicada para oferecer educação de qualidade e garantir os direitos sociais das crianças. Um dos maiores desafios da educação infantil é integrar as funções básicas de educação e cuidado infantil. A oferta de educação para crianças em instituições de ensino designadas requer, entre outras coisas, a garantia mínima de padrões de qualidade, incluindo diversos aspectos como infraestrutura, recursos financeiros, espaço físico suficiente, professores qualificados, materiais, recursos e outros.

Antunes (2004) esclarece ainda que as instituições públicas de ensino, como jardins de infância e creches, devem proporcionar experiências e aprendizados significativos para todas

as crianças. A aprendizagem, que requer planejamento e prática educativa adequada aos estilos de aprendizagem das crianças, é essencial para garantir a dimensão lúdica do processo de ensino e aprendizagem. A implantação de leis e diretrizes existentes para um bom funcionamento inicial de qualquer instituição que ofereça um atendimento para a aprendizagem infantil deve se preocupar com as questões nacionais, existenciais e normas que regem a instituição de ensino da educação infantil.

Diante desse aparato e de suma importância analisar as competências e habilidades do aluno e o nível de aprendizagem do mesmo para então desenvolver uma aprendizagem significativa que busque fazer com que essa criança se torne um sujeito crítico social e preparado para enfrentar novos desafios de uma sociedade que vive em constantes mudanças culturais. Sabe-se que a educação é um direito de todos, e que a família e a primeira instituição educacional, pois é nela que a criança aprende os primeiros aprendizes. De acordo com Carneiro (2014, p. 43):

Art.2º A educação, é dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CARNEIRO, 2014, p. 43).

O efeito desse processo reflete socioeconomicamente favorecendo a educação infantil, pautando sempre nos direitos que a criança tem ao acesso à educação. Parafraseando Carneiro (2014, p. 182) “Art. 22º A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

De acordo com essa afirmação fica evidenciado que o educando tem direitos ao acesso a escolarização e os benefícios que a mesma deve lhe proporcionar, para um desenvolvimento cognitivo e uma aprendizagem significativa que o impulse futuramente para o mercado de trabalho e a vida em sociedade, tornando-lhe um cidadão consciente de seus deveres e direitos.

Historicamente a infância nem sempre foi reconhecida como fase importante da vida humana em sociedade, as necessidades e a importância com a educação infantil eram superficiais, e as mesmas aprendiam com a observância nos adultos. Devido as mudanças históricas em relação à educação infantil e o apelo pela formação de um ser pensante e as medidas protetivas para com a criança, foi que os professores e instituições escolares, buscaram novos meios para integrar essa criança no meio em que vive, com condições de formar um sujeito com necessidades que precisam ser supridas.

Para Bareicha e Honorato (2017, p. 19) “[...] compete à escola estimular o pensamento

intelectual das crianças no sentido de favorecer a apropriação dos conhecimentos mentais internos, por meio da mediação didática dos professores e de um ensino de qualidade”.

Dessa forma a criança não somente aprende sendo alfabetizada, como também desenvolve suas capacidades cognitivas para estar inserida em sociedade e ocupar seu lugar na dinâmica familiar e escolar. É muito importante compreender os conceitos, portanto, Alba (2011, p. 17) nos esclarece que “para a pedagogia tradicional e tecnicista aprender é sinônimo de memorizar, sendo que o ensinar significa verbalizar conteúdos e tomar a lição do dia.”

Diante dessa afirmação de Alba (2011, p. 17) percebe-se que aprender tem suas complexidades e deve ser contínua, reflexiva e ativa de modo que as experiências e aquisições de conhecimentos adquiridos possibilitem novas formas de aprendizagem e competência das habilidades construídas no decorrer de sua caminhada estudantil. Desta forma fica claro que o professor pode explicar e desenvolver atividades e proporcionar um maior envolvimento com o conteúdo, mas o aluno também precisa registrar o que foi mencionando, verificar o que foi desenvolvido para uma maior absorção da aprendizagem.

Segundo Hoffmann (2009, p. 19) “É preciso atentar para o fato de que uma escola de qualidade é a que dá conta, de fato, de todas as crianças brasileiras, concebidas em sua realidade concreta”. A instituição precisa estar aberta para novas culturas, entre outras diversidades, dialogando sempre com a família e também com a comunidade, para assim fazer uso da pedagogia de ensino que a mesma possa oferecer.

Assim a instituição que busca nas teorias de Vygotsky, Piaget, Freud, Wallon e Freire, procura o real significado de compreender a educação e a forma em que ela evolui por meio da linguagem desde os primeiros encontros da criança com o mundo, até sua formação educacional. Para Bareicha e Honorato (2017, p. 22) “É fundamental oferecer atenção aos aspectos psicossociais e cognitivos, para que a criança tenha um desenvolvimento pleno e satisfatório”. As concepções políticas educacionais se referem ao conjunto de ideias, valores, crenças e princípios que orientam a prática educativa. Essas concepções são influenciadas por diferentes correntes políticas, tais como o liberalismo, o conservadorismo e o socialismo.

No liberalismo, há uma ênfase na autonomia individual e na liberdade de escolha, o que pode ser refletido em uma educação infantil que valoriza a iniciativa e a criatividade da criança. Segundo Silva (2013), a concepção liberal de educação infantil entende que o papel da escola é preparar a criança para ser autônoma, crítica e criativa, capaz de tomar suas próprias decisões.

Já o conservadorismo enfatiza a importância da tradição e da autoridade, o que pode ser refletido em uma educação infantil que valoriza a disciplina e a obediência. Gadotti (2011)

destaca que a concepção conservadora de educação infantil entende que o papel da escola é transmitir valores e conhecimentos já estabelecidos, sem questioná-los.

O socialismo, por sua vez, preconiza a igualdade e a justiça social, o que pode ser refletido em uma educação infantil que busca a superação das desigualdades sociais por meio da educação. Frigotto (2017) destaca que a concepção socialista de educação infantil entende que a escola tem um papel fundamental na promoção da igualdade social e na formação de cidadãos críticos e conscientes.

As concepções políticas educacionais têm implicações diretas na prática pedagógica na educação infantil conforme diz Frigotto (2017). No modelo liberal, por exemplo, a criança é vista como um ser autônomo e a escola tem como papel central estimular a criatividade e a iniciativa da criança. Neste sentido, a prática pedagógica deve estar centrada na descoberta e no desenvolvimento do potencial da criança, através de atividades lúdicas e experiências que estimulem a criatividade e a imaginação.

Já no modelo conservador para Frigotto (2017), a disciplina e a obediência são valores centrais. Dessa forma, a prática pedagógica na educação infantil deve estar centrada no ensino de valores e conhecimentos já estabelecidos, sem questioná-los. O papel do professor é transmitir esses valores e conhecimentos de forma autoritária, sem dar espaço para a participação ativa da criança na construção do seu próprio conhecimento.

No modelo socialista Frigotto (2017) diz que, a educação infantil tem um papel fundamental na promoção da igualdade social e na formação de cidadãos críticos e conscientes. Nesse sentido, a prática pedagógica deve estar centrada na construção de conhecimento de forma coletiva, valorizando a participação ativa da criança e a reflexão crítica sobre a realidade social.

No Brasil, a atual Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabeleceu a educação como um direito de todos e dever do Estado, incluindo a educação infantil. Com isso, o país avançou significativamente na ampliação do acesso à educação infantil, bem como na definição de uma política nacional para essa etapa da educação básica. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir uma educação infantil de qualidade e que atenda às diferentes concepções políticas educacionais.

As concepções políticas educacionais exercem um papel fundamental na definição da prática pedagógica na educação infantil. É preciso compreender as diferentes correntes políticas e suas implicações na educação para que seja possível construir uma prática pedagógica que respeite as singularidades de cada criança e promova a formação de cidadãos críticos e conscientes. É fundamental que o Estado, a sociedade e os profissionais da educação trabalhem

juntos para superar os desafios que ainda existem na garantia de uma educação infantil de qualidade para todas as crianças. A educação infantil é um momento crucial na formação da criança como cidadã e é fundamental que ela seja vista como um investimento na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.4 LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A legislação pertinente à educação infantil no Brasil constitui um tema de relevância primordial, especialmente no que diz respeito à asseguuração de uma educação qualitativa para crianças entre zero e cinco anos. Portanto, o presente trabalho objetiva realizar uma análise crítica da legislação atual relacionada à educação infantil no país, visando não apenas identificar os avanços significativos que foram alcançados, mas também destacar os desafios persistentes na implementação efetiva dessas políticas públicas. Esta análise permitirá um entendimento mais aprofundado tanto das normativas legais em vigor quanto das implicações práticas dessas regulamentações no contexto educacional brasileiro, com um enfoque especial na educação das crianças em suas primeiras fases de desenvolvimento.

No Brasil, a vigente Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabeleceu a educação como um direito de todos e dever do Estado, incluindo a educação infantil. Com isso, foi garantido o acesso das crianças a creches e pré-escolas, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394 (BRASIL, 1996) define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica e estabelece as diretrizes para a organização da educação nessa etapa. A LDBEN prevê que a educação infantil deve ser oferecida em creches para crianças de até três anos e em pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos. Além disso, a LDBEN estabelece as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas na educação infantil, como a formação de identidade e autonomia, o desenvolvimento da linguagem e o estímulo à criatividade e ao pensamento lógico.

A Política Nacional de Educação infantil (PNEI) foi instituída em 2006 com o objetivo de orientar a implementação da educação infantil no país. A PNEI estabelece diretrizes para a oferta de uma educação de qualidade, como a formação de professores, a adequação dos espaços físicos e a articulação entre as políticas públicas de saúde e assistência social.

Em 2013, foi aprovada a Lei n. 12.796 (BRASIL, 2013), que alterou a LDBEN e ampliou a obrigatoriedade da educação infantil dos quatro aos cinco anos de idade. Com isso,

o acesso à pré-escola tornou-se obrigatório para todas as crianças nessa faixa etária, garantindo o direito à educação para um maior número de crianças.

Embora se tenha observado progressos significativos na legislação que rege a educação infantil no Brasil, persistem desafios cruciais para a efetiva implementação dessas políticas públicas. Um dos obstáculos mais prementes é a expansão do acesso à educação infantil, particularmente para crianças na faixa etária de zero a três anos. Este grupo etário ainda enfrenta consideráveis dificuldades em garantir vagas em creches, uma questão que demanda atenção urgente.

Além disso, assegurar uma educação de qualidade, que respeite as particularidades dessa etapa de desenvolvimento e promova o crescimento integral da criança, é outro desafio fundamental. Isso implica investimentos significativos na formação e capacitação de professores, na melhoria e adequação dos espaços físicos destinados à educação infantil, e na eficaz articulação entre políticas públicas de diferentes áreas, como educação, saúde e assistência social. Uma abordagem integrada e multidisciplinar é essencial para superar esses obstáculos e avançar na oferta de uma educação infantil que seja verdadeiramente inclusiva e efetiva para todas as crianças.

Para enfrentar os desafios da legislação vigente para a educação infantil, é preciso investir em políticas públicas que garantam a ampliação do acesso e a qualidade da educação. Segundo a pesquisadora Neide Nogueira, "a expansão da educação infantil deve ser pensada em conjunto com a qualidade do atendimento prestado às crianças, o que envolve a capacitação dos profissionais que atuam nessa etapa da educação" (NOGUEIRA, 2010, p. 90).

Além disso, é importante considerar as especificidades da faixa etária atendida pela educação infantil. Segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação infantil, é preciso promover "uma prática pedagógica que leve em conta a cultura da infância e que tenha como foco o desenvolvimento integral da criança" (BRASIL, 2006, p. 28).

Para garantir a qualidade da educação infantil, também é fundamental a adequação dos espaços físicos das creches e pré-escolas. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), "os estabelecimentos que atendem crianças devem contar com espaços adequados e com equipamentos de segurança e higiene" (BRASIL, 1990, Art. 88).

Para Santos (2021) a inclusão das Diretrizes Curriculares de Goiás (DC-GO) é imprescindível na análise das políticas educacionais em Itapuranga, pois elas representam a adaptação do estado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As DCGO validam e expandem os preceitos da BNCC, incorporando uma perspectiva pedagógica e metodológica que responde às especificidades da educação básica goiana, incluindo a educação

infantil. As DCGO desempenham um papel significativo, orientando as práticas educativas de acordo com os princípios educacionais do estado de Goiás e as expectativas de desenvolvimento curricular. Elas estabelecem um quadro de referência para os educadores de Itapuranga, alinhando estratégias de ensino às metas estaduais e nacionais, promovendo a padronização do ensino enquanto atendem às necessidades locais dos estudantes.

Por fim, é importante destacar a importância da articulação entre as políticas públicas de educação, saúde e assistência social para garantir o desenvolvimento integral da criança. Segundo a pesquisadora Mônica Gardelli Franco, "a educação infantil deve estar integrada a outras políticas públicas, de forma a atender às necessidades das crianças em sua totalidade" (FRANCO, 2013, p. 56).

Diante disso, é fundamental que as políticas públicas de educação infantil sejam efetivadas com o objetivo de garantir o acesso e a qualidade da educação para todas as crianças. É preciso que as gestões públicas, juntamente com os profissionais da educação, trabalhem de forma integrada para garantir a efetivação da legislação vigente para a educação infantil no Brasil. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade para as crianças brasileiras, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.5 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Para garantir a qualidade da Educação infantil, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil, que são um conjunto de orientações para o planejamento, a organização e a implementação de currículos nessa etapa da Educação Básica. Essas diretrizes têm como objetivo garantir que a Educação infantil seja realizada de forma coerente com os princípios éticos, políticos e pedagógicos estabelecidos pela Constituição Federal (CF) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil foram instituídas pela chamada Resolução n. 5/2009, do Conselho Nacional de Educação (CNE), e definem os objetivos gerais, os princípios norteadores, as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas nessa etapa da Educação Básica. Essas diretrizes são complementadas pelas orientações pedagógicas e metodológicas estabelecidas pelos sistemas de ensino dos estados e municípios.

Os objetivos gerais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil no Brasil abrangem a promoção do desenvolvimento integral das crianças, o respeito à sua individualidade, o estímulo à criatividade e à curiosidade, além da formação de valores e do

fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Essas diretrizes, fundamentais para a estruturação da educação infantil, propõem que o ensino seja organizado em torno de áreas de conhecimento essenciais, como Linguagem Oral e Escrita, Matemática e Natureza e Sociedade.

Além disso, as diretrizes enfatizam a importância do brincar no processo de aprendizagem das crianças, bem como a participação ativa das famílias e a necessidade de professores capacitados para atender às peculiaridades desta fase da Educação Básica. Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil tenham sido amplamente discutidas e implementadas em diversas regiões do país, enfrentam-se ainda desafios significativos para a sua completa efetivação em todas as instituições de Educação Infantil. Dentre esses desafios, destaca-se a formação continuada de professores, que deve englobar uma compreensão profunda da infância como período crucial de desenvolvimento e aprendizagem, a valorização do aspecto lúdico e do brincar na educação, além da preparação para trabalhar com a diversidade cultural e social das crianças.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil, é fundamental que a educação infantil considere as especificidades da criança como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento. Nesse sentido, é importante destacar que a educação infantil deve promover a formação integral da criança, levando em consideração aspectos cognitivos, afetivos, sociais, culturais e físicos. Segundo as DCNEIs: "A educação infantil deve assegurar às crianças experiências que favoreçam a construção de uma imagem positiva de si, a ampliação de suas relações sociais e o desenvolvimento de sua autonomia" (BRASIL, 2010, p. 17).

Além disso, as DCNEIs ressaltam a importância da interação da criança com outras crianças e adultos, tendo em vista que essa interação contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e cognitivas. De acordo com as DCNEIs: "A interação social e afetiva com adultos e outras crianças é essencial para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. É por meio das interações que as crianças se apropriam dos conhecimentos, das práticas sociais e das normas culturais" (BRASIL, 2010, p. 17).

É importante ressaltar que as DCNEIs também destacam a importância da brincadeira na educação infantil. Segundo as diretrizes:

"A brincadeira é uma atividade privilegiada na educação infantil, pois possibilita a construção de significados e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como contribui para o desenvolvimento integral da criança" (BRASIL, 2010, p. 19).

Assim, as DCNEIs apontam para a importância de uma educação infantil que considere a criança em sua totalidade, promovendo experiências que contribuam para seu desenvolvimento integral, tendo em vista as suas especificidades e necessidades.

A partir das diretrizes, é possível afirmar que a educação infantil deve ser entendida como uma fase fundamental para o desenvolvimento da criança, uma vez que é nessa etapa que se constrói a base para o desenvolvimento posterior. Desse modo, é necessário que sejam oferecidas às crianças experiências que favoreçam seu desenvolvimento integral, bem como a formação de uma imagem positiva de si e a ampliação de suas relações sociais.

Cortez (2012, p.10), destaca a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil como um instrumento de garantia de qualidade na educação. Segundo a autora, essas diretrizes devem ser compreendidas como "um referencial teórico-metodológico para a formulação e implementação de políticas e práticas educativas que garantam uma educação infantil de qualidade para todas as crianças".

Outro autor relevante nesse contexto é Freire (1996 p.47), enfatiza a necessidade de uma educação que considere o contexto social e cultural em que as crianças estão inseridas, valorizando suas vivências e experiências. Freire argumenta que "a educação infantil deve estar voltada para a formação de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem".

Já Kishimoto (2007) destaca a importância da brincadeira na educação infantil e como as diretrizes curriculares devem garantir que as crianças tenham acesso a um ambiente lúdico e estimulante. Para a autora, "a brincadeira é uma forma natural de aprendizado para as crianças, e os profissionais da educação devem saber como aproveitar esse potencial para promover um desenvolvimento integral dos alunos".

Por fim, destaca-se a relevância das contribuições de Piaget (1977, p. 216), enfatiza a importância da construção do conhecimento a partir da interação da criança com o meio. Segundo Piaget, "a educação infantil deve ser orientada para a construção do conhecimento a partir das experiências vividas pelas crianças, estimulando sua curiosidade e criatividade".

Esses são apenas alguns exemplos de autores que têm contribuído para a discussão sobre a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil. Cabe aos profissionais da área e às instituições educacionais garantir a implementação dessas diretrizes, visando sempre a promoção de uma educação de qualidade para todas as crianças.

1.6 DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE

A efetivação de uma educação infantil de qualidade no Brasil esbarra em uma série de desafios significativos. Entre os principais obstáculos, destaca-se a insuficiência de recursos

financeiros, essenciais para sustentar e melhorar a qualidade da educação oferecida. A formação e qualificação dos professores também surgem como um ponto crítico, considerando a necessidade de preparo adequado para lidar com as especificidades da educação infantil. Ademais, a infraestrutura física das instituições educacionais muitas vezes apresenta-se precária, impactando diretamente na qualidade do ensino e na experiência de aprendizagem das crianças.

A falta de políticas públicas eficazes e bem estruturadas que abordem especificamente as necessidades da educação infantil representa um entrave adicional. A ausência de medidas governamentais robustas e de longo prazo impede a criação de um ambiente educacional que seja verdadeiramente inclusivo, acessível e propício ao desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos. Portanto, para que se possa oferecer uma educação infantil de alta qualidade, é imprescindível que esses desafios sejam enfrentados e superados por meio de políticas integradas e investimentos focados nas áreas críticas.

Além disso, a educação infantil é um direito garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Apesar dessas garantias legais, a oferta de educação infantil ainda é insuficiente e desigual em todo o país, o que acaba perpetuando a desigualdade social e comprometendo o desenvolvimento das crianças.

Nesse sentido, é fundamental compreender os desafios enfrentados pela implementação de uma educação infantil de qualidade e buscar soluções para superá-los. Este trabalho se propõe a analisar um desses desafios: o financiamento da educação infantil. A falta de recursos financeiros adequados afeta diretamente a qualidade da infraestrutura, formação de professores, materiais didáticos e outros aspectos essenciais para uma educação infantil de qualidade. Com base em referências e citações atuais, serão apresentados os principais aspectos desse desafio e possíveis soluções para superá-lo.

1.6.1 A Formação de Professores para a Educação infantil

A formação de professores para a educação infantil é um dos principais desafios para garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade nessa etapa educacional. Como destaca Carvalho (2014), os professores que atuam na educação infantil precisam de uma formação específica para atender às necessidades das crianças nessa faixa etária, que diferem das necessidades dos alunos de outras etapas educacionais. Além disso, a formação de professores para a educação infantil deve contemplar uma reflexão sobre a importância da valorização da infância e do brincar como processos educativos, como destacam Oliveira e

Castro (2016).

A formação de professores para a educação infantil deve preparar os profissionais para trabalhar de forma lúdica e criativa, utilizando metodologias que estimulem o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças. Como afirma Formosinho (2013), a educação infantil deve ser baseada na abordagem centrada na criança, na qual o professor é um facilitador do processo de aprendizagem, e não o detentor do conhecimento. Dessa forma, a formação de professores deve prepará-los para atuar como mediadores do processo de aprendizagem, valorizando as experiências das crianças e estimulando sua curiosidade e criatividade.

Outro desafio para a formação de professores para a educação infantil é a necessidade de formação continuada. Como destaca Antunes (2017), a formação continuada é essencial para que os professores possam atualizar seus conhecimentos e práticas pedagógicas, acompanhando as mudanças que ocorrem na sociedade e na educação. Nesse sentido, a formação de professores para a educação infantil deve contemplar também a oferta de cursos de formação continuada, que permitam aos profissionais atualizarem-se e aprimorarem suas práticas pedagógicas.

Por fim, é importante destacar que a formação de professores para a educação infantil não deve se limitar apenas à oferta de cursos de formação inicial e continuada. É preciso que os governos garantam condições adequadas de trabalho para os professores, como salários dignos, carga horária compatível e condições de trabalho seguras e saudáveis. Como afirma Casagrande (2015), a valorização dos professores é fundamental para que eles possam desempenhar seu papel de forma eficaz, garantindo uma educação infantil de qualidade.

Diante desses desafios, é fundamental que a formação de professores para a educação infantil seja prioridade na agenda educacional do país. É preciso que os governos invistam em políticas públicas que valorizem a educação infantil, garantindo a formação adequada e a valorização dos profissionais que atuam nessa etapa educacional.

Além disso, é importante que a sociedade como um todo reconheça a importância da educação infantil e se mobilize para exigir que os governos garantam condições adequadas para sua implementação. Como destaca Paro (2017), a educação infantil é um direito das crianças e uma responsabilidade do Estado, mas também é uma responsabilidade de toda a sociedade, que deve se engajar na luta por uma educação de qualidade para as crianças.

Em resumo, a formação de professores para a educação infantil é um dos principais desafios para a implementação de uma educação de qualidade nessa etapa educacional. Para superar esse desafio, é preciso investir na formação inicial e continuada dos professores, garantir condições adequadas de trabalho e valorizar a educação infantil como um direito das crianças e uma responsabilidade da sociedade como um todo. Somente assim poderemos

garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde a mais tenra idade, preparando-as para o futuro e contribuindo para o desenvolvimento nacional.

1.6.2 A Infraestrutura para a Educação infantil

A educação infantil é uma etapa fundamental na formação dos indivíduos, pois é nessa fase que as crianças desenvolvem habilidades cognitivas, motoras e sociais que serão fundamentais ao longo de suas vidas. No entanto, a implementação de uma educação infantil de qualidade ainda enfrenta diversos desafios, sendo um deles a infraestrutura necessária para o seu funcionamento.

De acordo com dados do Censo Escolar de 2020, cerca de 29% das escolas públicas de educação infantil não possuem banheiro adequado para crianças, e apenas 38,6% das escolas possuem parque ou playground para as atividades lúdicas e recreativas. Esses dados evidenciam a falta de infraestrutura adequada para a educação infantil, o que pode comprometer a qualidade do ensino oferecido.

A qualidade da educação infantil no Brasil é diretamente impactada pela adequação dos espaços físicos destinados às atividades pedagógicas. Conforme indicado pelas "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil", é essencial que as escolas disponham de locais amplos e bem iluminados, incluindo salas de aula, bibliotecas e laboratórios de informática, para facilitar a realização de uma gama variada de atividades. Tais ambientes são fundamentais para estimular a criatividade e a curiosidade das crianças, elementos chave para um desenvolvimento saudável.

Além da infraestrutura física, a disponibilidade de materiais pedagógicos e lúdicos ocupa um lugar de destaque na educação infantil. Brinquedos, jogos e outros recursos educativos são vitais não apenas para o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças, mas também para fomentar a socialização e a criatividade. No entanto, a realidade de muitas escolas públicas brasileiras é marcada pela escassez desses materiais, o que limita a eficácia do processo educativo.

Para enfrentar e superar estes desafios Veiga e Neves (2021) diz que é necessário um comprometimento dos governos com investimentos substanciais na infraestrutura das escolas de educação infantil. Isso inclui a construção e renovação de espaços apropriados para as atividades pedagógicas e recreativas, bem como a provisão de materiais educativos e lúdicos. Adicionalmente, a capacitação de gestores escolares e professores para a utilização eficiente desses recursos é crucial, assegurando assim a oferta de uma educação de qualidade para as crianças na faixa etária de zero a cinco anos.

É importante destacar que a infraestrutura adequada é um direito das crianças e uma responsabilidade do Estado. Como afirmam Veiga e Neves (2021, p. 29), "é dever do poder público oferecer condições para que a educação infantil aconteça de forma adequada, proporcionando um ambiente físico e pedagógico que possibilite o desenvolvimento integral das crianças". Por isso, é necessário que a sociedade como um todo se mobilize para exigir dos governos investimentos nessa área e para garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde a mais tenra idade.

Em resumo conforme Veiga e Neves (2021), a infraestrutura é um dos principais desafios para a implementação de uma educação infantil de qualidade. É preciso garantir espaços adequados para as atividades pedagógicas e lúdicas, além da disponibilização de materiais educativos, para possibilitar o desenvolvimento integral das crianças. Somente assim poderemos formar cidadãos críticos e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Outro ponto relevante é a necessidade de uma gestão eficiente dos recursos financeiros destinados à infraestrutura da educação infantil. Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), é preciso que os estados e municípios invistam no mínimo 10% de seus recursos em educação. No entanto, muitas vezes esses recursos são mal geridos, o que compromete a qualidade do ensino oferecido.

Para além do financiamento, também é importante que haja uma fiscalização rigorosa do uso desses recursos, garantindo que sejam aplicados de forma adequada e transparente. A participação da comunidade escolar nesse processo também é fundamental, uma vez que a colaboração dos pais e responsáveis pode contribuir para a identificação de problemas e soluções mais efetivas.

Nesse sentido para Xavier, Ferreira e Andrade (2009), a formação dos gestores escolares também é relevante, uma vez que é necessário que esses profissionais tenham habilidades e competências para gerir os recursos financeiros de forma eficiente, garantindo a disponibilidade de infraestrutura adequada para a educação infantil. Além disso, a participação de especialistas em engenharia, arquitetura e pedagogia na elaboração de projetos arquitetônicos e pedagógicos pode contribuir para a criação de espaços e materiais educativos adequados e eficazes.

Em conclusão, a infraestrutura é um dos desafios mais relevantes para a implementação de uma educação infantil de qualidade. É preciso garantir espaços e materiais educativos adequados e eficazes, além de uma gestão eficiente dos recursos financeiros destinados à educação infantil. O envolvimento da sociedade civil e a participação ativa dos

gestores escolares e dos professores são fundamentais para superar esses desafios e garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde a mais tenra idade.

Além disso, a falta de investimentos na infraestrutura da educação infantil também é um desafio para a implementação de uma educação de qualidade. Segundo Romano e Matos (2019), a infraestrutura é essencial para a garantia de um ambiente adequado e seguro para as crianças, além de ser um fator importante para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. No entanto, a falta de recursos e de políticas públicas efetivas têm prejudicado a criação e manutenção de espaços adequados para as atividades educacionais das crianças.

Um dos problemas enfrentados é a falta de espaços físicos apropriados para a realização das atividades educacionais, como salas de aula, bibliotecas, áreas de recreação, entre outros. Muitas vezes, as escolas de educação infantil são improvisadas em espaços inadequados, como garagens, salas comerciais ou espaços alugados. Segundo Romano e Matos (2019), essa falta de infraestrutura prejudica a qualidade da educação oferecida, pois limita as possibilidades de atividades pedagógicas e de socialização das crianças.

Outro fator importante é a falta de equipamentos e materiais pedagógicos. De acordo com Xavier, Ferreira e Andrade (2009), é fundamental que as escolas de educação infantil tenham acesso a materiais lúdicos, jogos, brinquedos e livros adequados à idade das crianças. No entanto, a falta de investimentos públicos e a precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação infantil dificultam a aquisição desses materiais.

Por fim, a falta de condições de trabalho adequadas para os profissionais da educação infantil também prejudica a implementação de uma educação de qualidade. De acordo com Gomes (2008), os professores e demais profissionais da educação infantil necessitam de formação continuada, salários dignos e condições de trabalho adequadas para poderem desenvolver suas atividades de forma efetiva e comprometida com a educação das crianças. No entanto, a precarização do trabalho e a falta de reconhecimento e valorização desses profissionais tem sido um obstáculo para a garantia de uma educação de qualidade.

Em suma, a implementação de uma educação infantil de qualidade no Brasil enfrenta uma série de desafios, como a formação de professores, o financiamento e a infraestrutura das escolas. É necessário que o poder público e a sociedade em geral reconheçam a importância da educação infantil para o desenvolvimento humano e social e se comprometam em investir em políticas públicas que garantam uma educação de qualidade para todas as crianças.

1.6.3 O Financiamento da Educação infantil

A educação infantil é um direito garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e é uma etapa crucial do processo educacional. No entanto, a implementação de uma educação infantil de qualidade ainda enfrenta diversos desafios, sendo um deles o financiamento. A falta de recursos financeiros adequados afeta diretamente a qualidade da infraestrutura, formação de professores, materiais didáticos e outros aspectos que são essenciais para uma educação infantil de qualidade.

Segundo Barbosa (2014), a educação infantil não é vista como uma prioridade no Brasil, e isso reflete na alocação insuficiente de recursos financeiros para essa etapa da educação. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2020, apenas 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB) foi destinado à educação básica, o que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Isso demonstra a falta de prioridade dada à educação como um todo, e especialmente à educação infantil.

A falta de recursos financeiros também afeta diretamente a formação de professores para a educação infantil. A formação adequada e continuada dos profissionais é essencial para garantir uma educação de qualidade para as crianças. No entanto, de acordo com Gomes (2008), a formação inicial de professores para a educação infantil ainda é insuficiente e muitas vezes inadequada. Além disso, a falta de recursos para a formação continuada também é um problema enfrentado pelos profissionais que atuam nessa área.

Outro aspecto que é afetado pela falta de recursos financeiros é a infraestrutura das instituições de educação infantil. De acordo com Romano e Matos (2019), muitas escolas e creches públicas ainda possuem uma infraestrutura precária, com salas superlotadas, falta de espaços adequados para brincadeiras e atividades ao ar livre, e falta de materiais didáticos e lúdicos. Esses fatores prejudicam o desenvolvimento integral das crianças e comprometem a qualidade da educação.

Para enfrentar esses desafios, é necessário um investimento maior em educação infantil por parte do poder público. Segundo Xavier, Ferreira e Andrade (2009), é importante uma ação conjunta entre o governo federal, estados e municípios para garantir um financiamento adequado para essa etapa da educação. Além disso, é preciso uma gestão eficiente dos recursos disponíveis, para que eles sejam direcionados para a formação de professores, melhoria da infraestrutura e aquisição de materiais didáticos.

Em resumo, a implementação de uma educação infantil de qualidade enfrenta diversos desafios, entre eles a falta de recursos financeiros. Para garantir o direito à educação de qualidade para as crianças, é necessário um investimento adequado por parte do poder público,

ação conjunta entre os governos federal, estaduais e municipais, gestão eficiente dos recursos disponíveis e um compromisso com a formação de professores e melhoria da infraestrutura das instituições de educação infantil.

1.7 ABORDAGENS E APLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE

A educação de qualidade é uma necessidade crucial para o desenvolvimento da sociedade e para o aprimoramento pessoal e profissional dos indivíduos. Dessa forma, é importante compreender quais abordagens e aplicações são necessárias para garantir uma educação de qualidade.

Uma das abordagens fundamentais para garantir uma educação de qualidade é o estabelecimento de uma base sólida de conhecimentos e habilidades. Conforme afirma Alves (2020), é fundamental que as instituições educacionais promovam um ensino multidisciplinar e que permita o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para a vida, tais como a capacidade de resolução de problemas, criatividade e pensamento crítico. Nesse sentido, é necessário que a educação esteja em constante evolução e adaptação às demandas do mercado de trabalho e da sociedade.

Outra abordagem relevante para a educação de qualidade é a aplicação de métodos pedagógicos inovadores e interativos, como destaca Silva (2019). O uso de tecnologias educacionais, jogos e simulações pode ser uma forma de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e interessante para os alunos. A abordagem de aprendizagem baseada em projetos também é uma técnica eficaz para promover o envolvimento e a participação dos alunos, além de estimular a criatividade e o pensamento crítico.

Além disso, é importante ressaltar a importância de uma abordagem inclusiva na educação de qualidade. De acordo com Bocchese et al. (2021), a inclusão social e a diversidade cultural são fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos. É necessário que as instituições educacionais promovam um ambiente acolhedor e respeitoso, que valorize a diversidade e as diferenças individuais. A inclusão também deve abranger alunos com necessidades especiais, garantindo o acesso a recursos e tecnologias que possam auxiliá-los em seu processo de aprendizagem.

A educação infantil na visão de Bocchese et al. (2021) é uma etapa fundamental do processo educacional, pois é nesse período que as crianças desenvolvem habilidades cognitivas, sociais, emocionais e físicas que irão influenciar sua vida adulta. Para que essa etapa da educação seja de qualidade, é necessário que sejam aplicadas abordagens adequadas e efetivas.

Diversas abordagens têm sido propostas para a educação infantil, cada uma com seus princípios e metodologias específicas. A abordagem construtivista, por exemplo, propõe que as crianças construam seu próprio conhecimento, a partir de suas experiências e vivências. Segundo Vygotsky (2001), o desenvolvimento cognitivo da criança ocorre a partir das interações sociais e das atividades que realiza em seu ambiente.

Outra abordagem é a pedagogia Waldorf, que se baseia na ideia de que a educação deve ser integrada e voltada para o desenvolvimento integral da criança, incluindo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e espirituais. Segundo Steiner (1995), o processo educativo deve ser adaptado às fases de desenvolvimento da criança e valorizar a criatividade, a imaginação e o contato com a natureza.

Além dessas abordagens, a ludicidade tem sido cada vez mais valorizada na educação infantil. O lúdico é uma forma de aprendizagem que utiliza o jogo e a brincadeira como meios de ensino, e é considerado fundamental para o desenvolvimento da criança. De acordo com Kishimoto (2004), a brincadeira é uma atividade espontânea e prazerosa que permite às crianças explorar, descobrir e aprender sobre o mundo ao seu redor. A utilização do lúdico na educação infantil pode trazer diversos benefícios, como o estímulo à criatividade, à imaginação, à socialização e ao desenvolvimento motor. Além disso, as atividades lúdicas podem ser adaptadas a diferentes faixas etárias e temas específicos, tornando o aprendizado mais dinâmico e significativo.

Para aplicar essas abordagens e utilizar o lúdico na educação infantil, é fundamental que os professores estejam preparados e capacitados para isso. Segundo Gadotti (2012), a formação adequada dos profissionais da educação é essencial para garantir a qualidade da educação oferecida às crianças. Além disso, é preciso uma infraestrutura adequada, com espaços de aprendizagem adaptados às necessidades das crianças e materiais pedagógicos de qualidade.

Em suma, a concretização de uma educação infantil de alta qualidade depende de uma série de fatores interconectados. Isso inclui a adoção de abordagens pedagógicas que sejam não apenas adequadas, mas também eficazes, enfatizando o desenvolvimento integral da criança e utilizando métodos lúdicos como ferramentas fundamentais de aprendizagem. Além disso, a capacitação dos professores e a adequação da infraestrutura das instituições de ensino às necessidades específicas das crianças são aspectos cruciais.

No entanto, a implementação de uma educação infantil exemplar no Brasil é desafiadora devido a uma variedade de fatores. A escassez de recursos financeiros e a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas direcionadas à educação são alguns dos obstáculos mais

proeminentes. Ademais, essa complexidade se estende à intersecção da educação com o desenvolvimento regional, destacando a importância de uma educação de qualidade que não apenas beneficie individualmente as crianças, mas também contribua significativamente para o avanço das comunidades e regiões nas quais estão inseridas. Assim, compreende-se que a educação infantil é um elemento vital não apenas no contexto educacional, mas também como um fator chave no desenvolvimento social e regional mais amplo.

O próximo capítulo trará uma análise mais aprofundada do tema, apresentando "O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITOS, IMPORTÂNCIA E BENEFÍCIOS". Serão discutidas as principais teorias e pesquisas que destacam o valor do lúdico na educação infantil, bem como as práticas pedagógicas que podem ser utilizadas para favorecer a aprendizagem de forma lúdica e prazerosa. Compreenderemos como o lúdico se integra ao processo de desenvolvimento regional, contribuindo para uma educação significativa e transformadora, capaz de impulsionar o avanço das comunidades e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITOS, IMPORTÂNCIA E BENEFÍCIOS

O lúdico na educação infantil é amplamente reconhecido como uma abordagem pedagógica que favorece o desenvolvimento integral das crianças. Segundo Brougère (2010), o brinquedo e as brincadeiras desempenham um papel fundamental no processo educativo, permitindo às crianças explorar o mundo ao seu redor e exercitar sua criatividade. Além disso, Kishimoto (2011) destaca que as atividades lúdicas promovem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, possibilitando a construção de conhecimentos de forma prazerosa e significativa.

A importância do lúdico na educação infantil também é destacada por Huizinga (2017), que afirma que o jogo é um elemento intrínseco à cultura humana, permitindo o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para a vida em sociedade. Por meio do jogo e das brincadeiras, as crianças aprendem a interagir, a resolver problemas e a colaborar com os outros.

Ao considerar os benefícios do lúdico na educação infantil, Piaget (1982) ressalta que as atividades lúdicas estimulam o pensamento criativo, a imaginação e a resolução de problemas, promovendo o desenvolvimento intelectual das crianças. Além disso, as brincadeiras e os jogos possibilitam o desenvolvimento motor, contribuindo para a coordenação motora e o equilíbrio (Kishimoto, 2011).

Apresenta-se aqui uma discussão essencial para que se possa compreender o que de fato é a ludicidade, busca-se evidenciar a relevância de se utilizar do lúdico no contexto educacional por entender que a ludicidade pode oferecer um leque de possibilidades ao educando no seu fazer pedagógico, dando assim, subsídios necessários para a sua prática docente, salientando também discussões e reflexões sobre o lúdico enquanto ferramenta necessária para a construção de um indivíduo crítico, reflexivo e consciente da sua realidade.

Portanto, este capítulo tem como objetivo explorar o conceito do lúdico na educação infantil, ressaltando sua importância para o desenvolvimento integral das crianças e apresentando os benefícios que as atividades lúdicas podem proporcionar. A compreensão teórica e prática do lúdico na educação infantil é essencial para promover práticas pedagógicas que valorizem o brincar e estimulem o desenvolvimento global das crianças.

2.1 A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO UNIVERSO INFANTIL

A percepção atual da infância reconhece a criança como um ser pensante, dotado de capacidades cognitivas, emocionais, físicas e psicológicas. No entanto, nem sempre foi assim. Durante a Idade Média, a criança era vista como desprovida de autonomia. Conforme apontado por Àries (1981, p. 10), naquela época, existia um sentimento superficial em relação à criança, denominado de "paparicação", reservado aos primeiros anos de vida, quando ela era considerada apenas uma pequena criaturinha engraçada. As pessoas se divertiam com a criança como se fosse um animalzinho ou um macaquinho impudico. Se a criança falecesse, como muitas vezes ocorria, alguns poderiam ficar desolados, mas, em geral, não se dava muita importância, pois outra criança logo a substituiria. A criança não saía do anonimato ao qual estava relegada.

No século XVI, a criança era considerada um adulto em miniatura, sem distinção entre o mundo adulto e o mundo infantil. Os meninos eram orientados pelos pais, que os ensinavam atividades como caçar, montar a cavalo e aprender táticas de guerra, enquanto as meninas ficavam sob a responsabilidade das mães, que as ensinavam as tarefas domésticas femininas (ARIÈS, 1981).

Segundo Ariès naquela época, as crianças eram inseridas no contexto social dos adultos e não recebiam nenhum tratamento diferenciado adequado à sua idade. A infância era vista apenas como uma transição ou preparação para a vida adulta. Apenas no século XVII, começou a surgir uma visão diferenciada sobre a infância, refletida nas casas, escolas e sociedade. Ao longo dos anos, a infância passou a receber um pouco mais de atenção e cuidado.

A partir do século XIX, conhecido como "o século das crianças", passou-se a valorizar, proteger e defender os direitos das crianças. Compreendeu-se que elas são seres com necessidades e especificidades, que requerem um atendimento mais adequado. De acordo com Àries (1981, p. 12):

Trata-se de um sentimento inteiramente novo; os pais passaram a se interessar pelos estudos de seus filhos e a acompanhá-los com cuidado, algo desconhecido anteriormente. A família começou a se organizar em torno da criança, atribuindo-lhe uma importância total. A criança saiu de seu antigo anonimato, tornando-se insubstituível e de difícil reprodução. Tornou-se necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. (ARIÈS, 1981, p. 12).

Com essa nova percepção da infância pela sociedade, o jogo e o brinquedo também ganharam maior importância, sendo incluídos no contexto educacional. Percebeu-se que o ato de brincar proporciona o desenvolvimento social, intelectual, físico e afetivo das crianças.

Conforme apontado por Baranita (2012, p. 36) antigamente, os jogos e brinquedos eram

considerados supérfluos, objetos de distração e recreação. Foi devido à nova imagem da criança na sociedade que o jogo e o brinquedo passaram a ter valor educativo.

O brincar não se limita apenas à diversão, mas também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de capacidades como atenção, imitação, memória, criatividade, sociabilidade, motricidade e inteligência. Através dos jogos, as crianças interagem umas com as outras, trocando experiências. Conforme mencionado por Neto (2001, p. 194), "brincar é uma das formas mais comuns de comportamento durante a infância, despertando grande interesse e atraindo pesquisadores no campo do desenvolvimento humano". Isso evidencia a curiosidade em investigar a relação entre o jogo e o desenvolvimento infantil.

Segundo Caillois (1990, p. 50), "o prazer sentido ao resolver uma dificuldade criada de forma tão peculiar e arbitrariamente definida reside na satisfação íntima de tê-la superado". Para a criança, brincar é algo vital, é sinônimo de vida ativa. Por meio do jogo, a criança adquire mais confiança em si mesma, pois ao resolver um problema, percebe sua capacidade e busca ir além, desenvolvendo sua autoconfiança e autonomia.

Os jogos possibilitam a experimentação de coisas novas, a interação com os outros, o desenvolvimento da capacidade de comunicação, o aprendizado da partilha, o respeito às regras e a aquisição de autonomia. Esses hábitos e atitudes são de suma importância para uma vida saudável em sociedade. Piaget (1990) observa três importantes estruturas mentais no universo infantil durante a evolução do brincar: o exercício, o símbolo e a regra.

O jogo de exercício é a fase em que a criança, dos zero aos dois anos de idade, realiza movimentos e ações repetitivas sem um objetivo prático, puramente pelo prazer de executar atividades motoras, como saltar, correr e andar. A partir dos dois anos de idade, a criança entra na fase do jogo simbólico, em que ela começa a fazer conexões com a realidade externa, buscando satisfazer seus desejos e resolver conflitos. Nessa fase, a habilidade principal da criança é distinguir um objeto usado como símbolo daquilo que ele representa. A terceira fase é o jogo de regras, que surge dos quatro aos sete anos de idade e envolve a transição da atividade individual para a atividade coletiva. Nesse momento, é importante utilizar jogos que promovam a socialização e o cumprimento de regras.

Conforme observado por Piaget (1990), as atividades lúdicas estimulam o desenvolvimento da inteligência. Portanto, quando incluído no ambiente escolar, o jogo pode se tornar uma ferramenta importante para o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Vygotsky (1989, p. 53) afirma que a ação imaginária contribui para o desenvolvimento das regras de conduta social. Através da imitação, as crianças representam papéis e valores necessários para sua participação na vida social, que internalizam durante as brincadeiras em

que imitam comportamentos adultos.

Com base no exposto acima, fica evidente que, por meio do jogo, a criança expressa suas experiências, cultura, costumes e o resultado da interação social. O jogo é de suma importância para o desenvolvimento infantil, pois permite que a criança imagine situações, imite papéis sociais de maneira espontânea e livre, além de promover a interação entre os indivíduos, fator indispensável para o desenvolvimento das relações sociais. Quando a criança está envolvida em atividades lúdicas, ela assume o papel de um adulto, imitando costumes, hábitos e atitudes, o que contribui para o amadurecimento de valores sociais.

Além das habilidades e capacidades mencionadas anteriormente, o ato de brincar também tem outras contribuições no campo da personalidade, afetividade e emoção as quais será abordado nos tópicos subseguintes deste estudo. Enquanto brinca, a criança se movimenta, estimula a mente, explora o ambiente e esses elementos são igualmente importantes para o desenvolvimento da aprendizagem, uma vez que a inteligência se desenvolve a partir das ações realizadas pelo indivíduo em seu meio. Resumidamente, por meio das atividades lúdicas, a criança forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas e também promove a socialização com outras crianças.

Vygotsky (1989, p. 84) afirma: "As crianças constroem estruturas mentais por meio do uso de instrumentos e sinais. O jogo, a criação de situações imaginárias, surge da tensão entre o indivíduo e a sociedade. O lúdico liberta a criança das amarras da realidade".

Portanto, as atividades lúdicas proporcionam à criança um momento para expressar seus sentimentos, pensamentos, medos e preocupações que estão em seu interior, manifestando-os por meio das brincadeiras, como no faz de conta. Dessa forma, a criança expressa sua visão de mundo ou como gostaria que ele fosse por meio da brincadeira.

Ainda segundo Vygotsky (1979, p. 45), "a criança aprende muito ao brincar. O que aparentemente ela faz apenas para distrair-se ou gastar energia é, na realidade, uma importante ferramenta para seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social e pedagógico".

A infância é o tempo de brincar, enquanto para os adultos a brincadeira é uma atividade de distração e relaxamento, para as crianças vai muito além disso. Brincar permite que elas soltem a imaginação, descubram a si mesmas e aprendam sobre o mundo que as cerca. Ao explorarmos a importância do brincar no universo infantil, percebemos o quão fundamental é essa atividade para o desenvolvimento integral das crianças, estimulando sua criatividade, imaginação, socialização e habilidades motoras. Agora, avançando para o próximo tópico, iremos nos aprofundar nas definições do termo "lúdico", buscando compreender suas nuances e significados, a fim de explorar como a ludicidade se manifesta nas práticas educativas e como

ela contribui para o processo de ensino-aprendizagem.

2.2 DEFINIÇÕES DO TERMO "LÚDICO"

De acordo com o dicionário Michaelis (2010), a palavra "lúdico" refere-se a tudo relacionado a jogos e brincadeiras. Ou seja, quando participamos de um jogo ou realizamos uma brincadeira, independentemente de ser em sala de aula ou em outro contexto, estamos envolvidos em uma prática lúdica.

Há ainda muitas incompreensões e dúvidas sobre ludicidade, atividades lúdicas, jogos, brinquedos e até brincadeiras. Questionamentos esses que perpassam desde o uso dos conceitos como sinônimos até aos seus aspectos históricos e sociais. Diante disso, faz-se necessário que busquemos uma maior compreensão dos mesmos a fim de dar base para a construção tanto do fazer pedagógico no que diz respeito à práxis docente, quanto do processo de ensino e aprendizagem. Dito isso, baseamos nosso trabalho principalmente nos estudos realizados por Luckesi (2014), Bacelar (2009) e que discorrem sobre o conceito de ludicidade e atividades lúdicas, como também da importância do(a) professor(a) em formação vivenciar a ludicidade para que dessa forma o mesmo se sinta preparado para exercer o seu papel frente à sala de aula. De acordo com Luckesi (2014, p. 13):

Ludicidade não é um termo dicionarizado. Vagarosamente, ele está sendo inventado, à medida que vamos tendo uma compreensão mais adequada do seu significado, tanto em conotação (significado), quanto em extensão (o conjunto de experiências que podem ser abrangidas por ele) (Luckesi, 2014, p. 13).

Inúmeros são os trabalhos que falam sobre a ludicidade e a sua relevância da aprendizagem, principalmente na educação infantil. Dialogando com Luckesi (2014), ressalta que a palavra lúdico vem do latim ludus e significa brincar. Neste brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e divertimentos e é relativa também à conduta daquele que joga, que brinca e que se diverte. Por sua vez, a função educativa do jogo oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo.

Como afirmou Dartner (2006) a palavra "ludus", em latim e em outros idiomas, possui dois significados: jogar e brincar. Portanto, podemos atribuir serenidade ao ato de jogar, combinada com a leveza do brincar, sem infantilizar as atividades ou exigir que adultos se tornem crianças por algumas horas. Assim como as crianças, os adultos também se envolvem em jogos por prazer (DARTNER, 2006, p. 25).

Observa-se que a palavra "lúdica" tem sua origem no latim "ludus", que significa brincar. No entanto, é importante notar que o conceito original de lúdico não se refere apenas às crianças ou a uma ação infantil, mas sim a algo que pode ser utilizado por adultos, sem infantilizá-los. No que se refere à utilização de jogos e brinquedos com um viés lúdico, Bacelar (2009, p. 9) acredita que "independente da época, cultura e classe social, os jogos e os brinquedos fazem parte da vida da criança, pois elas vivem num mundo de fantasia, de encantamento, de alegria, de sonhos, onde realidade e faz-de-conta se confundem".

Albuquerque (2012) defende a ideia de que a ludicidade deve ser considerada como uma necessidade para o desenvolvimento humano e não se pode ser vista apenas como algo relacionado à diversão.

Quando comumente falamos sobre ludicidade, o que normalmente vêm à nossa cabeça são as conhecidas atividades lúdicas, como também as brincadeiras infantis. Todavia, se faz necessário deixar claro para uma maior compreensão, que existe uma diferença primordial quando se fala de ludicidade e atividades lúdicas. A ludicidade é um estado interno ao sujeito, ainda que as atividades, denominadas como lúdicas, sejam externas, observáveis e possam ser descritas por observadores, tais como os didatas, os historiadores, os sociólogos. A experiência lúdica (=ludicidade), que é uma experiência interna ao sujeito, só pode ser percebida e expressa pelo sujeito que a vivencia (LUCKESI, 2014).

Já as atividades lúdicas fazem referência às atividades externas do sujeito, que podem proporcionar ou não esse sentimento de plenitude. Os jogos, os brinquedos, as brincadeiras, as músicas, o teatro, as dinâmicas, dentre tantos outros, são exemplos de atividades lúdicas que podem despertar ou não a experiência lúdica. O que vai diferenciar a primeira da segunda é o despertar do sentimento lúdico no sujeito que a vivencia. Ou seja, ludicidade e atividades lúdicas, apesar de serem denominadas igualmente, são fenômenos distintos e precisam ser compreendidos de acordo com as suas especificidades (LUCKESI, 2014).

Pode-se ilustrar essa ideia com o exemplo de uma criança que por algum motivo não gosta de brincar de esconde-esconde; essa atividade de brincar de esconde-esconde muitas vezes além de ser chata e enfadonha para essa criança pode ser incômoda e conseqüentemente não despertar nenhuma ludicidade. O que precisamos deixar claro, é que nem todas essas atividades que normalmente são denominadas de lúdicas irão abranger de forma integral todos os indivíduos que a praticam, sendo levada em consideração a individualidade de cada um, ou seja, brincar de esconde-esconde, por exemplo, pode ser lúdico para uma criança como também pode não ser para outra. Da mesma forma que um indivíduo que observa "externamente" a realização dessa atividade não pode dizer se a mesma foi lúdica ou não para os sujeitos que a

realizaram.

Luckesi (2014) ainda enfatiza que é fundamental que reforcemos que a vivência lúdica pode ser positiva ou negativa com base nos nossos estados emocionais e as circunstâncias em que vivenciamos essas atividades. O passado interfere diretamente se a atividade será lúdica ou não para o indivíduo, uma vez que o mesmo está fortemente entrelaçado com a construção do sujeito enquanto pessoa, ou seja, a atividade só será lúdica ou não a depender de quem a vivencia e de como isso ocorre.

Dito isso, é importante considerarmos a diferença existente entre a ludicidade e as atividades lúdicas por mais simples que pareçam. Entretanto, não podemos vê-las como meios extremamente opostos, uma vez que as mesmas se relacionam diretamente uma com a outra favorecendo o processo de ensino e aprendizagem. Inicialmente limitado à sua origem, o termo "lúdico" estava associado apenas ao ato de jogar, brincar e ao movimento espontâneo. No entanto, sua evolução semântica não se restringiu a essas origens e acompanhou as pesquisas em Psicomotricidade. O lúdico passou a ser reconhecido como um traço essencial da psicofisiologia do comportamento humano, deixando de ser um simples sinônimo de jogo. As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as fronteiras do brincar espontâneo (ALMEIDA, 2009, p. 01).

Atualmente, a palavra "lúdico" tem adquirido novos significados e sentidos que vão além do simples ato de brincar, jogar e se divertir. É interpretada como um recurso que possibilita a aquisição de conhecimento e favorece o desenvolvimento da criança, uma vez que envolve objetivos educacionais. O lúdico pode ser utilizado como instrumento pedagógico para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem e permitir a exploração da relação da criança com o mundo ao seu redor como será exposto logo mais a frente deste estudo. Quando aplicado corretamente, pode contribuir para um ensino de alta qualidade (MALUF, 2008).

O significado da atividade lúdica na vida da criança pode ser compreendido ao considerar todos os aspectos envolvidos: preparação para a vida, prazer de agir livremente, possibilidade de repetir experiências, realização simbólica de desejos (CHATEAU, 1987 apud NILES; SOCHA, 2014, p. 84).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil (BRASIL, 1998) estabeleceu a brincadeira como um de seus princípios norteadores, definindo-a como um direito da criança que promove seu desenvolvimento, interação social e a situa na cultura em que está inserida (SOCHA, 2014, p.88).

Após explorar as definições do termo "lúdico" e compreender suas diversas dimensões, é possível afirmar que sua importância na educação infantil é indiscutível. No próximo tópico,

será analisado a relevância do lúdico na educação infantil, destacando como sua presença nas práticas pedagógicas favorece o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. Destacando como o uso de atividades lúdicas estimula a criatividade, a imaginação, a autonomia e a capacidade de resolver problemas, proporcionando um ambiente propício para a construção de conhecimentos de forma significativa e prazerosa.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O lúdico na educação infantil é de fundamental importância, pois proporciona uma aprendizagem interativa e prazerosa, permitindo que as crianças aprendam brincando (Ferreira; Silva Reschke, [s/d], p.3). Como descrito no tópico anterior o termo "lúdico" tem origem na palavra latina "ludus", que significa "jogo". Embora inicialmente se referisse apenas ao ato de jogar e brincar espontaneamente, o lúdico passou a ser reconhecido como um traço essencial do comportamento humano, transcendendo a simples definição de jogo. Suas implicações extrapolam as fronteiras do brincar espontâneo (FERREIRA; SILVA RESCHKE, [s/d], p. 3).

A ludicidade é um assunto que vem aos poucos fazendo parte das discussões sobre educação, principalmente sobre a educação infantil. Isso se deve pelo fato de que o brinquedo, a brincadeira, os jogos, entre outros, estarem diretamente relacionados com a essência da criança, uma vez que o ato de brincar é intrínseco à infância. Sendo assim, o uso desses mecanismos com um viés didático pedagógico, podem auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, como também no desenvolvimento pessoal, social, emocional, corporal e afetivo das crianças. Para Bacelar (2009, p. 65):

Quando uma criança brinca de carrinho, por exemplo, ela pode vivenciar de forma integrada, uma experiência que envolve os aspectos: corporal (realizando algum movimento com um carro ou algum outro objeto que esteja significando um carro); mental (realizando algumas das atividades desta área: atenção, abstração, memória, etc.); emocional (pode estar sentindo tensão/relaxamento, alegria;tristeza etc.). Ao realizar essa atividade muita coisa, em dimensões subjetivas pode estar acontecendo... Além desse processo, que se dá no próprio indivíduo, acontecem aqueles decorrentes das relações com outras crianças ou adultos, re-atualizando aprendizados realizados anteriormente com outras pessoas. É a partir da realização dessa atividade lúdica que acontece o transitar entre a objetividade da ação e a subjetividade do ser; entre presente, passado e futuro, integrando, no aqui e no agora, as dimensões emocional, física, mental; integrando o ser, o viver, o sentir e o aprender (BACELAR, 2009, p. 65).

As atividades lúdicas estão presentes em todas as classes sociais, permitindo que crianças de várias idades brinquem e se divirtam através da ludicidade (SOARES, 2010, p.18).

O lúdico promove a aprendizagem e favorece o desenvolvimento físico, intelectual e social da criança, proporcionando um desenvolvimento real, completo e prazeroso.

O brincar é uma atividade dinâmica e está sempre em transformação, não preservando objetos, papéis ou ações do passado das sociedades. Essa característica de transformação dos contextos das brincadeiras confere riqueza ao lúdico. O brincar se modifica de um contexto para outro, de um grupo para outro (FRIEDMANN, 2006, p. 43). Essa dinamicidade das atividades lúdicas possibilita que as crianças interajam entre si e aprendam de forma significativa.

Na atividade lúdica, o que importa não é apenas o resultado final da atividade, mas a própria ação e o momento vivido. Ela proporciona àqueles que a experimentam momentos de encontro consigo mesmos e com os outros, momentos de fantasia e realidade, de ressignificação e percepção, momentos de autoconhecimento e conhecimento do outro, momentos de cuidado próprio e de atenção ao outro, momentos de vida (SANTOS, 2011, p. 20).

É nesse contexto que a criança se desenvolve, pois é capaz de internalizar suas descobertas, transformando-as em conhecimento e aprendizado. Para que isso ocorra, é importante que os professores estejam abertos à mudança e se engajem em novas práticas que proporcionem situações de aprendizagem. Segundo Ribeiro (2013, p. 1), o lúdico promove uma alfabetização significativa na prática educacional.

O lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, além de contribuir para uma boa saúde mental. Ele prepara um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento (SANTOS, 2002, p. 12).

As atividades lúdicas não se limitam a momentos divertidos ou simples passatempos, são momentos de descoberta, construção e compreensão de si mesmo. Estimulam a autonomia, a criatividade e a expressão pessoal. Dessa forma, possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de aspectos importantes para a construção da aprendizagem. Além disso, permitem que educadores e educandos se descubram, se integrem e encontrem novas formas de vivenciar a educação (PEREIRA, 2005, p. 20).

De acordo com Santos (2014), a LudoEducação busca usar as atividades lúdicas como planejamento escolar que motive os alunos na construção do conhecimento. No entanto, muitas vezes os educadores não aproveitam essas ferramentas como intervenção psicopedagógica, resultando em atividades descomprometidas ou impostas, perdendo a magia e o encantamento. A autora ressalta a necessidade de aprofundar e discutir essas questões nas escolas, para destacar a importância do lúdico no ambiente escolar.

Ao utilizar atividades lúdicas, o educador não apenas ensina conteúdos conceituais, mas também envolve os alunos de forma integral, considerando seu desenvolvimento físico, afetivo, social e moral. É importante que os educadores compreendam como o brincar favorece a aprendizagem e transmitam essa compreensão aos pais e à sociedade, para que se perceba que a educação não precisa se manter presa a modelos tradicionais (SANTOS, 2014).

Em um mundo permeado pela tecnologia, os estudantes muitas vezes perdem o interesse pelas disciplinas devido à sua imersão tecnológica. Nesse contexto, é necessário que os professores utilizem meios que façam os alunos se sentirem envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de forma lúdica e divertida. A ludicidade se torna, portanto, uma ferramenta relevante para o desenvolvimento dos alunos em diferentes aspectos (CASTELLS, 2005).

Os jogos são frequentemente relacionados a duas funções principais: a função lúdica, que envolve diversão e prazer voluntário, e a função educativa, que permite que as crianças desenvolvam seus saberes e conhecimento de mundo com base em suas experiências (KISHIMOTO, 2008). Todo processo de aprendizagem envolve a significação das informações adquiridas, pois nem toda informação se torna conhecimento sem passar por um processo de assimilação e significação (RAU, 2013).

Segundo Leal (2011), o uso do lúdico na metodologia educacional é essencial para proporcionar uma atividade prazerosa, concreta e significativa, resultando em um ensino de qualidade. Os jogos e brincadeiras contribuem para o desenvolvimento das capacidades e das relações interpessoais, além de estimular a aceitação, respeito e confiança, ampliando o conhecimento da realidade cultural e social da criança.

Para que os educadores possam utilizar a ludicidade como aliada em seu trabalho pedagógico e obter resultados efetivos no processo de ensino, é necessário elevar o conhecimento e criar motivação para a aprendizagem. O educador deve ser inovador em seu trabalho, instigando a vontade de aprender nas crianças (BRASIL, 1998).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é fundamental que as crianças possam criar e recriar na escola, utilizando elementos da sua realidade para atribuir novos significados. A ludicidade na educação proporciona situações estimuladoras no processo de ensino-aprendizagem, promovendo o desenvolvimento infantil e alcançando níveis escolares cada vez mais altos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que, na Educação infantil, as aprendizagens essenciais incluem comportamentos, habilidades, conhecimentos e vivências que promovem o desenvolvimento nos diversos campos de experiências, tendo as interações e brincadeiras como eixos estruturantes (BRASIL, 2017).

O lúdico e a aprendizagem estão intrinsecamente ligados. Um ambiente escolar lúdico favorece um ensino mais interativo. O brincar pedagogicamente deve ser parte da rotina das crianças, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras, afetivas e sociais (DUTRA, 2015).

A escola deve fornecer aos educadores os meios para incorporar a ludicidade no cotidiano escolar, preparando-os para compreender a importância dessa abordagem no desenvolvimento prático com os alunos (LUCKESI, 2005).

Os professores devem entender que os jogos e brincadeiras têm um propósito na melhoria da aprendizagem. A utilização de atividades lúdicas nas escolas tem o objetivo de proporcionar experiências de recreação, socialização e plenitude para as crianças, sendo ferramentas indispensáveis no planejamento diário do professor (BORDIGNON; CAMARGO, 2013).

Em resumo, a ludicidade é uma ferramenta relevante no processo de desenvolvimento dos alunos, envolvendo diferentes aspectos e proporcionando uma aprendizagem significativa. A utilização de atividades lúdicas como recursos pedagógicos requer reflexão e adaptação por parte dos educadores, buscando aproveitar ao máximo o potencial do lúdico para promover a aprendizagem dos alunos de forma prazerosa e envolvente. A seguir, será abordado a discussão sobre a formação docente e sua relação com a ludicidade. Compreendendo como a formação dos professores pode impactar diretamente nas práticas lúdicas desenvolvidas em sala de aula, e como uma formação sólida e atualizada é fundamental para que os educadores estejam preparados para utilizar estratégias lúdicas de maneira efetiva.

2.4 FORMAÇÃO DOCENTE E LUDICIDADE

Como já abordado anteriormente a utilização do lúdico na educação infantil tem proporcionado resultados significativos no processo de aprendizagem das crianças. Essa abordagem auxilia no desenvolvimento do interesse pelas atividades propostas pelo professor, nas relações interpessoais e no aprimoramento de habilidades.

Conforme destacado por Garcia (2019), o lúdico é uma estratégia importante na relação entre professores e alunos na Educação infantil. Além disso, oferece aos alunos uma forma diferenciada e divertida de aprender, uma vez que o brincar é a principal linguagem nessa faixa etária. Portanto, é fundamental que os educadores valorizem o brincar como um momento indispensável na educação infantil, permitindo que as crianças adquiram conhecimento e superem suas limitações.

Nesse contexto, Azevedo e Alves (2017) reforçam a importância não apenas do professor na realização de atividades lúdicas, mas também do lúdico desde a formação inicial do pedagogo. Esses estudos demonstram que o trabalho centrado no lúdico no ensino superior pode ser um espaço de pesquisa científica, contribuindo para a formação de professores. Percebemos que o lúdico, por meio da brinquedoteca, pode ser um parceiro importante na educação das crianças, sendo essencial uma formação adequada para os estudantes de licenciatura. Dessa forma, fica evidente que o professor desempenha um papel fundamental ao conduzir e mediar o processo educativo. Se a ludicidade facilita a aprendizagem, é necessário que o professor participe ativamente dessa abordagem educacional e organize o ambiente de estudo de maneira a motivar as crianças a aprenderem por meio do brincar.

Como mencionado por Freire (2002), ensinamos quando a aprendizagem ocorre, pois se não houve aprendizagem, o ensino não se concretizou. É importante compreender que o que foi ensinado, mas não foi apreendido pelo aprendiz, não pode ser considerado como uma verdadeira aprendizagem.

Contudo falar sobre a docência e seu processo de formação nunca foi um assunto fácil de ser debatido, principalmente por apresentar poucos trabalhos que retratam sobre essa temática, apesar de o campo educacional ter se desenvolvido de forma bastante considerável nos últimos 50 anos. Entretanto, fica praticamente impossível falar sobre formação docente e esse processo de formação profissional e não se debruçar sobre os trabalhos de Tardif (2002) em que o autor descreve sobre os saberes necessários para o exercício da profissão, como também das inúmeras contribuições de Nóvoa (2017) em que o autor faz uma reflexão sobre a profissionalização docente com base também no seu contexto histórico.

Ao abordar o processo de formação docente, é essencial considerar as diversas perspectivas que enriquecem este campo. Neste contexto, as contribuições de Tardif (2002) são relevantes, especialmente sobre os saberes docentes e suas implicações na prática profissional. No entanto, para uma visão mais abrangente e que dialogue com diferentes abordagens, é recomendável também referenciar autores como Libâneo, cujo trabalho se concentra mais diretamente na didática e na prática pedagógica em sala de aula. Libâneo oferece uma perspectiva complementar, focando em métodos e estratégias de ensino eficazes, alinhados com os saberes teóricos discutidos por Tardif. Assim, ao integrar essas abordagens, a discussão sobre formação docente se torna mais completa e reflete uma intersecção entre teoria e prática.

Ainda conforme o autor, os saberes podem ser disciplinares, curriculares e experienciais. Os saberes disciplinares estão diretamente relacionados aos diversos campos do

conhecimento, dispostos hoje em ambientes como as universidades, ofertados nas formas de disciplinas e cursos, ou seja, as disciplinas como, por exemplo, português, geografia, matemática, entre outras, fazem parte dos saberes disciplinares em que são trabalhadas desde cursos na área da educação como em cursos de formação de professores. Já no que concerne aos saberes curriculares, Tardif (2002, p. 29) diz que:

Diante disso, percebemos que os saberes curriculares correspondem aos saberes que são transmitidos aos professores ao longo de toda a sua carreira através de programas escolares, com base no tripé objetivo, conteúdo e método, nas quais o professor deve aplicar ao seu fazer docente. (TARDIF, 2002, p. 29).

Ou seja, os saberes experienciais são aqueles saberes que são desenvolvidos ao longo de toda a prática docente com base nas experiências vividas enquanto professor, saberes esse que não derivam de instituições de formação e muito menos dos currículos, porém, são saberes que perpassam pelo exercício da profissão. É importante salientar mediante a esse contexto que “estes saberes não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias. São saberes práticos (e não da prática: eles não se superpõem à prática para melhor conhecê-la, mas se integram a ela e dela são partes constituintes enquanto prática docente)[...]”. (TARDIF, 2002, p. 49).

Tardif e Libâneo apresentam abordagens distintas, mas complementares, sobre a educação. Tardif, em "Saberes docentes e formação profissional" (2002), ressalta a importância da prática docente e o aprendizado contínuo do professor por meio da experiência, reflexão e colaboração. Ele vê o professor como um profissional da ação, cujo desenvolvimento ocorre na prática. Já Libâneo, em "Didática" (2006), argumenta que a educação é um processo de transmissão de conhecimentos, habilidades e valores, enfatizando a necessidade de uma base teórica sólida para orientar a prática pedagógica. Ele enxerga o professor como um profissional reflexivo, cujo desenvolvimento é alimentado pela reflexão sobre a prática.

Essas duas visões, embora aparentemente contraditórias, são na verdade complementares. Tardif valoriza a experiência prática, enquanto Libâneo destaca a teoria como essencial na formação docente. Esta dissertação pode se beneficiar da inclusão de ambas as perspectivas, gerando uma discussão mais rica sobre a formação e a prática docente, destacando a inter-relação entre teoria e prática na educação.

Para Bacelar (2009) inúmeros são os desafios enfrentados pelos professores na contemporaneidade. Isso se torna um fato inquestionável, tanto dentro das universidades como

no ambiente escolar, tendo em vista que o conhecimento racional tem certo destaque devido a aprovações em vestibulares, acarretando muitas vezes certo desestímulo por parte dos professores, como até o abandono de suas carreiras.

Mediante ao contexto da formação docente como também com base nas pesquisas referentes ao estudo do lúdico como ferramenta didática pedagógica, se percebe que a ludicidade vem ganhando cada vez mais espaço nos ambientes escolares, principalmente na educação básica, devido a sua grande contribuição na construção de sujeitos críticos e reflexivos. Todavia, ainda se percebe que a ludicidade, sendo reconhecida hoje como um status científico, ainda é pouco abordada no ensino superior, com destaque para os cursos de licenciatura. Dito isso, é importante perceber que a escola e a universidade sempre apresentaram uma relação íntima, uma espécie de simbiose. Os alunos que frequentam a escola hoje, e por hora escolhem a docência enquanto profissão são os mesmos que estarão na universidade passando pelo mesmo processo de formação. Ou seja, é um grande ciclo que se complementa (BACELAR, 2009).

Para Bacelar (2009) o fazer docente necessita de elementos que deem base para as suas ações, base essa que deve estar presentes desde os cursos de formação inicial até uma formação continuada se for possível. Com isso, se percebe que a formação lúdica está intrinsecamente relacionada com o fato de o professor em formação ser capaz de buscar mecanismos que façam a intermediação do processo de ensino e aprendizagem com base em atividades lúdicas, uma vez que o lúdico pode contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito que a vivencia.

Segundo Freire (2002), toda prática educativa requer a presença de sujeitos, um que ensina e aprende, e outro que aprende e ensina. Essa abordagem possui uma natureza gnosiológica, envolvendo a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos, além do uso de métodos, técnicas e materiais. Implica também na função direcional, objetivos, sonhos, utopias e ideias.

Nesse contexto, a formação lúdica do professor na educação infantil deve permitir que ele se conheça, compreenda suas limitações, supere resistências e construa uma visão significativa sobre a importância do brincar na vida das crianças. Como metodologia, o professor pode utilizar o lúdico como uma forma de diagnosticar, avaliar e intervir no desenvolvimento integral da criança, unindo a ludicidade a uma aprendizagem significativa.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil (RCNEI) de 1998, educar significa proporcionar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades infantis

de relacionamento interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e oferecendo às crianças acesso aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998).

Santos (1997) refere que ao trabalhar o lúdico na educação infantil, o professor media o desenvolvimento de características pessoais, sociais e culturais, despertando nas crianças empatia, obediência às regras e respeito ao próximo. Portanto, a prática docente por meio da ludicidade pode proporcionar o desenvolvimento de atividades que estimulem o raciocínio lógico, a criatividade e a aprendizagem de forma significativa e formativa conforme destacado e evidenciado pelos autores já aqui mencionados.

A formação lúdica, como destacado por Santos (1997), oferece vivências lúdicas e experiências corporais, utilizando ação, pensamento e linguagem, tendo no jogo sua fonte dinamizadora. A presença de conteúdos lúdicos nos cursos de formação é necessária, uma vez que as brincadeiras oferecem aos professores a oportunidade não apenas de se conhecer como pessoa, mas também de ter uma compreensão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo na vida da criança.

Portanto para Fernandes (2013), a formação continuada se torna essencial como ponto de partida para um trabalho pedagógico que respeite a criança como sujeito de direitos, incluindo o direito a uma educação de qualidade. Aqueles que trabalham diretamente com as crianças devem buscar constantemente atualização e aprimoramento, a fim de desempenhar suas funções da melhor maneira possível, ampliando as experiências e os conhecimentos das crianças.

Para o autor Fernandes (2013) o professor não deve utilizar o lúdico apenas para preencher o tempo livre após uma prova, mas sim com um propósito pedagógico. Alguns professores podem não encorajar brincadeiras espontâneas nas crianças, o que pode bloquear a imaginação e as habilidades de resolução de problemas. Essa conduta muitas vezes ocorre devido às dificuldades enfrentadas pelos professores em justificar atividades lúdicas no ensino. No entanto, essa barreira pode ser superada por meio de uma formação qualificada, que capacite esses professores a utilizarem estratégias que promovam o desenvolvimento cognitivo e social das crianças.

É de suma importância que a escola e o educador atuem em parceria, direcionando as atividades de forma a desvelar a brincadeira e focar em aspectos pedagógicos. Isso estimula a interação social entre as crianças e desenvolve habilidades intelectuais que apoiam seu percurso educacional. Conforme afirmam Conti e Spert (2001, p. 60), "o brincar é uma atividade prática na qual as crianças constroem e transformam seu mundo, renegociando e redefinindo a

realidade".

De acordo com Fernandes (2013), a ludicidade desempenha um papel essencial na construção e afirmação do sujeito como um ser criativo e construtor de sua própria história. Nesse sentido, é responsabilidade do professor promover uma prática pedagógica que proporcione uma aprendizagem prazerosa e significativa, contribuindo para uma educação de qualidade que auxilie a criança a compreender e superar a realidade em que está inserida, utilizando o espaço escolar como um instrumento de libertação. Vale ressaltar que a afetividade é um dos fenômenos envolvidos no ato de brincar, mesmo em jogos competitivos, por exemplo, a presença da desafeição faz parte da competitividade gerada pelo jogo.

Para lidar com essa questão, é necessário que o professor esteja preparado e consciente de que a ludicidade é uma ferramenta fundamental nesse processo educativo. O planejamento das atividades deve ser realizado considerando os objetivos a serem alcançados, como a cognição, a socialização e a afetividade. Quando esses objetivos são internalizados pelos alunos, a autoestima e a empatia emergem, sendo princípios fundamentais para o seu desenvolvimento (FERNANDES, 2013).

Nesse sentido, o professor precisa observar o contexto ao seu redor e criar possibilidades de aprendizagem lúdica. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a formação de professores é fundamental para a efetiva transformação do ensino. Isso implica na revisão e atualização dos currículos da formação inicial dos professores, bem como na implementação de programas de formação continuada que não apenas supram as deficiências da formação inicial, mas também sejam espaços privilegiados de investigação didática, voltados para a produção de novos materiais, análise e reflexão sobre a prática docente, e transposição didática dos resultados de pesquisas realizadas na área de linguística e educação em geral (BRASIL, 1998).

É necessário garantir o direito dos professores de receberem uma formação inicial sólida e uma formação continuada que as capacite a "[...] aprender com as crianças, viver com as crianças, brincar com elas" (KRAMER, 2002). A vivência de oficinas envolvendo jogos, brincadeiras e trabalho pedagógico deve ser compartilhada por aqueles que são ou serão responsáveis pela educação da criança. Conforme Santos e Cruz (1997) ressaltam, o adulto que volta a brincar não se torna criança novamente, mas vivencia e resgata com prazer a alegria do brincar. Portanto, é fundamental resgatar essa ludicidade, a fim de transpor essa experiência para o campo da educação, ou seja, promover a presença do lúdico.

Diante desse contexto para Santos (1997), o professor deve planejar e sistematizar as atividades a serem desenvolvidas, com objetivos claros e finalidades voltadas para o

desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos. No entanto como destacado no decorrer do texto acima exposto, na prática, observa-se que o lúdico é muitas vezes considerado apenas uma ferramenta complementar, havendo uma lacuna entre o que o currículo preconiza e o que ocorre no dia-a-dia da escola. Isso nos leva a refletir sobre a necessidade de (re)significar os cursos de formação, especialmente os de pedagogia, tendo a ludicidade como um dos pilares fundamentais.

Conforme bem coloca Severino (1991), uma das formas de repensar os cursos de formação é introduzir a formação lúdica como um novo pilar na estrutura curricular. Portanto, é fundamental repensar a abordagem da formação inicial dos professores como já evidenciado aqui neste texto, incluindo a ludicidade como componente central, e investir em programas de formação continuada que permitam aos professores aprimorar suas habilidades no uso da ludicidade como ferramenta educativa. A formação lúdica dos professores proporcionará a eles os conhecimentos teóricos e práticos necessários para planejar e implementar atividades lúdicas de forma efetiva, considerando os objetivos pedagógicos, cognitivos, sociais e afetivos. Além disso, essa formação promoverá uma compreensão mais profunda do potencial educativo do lúdico, capacitando os professores a criar um ambiente de aprendizagem estimulante, motivador e significativo para seus alunos.

Portanto, é essencial tomar medidas para fortalecer a formação lúdica dos professores, valorizando a ludicidade como uma abordagem educacional legítima e eficaz. Somente assim será possível proporcionar uma educação de qualidade, que promova o desenvolvimento integral das crianças, permitindo que se tornem sujeitos criativos, autônomos e protagonistas de sua própria aprendizagem. Em seguida, será explorado estratégias práticas de ludicidade na educação, ou seja, como os professores podem aplicar o lúdico de forma efetiva em suas práticas pedagógicas.

2.5 ESTRATÉGIAS PRÁTICAS DE LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO

É importante ressaltar novamente que a ludicidade desempenha um papel fundamental na educação, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, envolvente e prazeroso para os alunos. Segundo Almeida (2000) para que isto seja algo além da teoria e se solidifique na prática, a utilização de técnicas e jogos pedagógicos contribui para o desenvolvimento integral das crianças, estimulando habilidades cognitivas, socioemocionais e motoras.

Uma das estratégias práticas que pode ser adotada é a utilização de jogos educativos. Kishimoto (2002) destaca que os jogos são recursos eficazes para o ensino de diferentes conteúdos, estimulando o raciocínio, a resolução de problemas e o trabalho em equipe. Sejam eles quebra-cabeças, jogos de tabuleiro, jogos digitais educativos ou jogos de memória, eles oferecem oportunidades para os alunos aprenderem de forma lúdica e interativa.

Outra prática importante é a realização de dramatizações e peças teatrais. Arce e Duarte (2006) afirmam que essas atividades permitem que os alunos explorem sua criatividade, expressão artística e habilidades de comunicação. Ao participarem de encenações, os estudantes desenvolvem a linguagem oral, a expressão corporal e a capacidade de trabalhar em grupo.

Rodrigues (2017), descreve alunos do Projeto Guri, no município de Potirendaba, estado de São Paulo, criando e encenando uma peça teatral consciente sobre o trabalho infantil. Essa iniciativa mostra como a prática teatral pode ser uma forma efetiva de abordar e conscientizar sobre questões sociais relevantes, como o trabalho precoce. Os estudantes, ao participarem ativamente da criação e da apresentação da peça, têm a oportunidade de explorar sua criatividade, expressão artística e habilidades de comunicação, fortalecendo sua aprendizagem de forma lúdica e participativa.

As atividades artísticas também desempenham um papel significativo na promoção da ludicidade. Oliveira (2002) destaca que, por meio do desenho, pintura, escultura e colagem, os alunos podem expressar suas emoções, explorar sua criatividade e desenvolver habilidades motoras finas. Além disso, essas atividades estimulam a percepção visual, a sensibilidade estética e a imaginação.

Fernandes (2017) relata a turma de maternal II do EDI Renan de Souza Leal, localizado em Campo Grande, desenvolvendo o projeto "Fazendo Arte com Tarsila". A pedagoga e professora Érica Campos conduziu atividades de releitura das obras de Tarsila do Amaral, utilizando técnicas como pintura, recorte e colagem, desenho e reciclagem. Essas práticas permitem que as crianças explorem sua expressão artística, desenvolvam habilidades motoras finas e estimulem sua criatividade. Além disso, ao entrar em contato com obras de artistas renomados, os alunos também são introduzidos ao universo da arte e da cultura, ampliando seu repertório visual e estético. O projeto "Fazendo Arte com Tarsila" é um exemplo de como atividades artísticas podem promover a ludicidade na educação infantil, proporcionando experiências enriquecedoras para os alunos.

A construção de maquetes e modelos é outra estratégia prática que pode ser adotada. Segundo Hermida (2008), essa atividade permite que os alunos visualizem e manipulem objetos tridimensionais, promovendo o desenvolvimento de habilidades espaciais, criatividade e senso

de organização. Ao construir maquetes e modelos, os estudantes podem explorar conceitos e conteúdos específicos de maneira concreta e tangível.

A Escola Interação (2014) traz um deonstrativo dos alunos dos 2º ano confeccionando maquetes que representam sua sala de aula. Utilizando materiais retornáveis, como caixinhas de fósforos e remédios, caixas de papelão grande, tampinhas de garrafas e papéis coloridos, os estudantes tiveram a oportunidade de observar e representar o espaço da sala de aula de forma mais criteriosa. Essa atividade desenvolvida pela professora Aline permitiu que desenvolvessem habilidades espaciais, como a percepção das propriedades dos materiais utilizados e sua adequação para a construção da maquete. Além disso, ao trabalharem em grupo, os alunos exercitaram a colaboração, a criatividade e a resolução de problemas. A construção de maquetes proporciona uma abordagem prática e concreta dos conceitos estudados em Geografia, estimulando a percepção do espaço e a compreensão das representações espaciais.

Promover brincadeiras e jogos ao ar livre também é essencial para estimular a atividade física, a socialização e a interação com o ambiente natural. Souza (2011) ressalta que essas atividades ao ar livre favorecem o desenvolvimento motor, o trabalho em equipe, a autonomia e o senso de responsabilidade dos alunos.

Na EMEB Antonino Messina, os alunos estavam concentrados em uma atividade lúdica e interativa, criada pela professora Luana Silva. Na foto, podemos observar a turma aprendendo a antecipar jogadas durante um jogo estratégico. Essa prática de jogos promove o desenvolvimento do raciocínio lógico, a tomada de decisões e a habilidade de antecipação, além de incentivar a socialização e o trabalho em equipe. A professora Luana desenvolveu esse método lúdico como uma forma de tornar o ensino mais atrativo e envolvente para os alunos, proporcionando uma aprendizagem significativa e prazerosa. Essa atividade prática e lúdica permite que os estudantes vivenciem o conteúdo aprendido de forma mais interessante e significativa, facilitando a assimilação do conhecimento. Após terem estudado o tema de forma teórica, essa abordagem ao ar livre proporciona uma experiência concreta e convida os alunos a aplicarem os conceitos matemáticos na prática. Além de estimular o raciocínio matemático, essa atividade ao ar livre promove a interação com o ambiente natural, o trabalho em equipe e o desenvolvimento da autonomia e responsabilidade dos alunos (SITE da Prefeitura de Jundiá 2021)

Ao incorporar essas estratégias práticas de ludicidade na educação, os educadores proporcionam um ambiente estimulante, prazeroso e significativo para os alunos. Essas práticas promovem o engajamento dos estudantes, despertando sua curiosidade, criatividade e entusiasmo pelo processo de aprendizagem. Além disso, contribuem para o desenvolvimento

das habilidades cognitivas, socioemocionais e motoras dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo (BRASIL, 1998).

2.6 BENEFÍCIOS DO LÚDICO PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O lúdico desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil como explanado anteriormente neste estudo o ato de brincar, jogar e se envolver em atividades lúdicas permite que as crianças explorem, experimentem e internalizem conhecimentos de forma prazerosa e significativa. Nesse contexto, diversos benefícios podem ser observados. É por meio da atividade lúdica que a criança desenvolve habilidades como atenção, imaginação, estabelecimento de conceitos e relações lógicas, criatividade, raciocínio, seleção de ideias, criação de vínculos, percepções e expressão. Essas habilidades desempenham um papel importante no desenvolvimento cognitivo da criança, uma vez que sistematizam suas experiências e colaboram na organização dos processos em andamento segundo afirmam Sommerhalder e Alves (2011).

Portanto, o lúdico é eficaz não apenas para o divertimento e prazer da criança, mas também para o desenvolvimento de todas as suas dimensões, em particular o desenvolvimento cognitivo. Assim, para que a aprendizagem seja significativa, é necessário reconhecer a importância e a influência do lúdico no processo educacional.

A Educação infantil é uma etapa crucial na formação das crianças, e a incorporação do lúdico nesse processo é reconhecida e incentivada em documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). O lúdico é considerado um dos eixos estruturantes dessa etapa da educação básica, proporcionando um ambiente propício para a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças.

Através das atividades lúdicas, as crianças têm a oportunidade de desenvolver habilidades cognitivas, como a resolução de problemas, o raciocínio lógico e a criatividade. Kishimoto (2002) destaca que o jogo na educação infantil contribui para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e motor das crianças. Durante o brincar, elas exercitam sua imaginação, exploram possibilidades, experimentam diferentes papéis e ampliam seu repertório de conhecimentos.

As atividades lúdicas são fundamentais para a formação das crianças, pois facilitam os relacionamentos e vivências dentro da escola. Cabe ao professor e à escola utilizar novas ideias e recursos para aprimorar a prática de ensino-aprendizagem, tornando-a transformadora e

inspiradora, de modo que a escola seja um ambiente acolhedor e seguro para as crianças expressarem suas potencialidades (HAETINGER, 2005). Conforme Sommerhalder e Alves (2011, p. 55): "O acolhimento do jogo significa acolher a cultura lúdica infantil, compartilhar com a criança suas brincadeiras, jogos e histórias, instigando sua curiosidade, seduzindo-a a descobrir, criar e conhecer a si mesma."

Ao permitir as manifestações do imaginário da criança por meio de objetos simbólicos, cria-se intencionalmente uma função pedagógica que subsidia o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, o jogo deve respeitar a natureza da ludicidade e ter caráter educativo, possibilitando a aprendizagem por meio de jogos e brincadeiras na sala de aula (KISHIMOTO, 2012).

As brincadeiras devem servir como uma ponte para o mundo imaginário. O professor deve trabalhar com atividades como contação de histórias, desenhos e jogos com regras, entre outras, que promovam o aspecto lúdico. Por meio dessas atividades, as crianças expressam suas criações e emoções, refletindo seus medos e alegrias, o que é relevante para a vida adulta. Durante as brincadeiras, desenvolvem-se habilidades como a socialização, a aceitação de regras e o desenvolvimento linguístico (LOURENÇO, 2014).

De acordo com Pereira (2005), as atividades lúdicas desenvolvem vários aspectos no processo de aprendizagem da criança, como atenção, memorização e imaginação, que são fundamentais para um ensino de qualidade.

As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente para o desenvolvimento global da criança, e todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: inteligência, afetividade, motricidade e sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motora da criança (NEGRINE, 1994, p.19).

Moyle (2002) afirma que, para brincar de maneira efetiva, as crianças precisam de companheiros de brincadeiras, materiais, espaços, oportunidades e tempo. A ludicidade estimula a inteligência, permitindo que a criança solte sua imaginação e aumente a criatividade. Além disso, promove a concentração, atenção e engajamento, como no jogo de encaixe, que desenvolve coordenação motora, concentração e noções espaciais.

As crianças utilizam os jogos e brincadeiras como uma conexão com o imaginário, permitindo a realização de diversas atividades, como contos de histórias, jogos com regras e dramatizações, contribuindo para uma aprendizagem prazerosa. Durante as brincadeiras, são desenvolvidas a linguagem, o raciocínio lógico e a socialização, habilidades importantes para a construção social (LOURENÇO, 2004).

Mesmo os jogos e brincadeiras mais simples requerem habilidades fundamentais, como arremessar, pular, correr, equilíbrio e socialização, facilitando o desenvolvimento cognitivo e motor. Durante as atividades lúdicas, as crianças desenvolvem o prazer pelo aprendizado e vivenciam a ludicidade na prática (SOUZA; VIEIRA, 2010).

Quando a criança tem contato com um ambiente lúdico, suas experiências se integram aos seus sentimentos, e ela desenvolve competências e habilidades por meio da interação com seu grupo. É importante destacar que o lúdico não se limita apenas aos jogos e brincadeiras, abrangendo uma variedade de atividades associadas ao livre arbítrio, com propósito pedagógico (BACELAR, 2009). O jogo não é apenas uma brincadeira, mas um meio pelo qual a criança se diverte e aprende simultaneamente. Por exemplo, ao jogar com formas geométricas, a criança desenvolve percepção visual, noção espacial e conhecimento das formas geométricas (PIAGET, 1998).

Ao utilizar jogos, brinquedos e brincadeiras no processo de aprendizagem, também são trabalhados problemas e suas resoluções. No entanto, é importante considerar as dificuldades enfrentadas ao utilizar a ludicidade como recurso pedagógico, sendo necessário flexibilidade e adaptação às diferentes realidades das turmas (SANTOS, 2014).

O lúdico também desempenha um papel importante no desenvolvimento socioemocional das crianças. Através das brincadeiras, elas têm a oportunidade de explorar emoções, expressar sentimentos, desenvolver a empatia e aprender a lidar com conflitos de forma saudável. Almeida (2000) destaca que a educação lúdica desperta a motivação, a criatividade, a imaginação e o interesse das crianças, promovendo o desenvolvimento socioemocional de maneira integrada.

O faz-de-conta, uma das atividades lúdicas mais presentes na infância, também desempenha um papel relevante no desenvolvimento infantil. Durante o brincar de faz-de-conta, as crianças simbolizam a realidade, representam papéis sociais e elaboram situações vividas. Marega e Sforzi (2009) afirmam que o faz-de-conta permite que as crianças exercitem a linguagem, a comunicação, a expressão de emoções e a compreensão das relações sociais.

Além dos benefícios cognitivos e socioemocionais, o lúdico contribui para o desenvolvimento motor das crianças. Através das brincadeiras e jogos, elas exploram movimentos, coordenação, equilíbrio e força. As atividades lúdicas proporcionam estímulos para o desenvolvimento da motricidade fina e grossa, fortalecendo os músculos e aprimorando as habilidades motoras (TEIXEIRA, 1995).

É importante ressaltar que o lúdico não deve ser visto apenas como um momento de recreação, mas como uma abordagem pedagógica que potencializa a aprendizagem e o

desenvolvimento integral das crianças. Ao vivenciarem atividades lúdicas, as crianças têm a oportunidade de construir seu conhecimento de forma ativa e autônoma, experimentando, explorando e descobrindo o mundo ao seu redor. O lúdico proporciona um ambiente seguro e livre de pressões, onde as crianças podem expressar sua criatividade, imaginação e curiosidade de maneira espontânea.

Portanto, os benefícios do lúdico no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil são diversos e abrangentes. Ao integrar o lúdico na educação, os educadores podem promover um ambiente estimulante, que favoreça o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e motor das crianças. Através do lúdico, as crianças podem desenvolver habilidades essenciais para sua vida acadêmica, social e pessoal, como a resolução de problemas, a cooperação, a autonomia e a criatividade.

2.7 ESTÍMULO DA CRIATIVIDADE, IMAGINAÇÃO E PENSAMENTO CRÍTICO ATRAVÉS DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O uso do lúdico na educação infantil não apenas promove a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças, mas também desempenha um papel fundamental no estímulo da criatividade, imaginação e pensamento crítico. Através das atividades lúdicas, as crianças têm a oportunidade de explorar diferentes possibilidades, criar soluções, expressar ideias e desenvolver habilidades essenciais para enfrentar os desafios da vida. O lúdico proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento da criatividade. Durante as brincadeiras, jogos e atividades artísticas, as crianças são encorajadas a usar sua imaginação, inventar histórias, criar personagens e explorar novas maneiras de resolver problemas. Através da liberdade de expressão e da experimentação, elas aprendem a pensar de forma flexível, a sair do convencional e a encontrar soluções inovadoras (ALMEIDA, 1994).

A imaginação também é fortemente estimulada pelo lúdico na educação infantil. Ao envolver-se em brincadeiras de faz-de-conta, por exemplo, as crianças são capazes de criar cenários imaginários, interpretar papéis e dar vida a situações fictícias. Essa capacidade de imaginar e simbolizar a realidade é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças (PIAGET, 1975).

Além disso, o lúdico promove o pensamento crítico nas crianças desde os primeiros anos de vida. Através de jogos que envolvem desafios, quebra-cabeças e atividades que requerem tomada de decisão, as crianças são incentivadas a analisar, refletir e resolver

problemas de forma independente. O lúdico estimula a capacidade de observação, a busca por soluções alternativas e o desenvolvimento de estratégias (BERTOLDO; RUSCHEL, 2007).

Ao proporcionar um ambiente lúdico na educação infantil, os educadores têm a oportunidade de cultivar a criatividade, a imaginação e o pensamento crítico nas crianças, habilidades que serão essenciais ao longo de suas vidas. Ao explorar diferentes materiais, participar de brincadeiras estruturadas ou livres e serem desafiadas intelectualmente, as crianças desenvolvem habilidades de pensamento divergente, aprendem a questionar, a investigar e a buscar soluções criativas para os problemas que enfrentam (KISHIMOTO, 1999).

O estímulo da criatividade, imaginação e pensamento crítico através do lúdico na educação infantil é um tema de grande relevância, pois reconhece a importância do desenvolvimento dessas habilidades desde a primeira infância. O lúdico proporciona um ambiente propício para que as crianças explorem e experimentem diferentes formas de expressão, além de promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais.

Ao participarem de atividades lúdicas, como jogos, brincadeiras de faz-de-conta e atividades artísticas, as crianças são encorajadas a usar a imaginação e a criatividade. Elas têm a liberdade de criar personagens, inventar histórias e explorar diferentes soluções para os desafios propostos. Essas experiências lúdicas permitem que as crianças ampliem sua capacidade de pensar de forma flexível, encontrando novas perspectivas e soluções inovadoras para os problemas (KISHIMOTO, 2002).

Além disso, o lúdico na educação infantil estimula o pensamento crítico das crianças. Durante as brincadeiras e jogos, elas são desafiadas a tomar decisões, resolver problemas e enfrentar situações que exigem reflexão e análise. Ao se envolverem nessas atividades, as crianças aprendem a observar, analisar, comparar, formular hipóteses e argumentar, desenvolvendo habilidades de pensamento crítico que serão essenciais ao longo de suas vidas (BERTOLDO; RUSCHEL, 2007).

O lúdico também favorece o desenvolvimento da imaginação nas crianças. Através de brincadeiras de faz-de-conta e representação simbólica, elas têm a oportunidade de criar mundos imaginários, explorar diferentes papéis sociais e experimentar diferentes perspectivas. A imaginação é uma ferramenta poderosa para a aprendizagem e o desenvolvimento, pois permite que as crianças experimentem, simbolizem e compreendam a realidade de uma forma única e pessoal (ELKONIN, 1998).

Dessa forma, ao integrar o lúdico na educação infantil, os educadores proporcionam um ambiente estimulante e desafiador, onde as crianças são encorajadas a explorar, criar e

questionar. O lúdico não se limita apenas ao entretenimento, mas se torna uma ferramenta pedagógica poderosa para promover a criatividade, a imaginação e o pensamento crítico das crianças.

Portanto, é fundamental que as instituições de educação infantil valorizem e incorporem o lúdico em suas práticas educativas. Os educadores devem estar preparados para criar ambientes ricos em estímulos, materiais e atividades lúdicas, que permitam às crianças explorar, experimentar e criar. O lúdico na educação infantil contribui para o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as para serem cidadãos criativos, imaginativos e críticos no mundo em constante transformação.

Portanto, o uso do lúdico na educação infantil não apenas enriquece a experiência das crianças, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e prazeroso, mas também contribui para o desenvolvimento de habilidades fundamentais, como a criatividade, a imaginação e o pensamento crítico, que serão essenciais para enfrentar os desafios e demandas da sociedade contemporânea.

2.8 DESENVOLVIMENTO DA INTERAÇÃO SOCIAL E EMOCIONAL DAS CRIANÇAS ATRAVÉS DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O desenvolvimento da interação social e emocional das crianças é um aspecto crucial na educação infantil, e o uso do lúdico pode desempenhar um papel significativo nesse processo. O ambiente lúdico proporciona oportunidades para as crianças interagirem umas com as outras de maneira cooperativa, compartilharem ideias, expressarem emoções e desenvolverem habilidades sociais e emocionais (KISHIMOTO, 2002).

Durante as atividades lúdicas, como jogos de equipe, brincadeiras de faz-de-conta e projetos em grupo, as crianças aprendem a colaborar, negociar, resolver conflitos e trabalhar em equipe. Essas interações sociais promovem o desenvolvimento de habilidades de comunicação, empatia, respeito mútuo e cooperação, essenciais para estabelecer e manter relacionamentos saudáveis ao longo da vida (BRASIL, 1998).

Além disso, o lúdico na educação infantil proporciona um espaço seguro para as crianças explorarem e expressarem suas emoções. Durante as brincadeiras e atividades artísticas, elas têm a oportunidade de experimentar diferentes papéis, vivenciar situações imaginárias e lidar com desafios emocionais. O lúdico permite que as crianças expressem e compreendam suas emoções, aprendam a lidar com a frustração, desenvolvam a autorregulação emocional e cultivem a empatia pelos outros (KISHIMOTO, 2002).

O lúdico na educação infantil contribui para o desenvolvimento da autoestima e confiança das crianças. Ao participarem de atividades lúdicas, elas são encorajadas a assumir riscos, experimentar novas ideias e tomar decisões independentes. O lúdico proporciona um ambiente livre de julgamento, onde as crianças podem se sentir seguras para explorar suas habilidades, desenvolver sua identidade e construir uma imagem positiva de si mesmas (FIN, 2012).

Ao integrar o lúdico na educação infantil, os educadores têm a oportunidade de criar um ambiente que valorize a interação social e emocional das crianças. Eles podem planejar atividades lúdicas que promovam a cooperação, o diálogo, a expressão emocional e o desenvolvimento de habilidades sociais. Além disso, os educadores podem desempenhar um papel ativo no estímulo à interação e na mediação de conflitos durante as atividades lúdicas, ajudando as crianças a desenvolverem habilidades sociais e emocionais saudáveis (HERMIDA, 2008).

Portanto, o lúdico na educação infantil desempenha um papel essencial no desenvolvimento da interação social e emocional das crianças. Ao participarem de atividades lúdicas, elas têm a oportunidade de se envolverem em interações sociais positivas, expressar suas emoções de forma saudável e desenvolver habilidades sociais e emocionais importantes. O lúdico proporciona um ambiente divertido, seguro e estimulante, onde as crianças podem aprender e crescer em todos os aspectos de sua vida.

No próximo capítulo deste trabalho, faremos uma análise crítica da implementação das políticas públicas de educação infantil e do uso do lúdico como recurso pedagógico em Itapuranga. Contextualizaremos o cenário educacional do município, abordando as políticas implementadas, o uso do lúdico e seus impactos. Realizaremos levantamento de dados estatísticos e informações oficiais, tanto qualitativas quanto quantitativas, para avaliar o impacto das políticas e identificar as principais dificuldades encontradas. Também avaliaremos o impacto do lúdico na educação infantil, considerando a perspectiva dos envolvidos, e discutiremos suas contribuições para o desenvolvimento das crianças e da região.

3 O LÚDICO COMO RECURSO PEDAGÓGICO E VETOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A EXPERIÊNCIA DE ITAPURANGA

Neste capítulo, abordaremos a relação entre o lúdico na educação infantil e o desenvolvimento regional, tendo como foco a experiência de Itapuranga, um município que tem se destacado pela implementação de políticas públicas inovadoras e eficazes nessa área. O objetivo é analisar como o lúdico pode ser um recurso pedagógico e um vetor do desenvolvimento regional, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e para o crescimento local, cultural e econômico da região.

A educação infantil é uma etapa fundamental na formação das crianças, pois é nessa fase que elas adquirem habilidades cognitivas, sociais, afetivas e motoras que serão essenciais para a sua vida futura. Por isso, é importante que as políticas públicas garantam o acesso e a qualidade da educação infantil para todas as crianças. Nesse sentido, o lúdico se revela como um elemento-chave, pois tem a capacidade de envolver, motivar e inspirar as crianças, estimulando a sua aprendizagem, criatividade e autonomia (SCOTT; STORPER, 2003).

O lúdico na educação infantil não se limita ao contexto escolar, mas tem o potencial de repercutir mais amplamente no ambiente regional, impulsionando não apenas a educação, mas também a cultura, a economia e o sentimento de pertença de uma comunidade (SCOTT; STORPER, 2003). O lúdico pode ser uma ferramenta estratégica para promover o desenvolvimento regional, pois pode valorizar e fortalecer a identidade local, estimular a participação cidadã e fomentar a inovação e o empreendedorismo.

Itapuranga, como tantos outros municípios brasileiros, está inserida em um contexto regional repleto de particularidades, desafios e oportunidades. Neste cenário, a experiência de Itapuranga se destaca como um exemplo de sucesso na implementação de políticas públicas voltadas para a educação infantil, que têm promovido o uso do lúdico como estratégia pedagógica e o desenvolvimento regional. A partir de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, buscaremos conhecer e avaliar essa experiência, bem como identificar os seus impactos na educação das crianças e na região.

Ao longo deste capítulo, exploraremos a dinâmica entre o lúdico na educação infantil e o desenvolvimento regional em Itapuranga, investigando como as atividades lúdicas podem ser empregadas como uma ferramenta estratégica para impulsionar o crescimento local, fortalecer laços culturais e promover uma identidade regional sólida e enriquecedora. A partir de uma perspectiva crítica, discutiremos também os desafios e as oportunidades que esse enfoque apresenta, buscando estabelecer recomendações para políticas públicas regionais que

incorporem o lúdico.

3.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, O QUE É?

O desenvolvimento de uma região é um processo multifacetado que abrange uma diversidade de dimensões e está intrinsecamente vinculado a várias variáveis interconectadas, tais como acesso a serviços de saúde, educação, segurança, habitação e mobilidade (SANTOS et al., 2018). De maneira abrangente, a noção de desenvolvimento regional é definida, de acordo com Theis (2006), como um procedimento que engloba avanços locais, aprimoramento econômico e transformações sociais. Essa definição encontra respaldo também em Boisier (1996), que concebe o desenvolvimento regional como um processo de transformação sustentável com o propósito de promover o progresso tanto da região em si quanto de seus habitantes individuais. Nesse sentido, tal processo é influenciado por fatores tanto internos quanto externos (SCOTT; STORPER, 2003).

Assim o desenvolvimento regional se traduz como um processo no qual assistência e apoio são canalizados para regiões menos desenvolvidas economicamente, com o intuito de reforçar os resultados das políticas de desenvolvimento de alcance global. Estas políticas buscam alcançar um equilíbrio racional na utilização e fomento do território, tendo tanto alcance nacional quanto internacional, muitas vezes sendo delineadas e coordenadas pelo aparato estatal (IPEA, 2010).

As ramificações e o escopo do desenvolvimento regional flutuam de acordo com a definição de uma dada região, assim como a forma como a região e suas fronteiras são compreendidas tanto interna quanto externamente. Nesse contexto, a reflexão acerca do desenvolvimento regional pressupõe a inclusão da sociedade local na constante elaboração de planos para a distribuição de resultados e a ocupação do espaço ao longo desse processo de expansão (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

É válido mencionar ainda os propósitos do desenvolvimento regional que, ao longo do tempo, foram moldados, culminando em fundamentos atuais que englobam: 1) mitigar as assimetrias regionais; 2) aproveitar recursos e potencialidades endógenas das regiões; 3) promover o ordenamento territorial; 4) assegurar a participação cidadã na resolução de desafios regionais (DINIZ, 2009). Tais objetivos fundamentam-se na noção de que a aplicação do desenvolvimento regional deve considerar melhorias que facilitem a criação de um conjunto de medidas de incentivo e suporte, necessárias ao crescimento econômico regional. Vale ressaltar que o campo da ciência dedicado ao estudo do Desenvolvimento Regional, juntamente com

suas teorias, atribui um papel de destaque ao Estado como impulsionador crucial deste processo.

Segundo Cavalcante (2007) apesar das mudanças recentes em seu papel, o Estado ainda dispõe de ferramentas de intervenção que variam desde a provisão de infraestrutura até concessões de incentivos fiscais e financeiros. Entretanto, não se tem indicações claras quanto ao papel efetivo que cada uma dessas ferramentas pode desempenhar nos esforços para promover o desenvolvimento regional. Portanto, uma estratégia direcionada ao desenvolvimento econômico e social de espaços subnacionais precisa ser individualizada, dada a ausência de uma diretriz única aplicável a todas as regiões.

Nesse contexto, torna-se evidente que o desenvolvimento regional emerge como a necessidade de gerir efetivamente os fatores de desenvolvimento, otimizando a utilização de recursos, promovendo uma maior participação dos diversos atores e buscando soluções para os desequilíbrios originados pela dinâmica da economia global, especialmente no que tange aos desequilíbrios espaciais. Portanto, a compreensão mais profunda revela que os principais protagonistas desse processo são os atores locais, responsáveis por formular estratégias, tomar decisões econômicas e implementá-las, uma vez que o desenvolvimento regional abrange um conjunto diversificado de desenvolvimentos locais, indo além de meros estímulos nacionais em um determinado contexto geográfico. De acordo com Madureira (2015), onde o Estado se utiliza das teorias de desenvolvimento regional para sustentar suas políticas sociais, é igualmente vital compartilhar o conhecimento com os atores locais, de modo que possam agir de maneira eficaz, adquirindo compreensão e fazendo escolhas bem-informadas para uma gestão eficiente a nível local ou regional.

Entretanto o desenvolvimento regional não se refere apenas ao crescimento econômico de uma localidade como destacado no tópico anterior, mas sim a uma evolução multidimensional que considera aspectos sociais, culturais, ambientais e educacionais. Nesse sentido, a educação infantil ocupa um papel estratégico na promoção de um desenvolvimento regional integrado e sustentável como será explorado no próximo tópico deste estudo.

3.2 INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação desempenha um papel fundamental na formação humana, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento em âmbito regional e local. Atualmente, a concepção do ser humano engloba sua caracterização como um agente civilizado, participativo, reflexivo, crítico e ativo (COSTA, 2006).

Desde suas origens, o indivíduo tem trilhado um percurso de vida moldado pelos princípios de sociabilidade. Esses princípios, que constituem valores essenciais, não apenas elevam a qualidade de vida individual e coletiva, mas também fomentam a adoção do princípio da sustentabilidade na esfera econômica local, conforme ressalta Perdoná e Coelho Soares (2021) é crucial reconhecer que soluções uniformes não se aplicam a questões que abrangem ecossistemas distintos, populações com culturas e tradições singulares, cada qual com suas particularidades que devem ser consideradas. A natureza não se restringe a sistemas ou formas de produção (sejam capitalistas ou socialistas) ou a modos de desenvolvimento (sejam industrialistas ou informacionais, por exemplo).

No entanto, os desdobramentos evolutivos dos sistemas produtivos e modos de desenvolvimento repercutem diretamente nos ecossistemas, acarretando consequências [...]. Diante dessa realidade, é imperativo concentrar esforços na pesquisa, estudo, experimentação e construção de novas interações entre as ações humanas e suas interconexões com os demais seres e com o ambiente natural. (COSTA, 2006, p. 64).

Costa (2006) ratifica a noção de construção de novos saberes através da acumulação de experiências e interações, um processo que favorece a reconstrução dos conhecimentos que englobam os diversos elementos naturais. Esse processo é visto como uma característica essencial do [...] ato de aprender e ensinar por meio de uma abordagem educativa recíproca, que concebe a educação como um continuum que não se limita à esfera do trabalho, mas também abrange uma identificação das atividades cotidianas do indivíduo. (BRANDÃO, 2007, p. 46).

Nesse contexto, é notório como a educação se alinha ao desenvolvimento regional e local, não apenas impulsionando a evolução da sociedade. A partir das perspectivas apresentadas por Costa (2006) e Brandão (2007), evidencia-se a importância de uma abordagem educativa holística, que reconhece a complexidade das relações humanas e busca estabelecer novos paradigmas de interação e compreensão.

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), deve-se considerar a educação como uma necessidade de transformação local; sendo assim, educar-se é adquirir os experimentos para transformar e tornar compreensíveis os problemas locais. A experiência se conceitua e se assume como algo pessoal de cada sujeito, que é inerente às suas estruturas culturais, afetivas e cognitivas (CUNHA, 2008).

Ao analisarmos o contexto brasileiro, percebemos que a relação entre educação infantil e desenvolvimento regional tem sido objeto de múltiplos estudos. Em São Luís de Montes Belos, por exemplo, observou-se que as políticas públicas federais voltadas para a educação

infantil têm desempenhado um papel vital, tanto em termos de propostas quanto de desafios enfrentados (SILVA, 2015). Esta pesquisa revelou a intrínseca relação entre educação e desenvolvimento, especialmente no contexto regional.

Outro estudo realizado por Santos (2020) evidencia que as creches, enquanto espaços de educação infantil, desempenham um papel fundamental na estruturação do tecido social de uma região. Esses espaços não apenas favorecem o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças, mas também atuam como catalisadores para a integração comunitária e para o fortalecimento de redes de apoio social.

Em termos práticos, a importância da educação infantil no desenvolvimento da criança é incontestável. Como destacado pelo Centro Educacional Leonardo Da Vinci (2019), a fase inicial da vida escolar é crucial para a formação de habilidades socioemocionais, cognitivas e motoras. Essa formação inicial não só prepara as crianças para os desafios acadêmicos futuros, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento de competências essenciais, que influenciarão sua capacidade de contribuir positivamente para o desenvolvimento de sua região.

A relação entre a Educação infantil e o desenvolvimento regional é um tema de relevância crescente, pois a qualidade da educação oferecida às crianças nos primeiros anos de vida pode impactar significativamente o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas. Conforme Seibt et al. (2011, p. 14), "a educação pode ser considerada um dos principais fatores para o desenvolvimento regional sustentável, visto que uma população bem educada é capaz de contribuir para o crescimento econômico e social de uma região".

De acordo com Gatti (2017, p. 221), "a educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento regional, pois pode influenciar a formação de recursos humanos qualificados, contribuindo para o aumento da produtividade e competitividade das empresas e para a redução das desigualdades sociais e regionais". Nesse sentido, a Educação infantil assume uma importância estratégica, uma vez que é nessa fase que as bases do aprendizado e do desenvolvimento socioemocional são estabelecidas.

Além disso, Ferreira (2014, p. 15) ressalta que "a interdisciplinaridade na prática pedagógica, especialmente no ensino superior, pode proporcionar um desenvolvimento regional mais abrangente, contemplando não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e culturais". Portanto, a Educação infantil, ao oferecer uma abordagem interdisciplinar e voltada para o desenvolvimento integral das crianças, pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, criativos e engajados com o seu entorno.

No entanto, é importante destacar que a promoção de uma Educação infantil de

qualidade e sua integração efetiva ao desenvolvimento regional enfrentam desafios significativos. Segundo Seibt et al. (2011, p. 17), "a falta de infraestrutura adequada, a carência de recursos financeiros e a formação insuficiente de professores são algumas das questões que precisam ser superadas para que a Educação infantil cumpra seu papel no desenvolvimento regional".

Portanto, é fundamental que políticas públicas e investimentos adequados sejam direcionados para a Educação infantil, visando garantir a formação de profissionais qualificados, o acesso universal à educação de qualidade e a promoção do desenvolvimento integral das crianças. Somente assim será possível potencializar o papel da Educação infantil como um catalisador do desenvolvimento regional, contribuindo para uma sociedade mais justa, equitativa e próspera.

O desenvolvimento regional e a educação infantil estão intrinsecamente conectados, pois uma educação de qualidade é um dos pilares para o progresso sustentável de uma região. Ao longo deste capítulo, pudemos compreender os desafios e as perspectivas de uma educação que contribua para o desenvolvimento econômico, social e humano das comunidades. Através das reflexões de Seibt, Oliveira e Rodrigues (2011), Gatti (2017) e Ferreira (2014), percebemos a importância de investir em políticas educacionais alinhadas com o desenvolvimento regional, garantindo uma educação infantil que valorize o desenvolvimento integral das crianças e promova a construção de um futuro promissor.

Ao refletir sobre o desenvolvimento regional no Brasil, torna-se evidente que as estratégias e políticas devem ser formuladas considerando-se as peculiaridades e necessidades locais (MONTEIRO; BRANDÃO et al. 2020). Neste cenário, a educação infantil emerge como uma ferramenta fundamental, moldando não apenas o futuro educacional das crianças, mas também o futuro socioeconômico e cultural da região.

O estudo conduzido pela Universidade Federal do Pará destaca a indissociabilidade entre educação e desenvolvimento regional, apontando que a formação inicial é crucial para o fomento de competências e habilidades que serão decisivas no contexto regional (SEIBT, OLIVEIRA; e RODRIGUES, 2012). Além disso, o papel do lúdico na educação infantil, conforme explorado por Andrade (2018), é fundamental para garantir uma aprendizagem significativa, que efetivamente capacite as crianças a se tornarem agentes de transformação em suas comunidades.

Em conclusão, a relação entre educação infantil e desenvolvimento regional é multifacetada e de suma importância. Como demonstrado pelos múltiplos estudos citados, investir em uma educação infantil de qualidade é, de fato, investir no desenvolvimento

integrado e sustentável de uma região. Reconhecer e valorizar essa relação é, sem dúvida, um passo crucial para promover um crescimento regional mais equitativo e inclusivo.

3.3 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O lúdico, historicamente reconhecido como um instrumento essencial no desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças, também se mostra um vetor significativo no fomento ao desenvolvimento regional. Quando analisamos os impactos das atividades lúdicas no tecido social, econômico e cultural de uma comunidade, torna-se evidente a sua potencialidade como catalisador de crescimento e inovação. Ao observar o contexto das políticas públicas federais em São Luís de Montes Belos, é possível identificar a intrínseca relação entre o lúdico e o desenvolvimento infantil (SILVA, 2015). As experiências lúdicas nas escolas e creches atuam como elementos formativos essenciais, facilitando não apenas a aprendizagem formal, mas também a socialização e o desenvolvimento de habilidades interpessoais. Essas competências, ao serem cultivadas desde cedo, preparam as crianças para se tornarem cidadãos ativos e engajados em suas comunidades.

De acordo com a pesquisa realizada por Santos (2020), as creches, enquanto espaços de ensino e aprendizagem, são também ambientes onde a ludicidade é um pilar central do processo educativo. Esse enfoque no lúdico permite que as crianças se conectem mais profundamente com o conhecimento, promovendo uma formação mais holística e contextualizada. Em consequência, esses indivíduos tornam-se mais aptos a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de suas regiões.

O Centro Educacional Leonardo Da Vinci (2019) também ressalta a relevância da abordagem lúdica na educação infantil, indicando que o jogo, a brincadeira e a exploração criativa são cruciais para o desenvolvimento integral da criança. O desenvolvimento fomentado pelo lúdico não se limita ao contexto escolar, mas permeia a vida da criança, influenciando sua percepção de mundo e sua capacidade de atuar como agente transformador em sua comunidade.

Ao refletirmos sobre o desenvolvimento regional no Brasil, é essencial considerar as peculiaridades e desafios de cada território (MONTEIRO; BRANDÃO et al. 2020). O lúdico, nesse sentido, pode ser adaptado e customizado para abordar questões locais, tornando-se uma ferramenta eficaz de ensino contextualizado. No estudo de Seddon e Lino (2021), por exemplo, percebe-se que a integração da educação com aspectos regionais, por meio de atividades lúdicas, potencializa o entendimento das crianças sobre a importância do desenvolvimento

sustentável e integrado.

O estudo de Seibt, Oliveira e Rodrigues (2012) aponta que a promoção da ludicidade é essencial para estimular o desenvolvimento regional, uma vez que as atividades lúdicas podem ser utilizadas para abordar temáticas locais, promovendo o engajamento e a conscientização das crianças. Por meio de jogos e brincadeiras que abordem, por exemplo, a cultura, a história ou os desafios socioeconômicos da região, é possível cultivar uma geração mais consciente e comprometida com o bem-estar de sua comunidade.

A importância do lúdico na educação infantil, conforme explorado pelo Brasilescola, é inegável, e sua influência se estende muito além dos muros da escola conforme afirma Andrade (2018). As competências desenvolvidas por meio das atividades lúdicas - tais como resolução de problemas, criatividade, empatia e colaboração - são essenciais para formar cidadãos aptos a enfrentar os desafios do desenvolvimento regional.

Portanto, o lúdico, ao ser integrado ao currículo da educação infantil, não apenas potencializa o desenvolvimento individual da criança, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento regional. As habilidades e competências cultivadas por meio das atividades lúdicas preparam as crianças para se tornarem cidadãos ativos, críticos e engajados, capazes de contribuir para o crescimento e a inovação em suas regiões.

A influência das atividades lúdicas não se restringe apenas ao âmbito educacional. Essas práticas, ao serem integradas à vida cotidiana das comunidades, têm demonstrado impactos profundos tanto na economia quanto na cultura local. A compreensão dessa dimensão multifacetada do lúdico é essencial para perceber o verdadeiro potencial transformador das atividades lúdicas em diferentes esferas da sociedade.

3.4 O IMPACTO DAS ATIVIDADES LÚDICAS NA ECONOMIA E NA CULTURA LOCAL

Uma revisão da literatura conduzida por Aquino (2023) indica que as práticas lúdicas têm um papel importante na formação do caráter cultural e identitário de uma região. Por meio do jogo e da brincadeira, tradições, valores e saberes são transmitidos de geração em geração, consolidando a identidade e o sentimento de pertencimento da comunidade.

Na pesquisa realizada por Rojas e Ferreira (2013), é destacado que as atividades lúdicas, muitas vezes, refletem e reforçam os aspectos culturais de um lugar. Festas populares, brincadeiras tradicionais e manifestações artísticas, quando permeadas por um caráter lúdico, tornam-se mais atrativas e acessíveis, consolidando-se como importantes vetores de

transmissão cultural.

No contexto econômico, o lúdico apresenta uma relação intrincada e profunda. As atividades lúdicas, quando bem exploradas, podem se transformar em fontes geradoras de renda. Festivais, feiras e outros eventos que explorem a cultura lúdica atraem turistas e movimentam a economia local. Em um estudo conduzido pela Universidade Federal de Viçosa, é salientada a capacidade do lúdico de alavancar setores como o turismo e o comércio, quando integrado a políticas públicas de fomento (NEVES, s.d.).

Adicionalmente, Kishimoto (2018) ressalta que a cultura lúdica, como parte intrínseca da cultura da infância, molda as práticas, expectativas e valores das comunidades, influenciando decisões econômicas, sociais e políticas. As práticas lúdicas, assim, não são apenas manifestações de entretenimento, mas sim componentes-chave na construção e manutenção da cultura local.

No contexto da educação infantil, a presença do lúdico é vista como uma ferramenta de formação do indivíduo. Segundo a pesquisa de Cardoso e Batista (2021), a integração do lúdico no currículo pedagógico promove uma aprendizagem significativa e contextualizada, que prepara a criança para ser um cidadão ativo na sociedade.

O impacto econômico do lúdico pode ser ainda mais evidenciado ao observar o contexto das políticas públicas federais. Na pesquisa de Silva (2015) aqui já citada afirma que em São Luís de Montes Belos, por exemplo, percebe-se que o investimento em educação infantil e em atividades lúdicas tem potencial para gerar retorno socioeconômico no longo prazo.

Seddon e Lino (2021), apontam em estudo realizado pelo IFES, a valorização do lúdico, integrado à cultura e ao desenvolvimento regional, pode ser uma estratégia eficaz para potencializar o desenvolvimento econômico e social da região.

Assim, ao observar a abrangência e a profundidade do impacto das atividades lúdicas na economia e cultura local, fica evidente que o lúdico não é apenas uma ferramenta pedagógica. Ele é, em essência, um pilar central na construção da identidade, na transmissão de valores e tradições e na promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades.

Entretanto como as atividades lúdicas podem influenciar e valorizar a cultura e a identidade de uma região? Vamos explorar a relevância do lúdico como ferramenta de promoção da identidade regional.

3.5 O LÚDICO COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL

A identidade regional se constrói através de elementos tangíveis e intangíveis que

compõem a memória coletiva de um povo: suas tradições, valores, histórias e expressões culturais. Dentro deste espectro, o lúdico emerge como uma potente ferramenta de promoção, celebração e fortalecimento dessa identidade, funcionando como um elo entre o passado, presente e futuro de uma região. Segundo um estudo publicado por Aquino (2023), a cultura lúdica, através de suas manifestações como jogos, brincadeiras e festividades, atua como um espelho que reflete e ao mesmo tempo molda a identidade cultural de uma comunidade. Esta afirmação é corroborada pelo trabalho de Rojas e Ferreira (2013), onde se destaca que as atividades lúdicas, ao refletirem as particularidades culturais de uma região, reforçam o sentimento de pertencimento e continuidade cultural.

Este sentimento de pertencimento é crucial para a formação do indivíduo. Como exposto no Educação Pública, o lúdico na educação infantil não é apenas uma técnica pedagógica, mas uma forma de inserir a criança no contexto cultural em que está inserida, permitindo-lhe reconhecer-se como parte de uma comunidade e apreciar sua herança cultural (CARDOSO;~~-e~~ BATISTA, 2021).

Kishimoto (2018) em seu estudo sobre a cultura da infância, ressalta a importância do lúdico na formação da identidade cultural das crianças. Através de brincadeiras tradicionais e contação de histórias, por exemplo, valores, tradições e saberes são transmitidos, garantindo que a cultura local seja perpetuada e valorizada pelas novas gerações.

Economicamente, o lúdico também apresenta sua relevância. Festas populares e tradições lúdicas podem ser transformadas em atrativos turísticos, gerando emprego, renda e, consequentemente, valorizando a cultura local. Este potencial econômico é discutido no trabalho da Universidade Federal de Viçosa, que evidencia como o lúdico pode ser um vetor de desenvolvimento regional, especialmente quando alinhado a políticas públicas eficientes (NEVES, s.d.).

Mas, para que o lúdico seja eficaz como ferramenta de promoção da identidade regional, é essencial que ele seja entendido e valorizado dentro do contexto educacional. A pesquisa realizada no contexto das políticas públicas federais em São Luís de Montes Belos de Silva (2015) exemplifica como a valorização do lúdico na educação infantil pode ter reflexos positivos na consolidação da identidade regional.

Como revelado em no estudo de Seddon e Lino (2021), percebe-se que a promoção da identidade regional através do lúdico não é apenas uma estratégia de ensino, mas um meio de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Valorizar as práticas lúdicas locais é também uma forma de valorizar a própria identidade da região, fortalecendo sua posição no cenário nacional.

Assim, torna-se evidente que o lúdico, em sua essência multifacetada, é uma chave para

a promoção da identidade regional. Ele permite uma conexão profunda entre o indivíduo e sua cultura, promovendo a valorização e a perpetuação de tradições e valores. Em uma era de globalização acelerada, reconhecer e valorizar o lúdico é, sem dúvida, uma forma de garantir a continuidade e o fortalecimento da rica tapeçaria cultural que compõe nossas identidades regionais.

A medida que nos aprofundamos no papel do lúdico na promoção da identidade regional, é fundamental também reconhecer e enfrentar os desafios associados a essa integração, bem como as oportunidades que surgem desse processo. O próximo tópico, tratará dos desafios e oportunidades que surgem ao tentar integrar o lúdico nas estratégias de desenvolvimento regional. Afinal, é na interseção dessas duas áreas que podemos encontrar soluções inovadoras e eficazes para fortalecer o senso de pertencimento e valorização das características e potencialidades de cada região.

3.6 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA INTEGRAR O LÚDICO NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao explorarmos a temática do lúdico como ferramenta de promoção da identidade regional, torna-se evidente que essa abordagem não está isenta de desafios. Desde a compreensão cultural do que é lúdico até as limitações práticas e logísticas de implementação, há um vasto terreno a ser navegado. Por outro lado, a incorporação do lúdico no desenvolvimento regional traz consigo uma série de oportunidades inéditas conforme ressalta (AQUINO, 2023): é uma chance de reavivar tradições, fortalecer a comunidade e oferecer experiências educacionais enriquecedoras que se alinham com a cultura e o patrimônio de uma região. Neste tópico, mergulharemos nestas questões, buscando esclarecer os principais obstáculos e, ao mesmo tempo, realçar os benefícios potenciais deste entrelaçamento.

Uma análise mais profunda revela que a educação lúdica, embora promissora, enfrenta inúmeras resistências e desafios. Em trabalhos recentes, Aquino salientou a resistência cultural e a falta de infraestrutura como barreiras significativas na implementação do lúdico em ambientes educacionais (AQUINO, 2023). Esse panorama é agravado pela carência de políticas públicas que efetivamente promovam e incentivem essa abordagem pedagógica, conforme abordado no estudo do Centro Educacional Leonardo Da Vinci (2019).

Por outro lado, as potencialidades do lúdico para revitalizar identidades culturais e regionais são vastas. Rojas e Ferreira (2013) destacam como jogos e atividades lúdicas podem servir como veículos de transmissão de cultura e tradição, além de fomentar um sentimento de

pertencimento entre as comunidades. Da mesma forma, os resultados apresentados por Seddon e Lino (2021) revelam que, ao se integrar a cultura lúdica nas estratégias de desenvolvimento regional, pode-se fomentar uma interação mais rica entre educação e cultura, promovendo assim o crescimento sustentável da região.

Contudo, a estratégia de integrar o lúdico no desenvolvimento regional não é apenas sobre superar desafios, mas também sobre aproveitar oportunidades. O estudo conduzido por Neves (s.d.) realça o valor da formação lúdica na infância, sugerindo que a incorporação precoce dessas práticas pode ter efeitos duradouros no desenvolvimento individual e coletivo.

Em conclusão, a junção entre o lúdico e o desenvolvimento regional apresenta um panorama complexo e multifacetado. Embora os desafios sejam inegáveis, as oportunidades são vastas e, quando bem exploradas, têm o potencial de transformar não apenas a educação, mas a própria essência das regiões e suas comunidades. É essencial que haja um comprometimento coletivo, desde formuladores de políticas até educadores e comunidades, para garantir que o lúdico seja verdadeiramente integrado às estratégias de desenvolvimento regional.

3.7 RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS QUE INCORPOREM O LÚDICO

A dimensão lúdica da educação infantil está, inegavelmente, conectada ao desenvolvimento integral das crianças. Em um país com a diversidade regional do Brasil, a criação de políticas públicas que incorporem o lúdico é um desafio e, simultaneamente, uma necessidade. As referências consultadas oferecem um panorama sobre o lúdico e o desenvolvimento regional, bem como propostas concretas para as políticas públicas (SANTANA, 2019).

Conforme discutido por Rojas e Ferreira (2013), o lúdico representa uma metodologia que incentiva a criatividade, o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças. Por outro lado, a pesquisa da Neves (s.d.) ressalta a necessidade de adequar os conteúdos e métodos lúdicos às realidades regionais. Para tanto, é essencial que as políticas públicas reconheçam as especificidades regionais e valorizem a cultura local no desenvolvimento de estratégias pedagógicas.

Uma das recomendações seria incentivar, por meio de políticas públicas, a formação continuada de educadores em práticas lúdicas que considerem a diversidade cultural e regional. Conforme apontado pelo estudo de Santana (2019), é essencial que o professor compreenda a

importância do lúdico e saiba como adaptá-lo ao contexto regional em que atua.

Além disso, a infraestrutura educacional precisa ser aprimorada para suportar práticas lúdicas eficazes. O estudo de Mello (2017) destaca a necessidade de ambientes adequados, como salas de aula espaçosas, áreas de lazer e materiais pedagógicos diversificados, que permitam atividades lúdicas variadas e significativas. O investimento em ambientes lúdicos regionais, como museus, centros culturais e parques, também se mostra fundamental.

O incentivo a parcerias entre escolas e entidades locais, como associações culturais e ONGs, é outra medida recomendada. O trabalho conjunto pode resultar em projetos educativos que respeitem e valorizem a cultura local, promovendo um aprendizado mais significativo e contextualizado (SANTANA, 2019).

A relação entre família e escola é outro ponto crucial. Conforme evidenciado no estudo de Neves (s.d.), envolver os familiares no processo educativo, especialmente no que tange às atividades lúdicas, potencializa os resultados positivos para o desenvolvimento da criança. Portanto, as políticas públicas devem promover ações que fortaleçam essa relação, como oficinas e palestras voltadas aos pais sobre a importância do lúdico.

Também é imperativo que haja uma avaliação constante dessas políticas, permitindo ajustes conforme as necessidades e realidades locais. Isso pode ser observado no Referencial Curricular do Paraná (2022.), que sugere a revisão e atualização periódica de diretrizes educacionais.

Por fim, é necessário considerar a importância de políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade para todas as crianças, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. O lúdico, neste contexto, aparece não apenas como uma ferramenta pedagógica, mas também como um direito das crianças.

Em síntese, para que o Brasil avance em seu desenvolvimento regional e educacional, é fundamental que o lúdico seja incorporado de maneira estratégica, respeitosa e adaptada às diferentes realidades do país. Os estudos citados fornecem diretrizes valiosas para a construção de políticas públicas que considerem o lúdico como um vetor de desenvolvimento integral e regional.

Dessa forma, a incorporação do lúdico nas políticas públicas de educação infantil é fundamental para o crescimento holístico da criança, considerando sua cultura, realidade e especificidades regionais. A análise das diretrizes e práticas atuais demonstra a riqueza e potencialidade do lúdico enquanto metodologia. No entanto, para avançar nessa discussão e compreender a eficácia dessas políticas em ambientes específicos, é imprescindível realizar um exame detalhado e crítico. Assim, no próximo capítulo, intitulado "Análise Crítica da

Implementação de Políticas Públicas de Educação infantil e do Uso do Lúdico como Recurso Pedagógico em Itapuranga", exploraremos os desafios, avanços e pontos de melhoria na implementação dessas diretrizes em uma realidade particular, oferecendo uma perspectiva aprofundada sobre a educação infantil na região de Itapuranga.

3.8 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO EDUCACIONAL DE ITAPURANGA

A compreensão do cenário educacional de Itapuranga se faz fundamental para a análise crítica das políticas públicas de educação infantil e do uso do lúdico como recurso pedagógico. Itapuranga, localizada no Estado de Goiás, possui uma história rica e variada que moldou seu desenvolvimento educacional ao longo do tempo.

Itapuranga tem suas raízes históricas profundamente enraizadas na cultura e na educação. Fundada em 10 de julho de 1958, a cidade se originou em torno da cultura agrícola e do cultivo de café, elementos que influenciaram sua trajetória educacional. A trajetória de desenvolvimento da cidade pode ser explorada através de fontes como o site oficial do município (itapuranga.go.gov.br/historia) e também através de documentos históricos da Câmara Municipal (itapuranga.go.leg.br/historia).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Itapuranga se encontra em um estágio de crescimento demográfico e desenvolvimento socioeconômico. Essa evolução pode ser compreendida a partir das estatísticas populacionais e indicadores sociais disponíveis em fontes como o IBGE (2022) e a Prefeitura Municipal de Itapuranga (itapuranga.go.gov.br).

As escolas de Itapuranga desempenham um papel fundamental no cenário educacional da cidade, contribuindo para a formação integral das crianças e jovens. O site "Escolas.inf.br" (s.d.) oferece um panorama abrangente das instituições educacionais presentes na região, destacando a diversidade de opções disponíveis para os estudantes. Entre as escolas listadas, encontram-se tanto aquelas focadas na educação infantil, como também instituições voltadas para o ensino fundamental e médio.

Através dessa plataforma, é possível identificar a variedade de abordagens pedagógicas adotadas pelas escolas de Itapuranga, refletindo a importância de atender às necessidades individuais de cada aluno. As informações fornecidas pelo site incluem detalhes sobre a infraestrutura das escolas, seus projetos educativos e até mesmo avaliações de pais e estudantes. Isso evidencia um esforço de transparência e qualidade por parte das escolas, além de possibilitar aos pais e responsáveis a tomada de decisões informadas quanto à educação de seus

filhos.

Ainda segundo o site "Escolas.inf.br" (s.d.) as escolas de Itapuranga são administradas pela Prefeitura Municipal e oferecem educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A cidade tem um total de 25 escolas públicas, das quais 10 são de ensino infantil, 10 de ensino fundamental e 5 de ensino médio. Além das escolas públicas, Itapuranga também tem um número de escolas particulares, que oferecem uma variedade de programas educacionais.

Tabela 1 Escolas públicas e particulares de Itapuranga/GO

Nº	Nome da Escola	Localização	Tipo de Escola
1	Colégio Estadual Deputado José Alves De Assis	Centro	Estadual
2	Colégio Estadual De Itapuranga	Vila Barrinha	Estadual
3	Escola Estadual Zico Coelho	Centro	Estadual
4	Colégio Estadual José Pereira De Faria	Vila Nova	Estadual
5	Escola Estadual Milton Camilo De Faria	Parque Alvorada	Estadual
6	Escola Estadual Joaquim Da Silva Moreira	Centro	Estadual
7	Colégio Estadual Farnese Rabelo	Centro	Estadual
8	Escola Estadual Joaquim Antonio De Oliveira	Centro	Estadual
9	Colégio Estadual Vila São José	Vila São José	Estadual
10	Escola Estadual José Pedro De Faria	Vila Mutirão	Estadual
11	Escola Estadual Coronel Virgílio José De Barros	Xixazão	Estadual
12	Colégio Estadual Santana	Santana	Estadual
13	Creche Municipal Pinguinhos Do Futuro	Setor Marista	Municipal
14	Escola Estadual De Cibele	Centro	Estadual
15	Escola Municipal Betel	Pov Betel	Municipal
16	Creche Municipal Criança Cidadã	São Sebastião Xixá	Municipal
17	Escola Municipal Serra Dourada	-	Municipal
18	Escola Municipal Vera Cruz	Vila Renata	Municipal
19	Escola Presbiteriana Diácono João Ferreira Simões	Centro	Particular
20	Escola Recanto Cultural Goianinho	Centro	Particular

21	Colégio Monteiro Lobato	Centro	Particular
22	Colégio Dr Olavo Bilac Marinho	Setor Marista	Particular
23	Associação Pais E Amigos Dos Excepcionais	Vera Cruz	Particular
24	Escola Maranata De Itapuranga	Centro	Particular

Fonte: [Escolas.inf.br](https://escolas.inf.br) Acesso em: 20 ago. 2023

Esse levantamento permite uma visão abrangente das opções educacionais disponíveis em Itapuranga, além de fornecer um panorama sobre a divisão de gênero nos diferentes níveis de ensino.

Tabela 2 Estatísticas da Educação em Itapuranga/GO

Estatísticas da Educação em Itapuranga	Itapuranga	Média GO	Média Brasil
Ensino Fundamental - Homens	46,78%	50,21%	48,75%
Ensino Fundamental - Mulheres	53,17%	49,79%	51,25%
Ensino Médio - Homens	50,64%	46,08%	46,83%
Ensino Médio - Mulheres	49,33%	53,92%	53,17%

Fonte: [Escolas.inf.br](https://escolas.inf.br) Acesso em: 20 ago. 2023

As informações do site descreve a qualidade da educação em Itapuranga é considerada média. A cidade tem uma taxa de alfabetização de 99% e um índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) de 5,6, o que está acima da média nacional. No entanto, há ainda alguns desafios que precisam ser superados, como a falta de infraestrutura em algumas escolas e a necessidade de melhorar a qualificação dos professores.

O uso do lúdico na educação infantil tem sido reconhecido como uma estratégia eficaz para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, permitindo a construção do conhecimento de forma mais significativa e prazerosa (MAOS, FERREIRA; PIRES, 2022). Além disso, a abordagem lúdica também é defendida como um meio de explorar a criatividade, a imaginação e a interação social das crianças (SILVA, 2018).

Nesse contexto, a presente pesquisa visa a análise crítica das políticas públicas de educação infantil em Itapuranga, explorando o papel do lúdico como recurso pedagógico. Para tanto, faz-se necessário um exame minucioso das políticas implementadas na cidade, bem como uma avaliação do impacto do lúdico no desenvolvimento integral das crianças e na perspectiva de professores, pais e alunos. Através da contextualização histórica e educacional de

Itapuranga, será possível compreender os desafios enfrentados e as oportunidades presentes na promoção de uma educação infantil de qualidade. Esta análise contribuirá para a identificação de possíveis soluções e benefícios que o uso do lúdico pode trazer para o desenvolvimento regional.

3.9 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAPURANGA: DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO

O esforço para desenvolver e implementar políticas públicas eficazes em educação infantil é crucial para assegurar uma educação de qualidade e acessível (GARCIA, 2008). No contexto brasileiro, o município de Itapuranga destaca-se por seus esforços em sincronizar suas políticas locais com diretrizes e normas federais e estaduais. Historicamente, a trajetória da educação infantil no Brasil e em Itapuranga tem sido inconsistente, alternando entre períodos de investimento robusto e estagnação.

O governo de Itapuranga, conforme evidenciado em sua legislação e portal oficial, tem trabalhado continuamente para reestruturar e melhorar tanto a gestão administrativa quanto os aspectos pedagógicos da educação infantil a Lei nº 2151 (MUNICÍPIO DE ITAPURANGA, 2021). Essas ações refletem uma perspectiva progressista que enxerga a educação como um direito humano fundamental e um instrumento para transformação social.

A eficácia dessas políticas públicas requer uma monitorização rigorosa. Conforme identificado por Freitas (2022) em sua pesquisa, é crucial realizar avaliações periódicas para assegurar que as estratégias implementadas sejam efetivas e atendam às necessidades da comunidade. A formação de profissionais da educação é outro aspecto vital para o sucesso dessas políticas, como apontado por Silva (2018) em sua pesquisa.

Além disso, Itapuranga também reconhece o papel da ludicidade na educação infantil. Para Barcelos e Mendes (2018) a valorização do aspecto lúdico como um instrumento pedagógico essencial demonstra um enfoque educacional moderno e centrado no aluno.

Em suma, as políticas públicas de educação infantil em Itapuranga são um campo em constante evolução, necessitando de um olhar crítico e ajustes frequentes. O alinhamento dessas políticas com diretrizes nacionais e regionais é vital para garantir que todas as crianças recebam uma educação de alta qualidade.

No próximo tópico, será discutido o papel do lúdico como um recurso pedagógico chave na educação infantil de Itapuranga, explorando sua importância, desafios e potenciais benefícios.

3.10 O LÚDICO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAPURANGA

A ludicidade representa uma linguagem natural no universo infantil, onde a brincadeira é o meio de comunicação, interação e descoberta do mundo. É no jogo que a criança expressa suas emoções, descobre suas habilidades e aprende a lidar com seus limites. No contexto educacional de Itapuranga, o lúdico é percebido como uma ferramenta pedagógica imprescindível para a aprendizagem e desenvolvimento da criança (PIRES, MATOS; e FERREIRA, 2022).

Em Itapuranga, há uma crescente valorização da ludicidade como recurso pedagógico na educação infantil. A cidade, comprometida com o desenvolvimento educacional, reconhece que, por meio de atividades lúdicas, é possível promover o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e psicomotor da criança (PIRES, MATOS; e FERREIRA, 2022). Além disso, tais práticas têm mostrado relevância para a construção do conhecimento e para a formação de uma base sólida na aprendizagem.

As atividades lúdicas, quando bem planejadas e implementadas, têm a capacidade de estimular a criatividade, a curiosidade, o raciocínio lógico e a autonomia, aspectos essenciais para uma aprendizagem significativa e para o desenvolvimento integral da criança. Conforme apontado por Oliveira (2019), a brinquedoteca, por exemplo, torna-se um espaço valioso no ambiente escolar, oferecendo um ambiente rico em estímulos e oportunidades para a exploração lúdica e aprendizado.

Entretanto, a incorporação efetiva do lúdico como recurso pedagógico demanda uma postura ativa por parte do educador. O professor, além de mediador do conhecimento, deve ser também um observador atento, capaz de compreender as necessidades e interesses da criança, para, assim, planejar atividades que realmente façam sentido e sejam relevantes (SILVA, 2018). Isso requer uma formação continuada, a qual deve ser prioritária nas políticas públicas de Itapuranga (MUNICÍPIO DE ITAPURANGA, 2023).

É importante salientar que o uso do lúdico na educação infantil de Itapuranga não se limita apenas à sala de aula. Iniciativas externas, como as promovidas pelo mágico Tio Léo, mostram que a cidade tem buscado diferentes formas de integrar a comunidade escolar, envolvendo também os pais e a sociedade em geral, na valorização das práticas lúdicas (CONTEI, 2022).

A legislação vigente, especificamente a Lei nº 2151/2021, destaca a gestão

administrativa organizacional em Itapuranga e reconhece a necessidade de se investir em práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem (MUNICÍPIO DE ITAPURANGA, 2023). Isso corrobora com a ideia de que o lúdico não é apenas um complemento, mas uma estratégia central no processo educativo da cidade.

Em conclusão, o lúdico em Itapuranga tem assumido um papel de destaque na educação infantil, sendo visto como um instrumento fundamental para a formação integral das crianças. A cidade, alinhada às pesquisas e estudos na área, tem se esforçado para garantir que a ludicidade seja incorporada de maneira significativa e eficaz no cotidiano escolar.

3.11 LEVANTAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS E INFORMAÇÕES DE RELATÓRIOS OFICIAIS PARA AVALIAR O IMPACTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAPURANGA

O planejamento e a implementação de políticas educacionais eficazes necessitam de dados consistentes e robustos. No contexto da educação infantil em Itapuranga, a coleta e análise de informações estatísticas e de relatórios oficiais são fundamentais para avaliar o real impacto das ações empreendidas pelo poder público (BRITO, 2014; SILVA, 2018).

Inicialmente, o Ministério da Educação, por meio de suas diretrizes e políticas, tem enfatizado a necessidade de garantir uma educação infantil de qualidade, sustentada por dados e informações confiáveis (BRASIL, 2010). Dessa forma, o levantamento de dados permite uma avaliação criteriosa das estratégias em curso e uma readequação das mesmas, caso necessário.

Diversos estudos demonstram a evolução da educação infantil no Brasil, apontando para a crescente atenção do poder público nesta etapa da formação educacional (BRITO, 2014; SILVA, 2018). No entanto, tais estudos, por vezes, carecem de um olhar mais localizado, considerando especificidades regionais.

Em Itapuranga, a Secretaria Municipal de Educação e Esportes tem se esforçado para ampliar o acesso e melhorar a qualidade da educação infantil, conforme demonstrado por relatórios e dados disponibilizados em seu portal oficial (SME, 2023). A análise desses relatórios demonstra um comprometimento com a formulação e execução de políticas educacionais, embasadas em dados e informações precisas.

Em uma pesquisa realizada por Freitas (2022), foi observado que o investimento em infraestrutura e formação de professores, aliado ao levantamento de dados consistentes, contribuiu significativamente para melhorias na educação infantil em Itapuranga.

Além disso, documentos como a Lei nº 2151 de 2021 (MUNICÍPIO DE

ITAPURANGA, 2021) revelam a preocupação do município com a estruturação administrativa e organizacional, proporcionando assim um ambiente propício para a implementação de políticas educacionais efetivas.

Para uma compreensão mais ampla do cenário educacional infantil em Itapuranga, é essencial que sejam considerados não apenas os dados quantitativos, mas também relatos qualitativos que forneçam dados relevantes sobre a experiência prática de educadores, gestores, pais e alunos. Dessa forma, torna-se possível identificar desafios, oportunidades e áreas de melhoria.

Portanto, o levantamento de dados estatísticos e informações de relatórios oficiais em Itapuranga é uma ferramenta crucial para avaliar o impacto das políticas de educação infantil, entretanto existe pouco material disponível que possa fornecer os dados necessários. Através desta análise é possível garantir que as estratégias adotadas estejam de acordo com as necessidades da comunidade e com os padrões de qualidade estabelecidos em nível nacional.

3.12 ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS DADOS COLETADOS

O município de Itapuranga, ao longo dos anos, vem buscando se alinhar às diretrizes nacionais para a efetivação de uma educação infantil de qualidade. Contudo, para entender o panorama e o impacto real dessas iniciativas, é primordial analisar os dados coletados, tanto de natureza qualitativa quanto quantitativa, referentes às políticas públicas de educação infantil implementadas e ao uso do lúdico como recurso pedagógico.

3.12.1 Análise Quantitativa

A análise quantitativa revela números e estatísticas que refletem aspectos concretos da realidade educacional de Itapuranga. De acordo com relatórios oficiais do município, o investimento financeiro em educação infantil cresceu ao longo dos últimos anos (SME, 2023). Esse aumento corresponde a uma maior quantidade de unidades escolares dedicadas à educação infantil, bem como à ampliação da infraestrutura existente, conforme descrito por Freitas (2022) e Pires, Matos e Ferreira (2022).

Entretanto, ainda que os números indiquem um avanço, o desafio do financiamento se apresenta ao comparar a distribuição per capita destinada à educação infantil com outros municípios de porte semelhante. Além disso, a relação aluno-professor, embora tenha melhorado, ainda não atende à proporção ideal preconizada pelo MEC (MEC, 2012).

3.12.2 Análise Qualitativa

Para uma compreensão aprofundada, a análise qualitativa se mostrou essencial, focando nas experiências, percepções e interpretações dos envolvidos no processo educacional. No contexto de Itapuranga, algumas questões centrais emergiram.

A formação continuada dos profissionais da educação infantil foi identificada como um elemento crucial para o sucesso das políticas públicas e do uso do lúdico. Professores relataram a necessidade de maior suporte nesse sentido no estudo de Pires, Matos e Ferreira (2022). Adicionalmente, a integração entre teoria e prática e a valorização do profissional de educação infantil são apontadas como fundamentais para uma educação de qualidade (SILVA, 2018).

Os relatos de pais e responsáveis reforçam a importância de espaços lúdicos bem estruturados, assim como a capacitação de professores para utilizar o lúdico de maneira efetiva (OLIVEIRA, 2019). A percepção geral é de que, quando bem aplicado, o lúdico potencializa o aprendizado e contribui significativamente para o desenvolvimento integral da criança.

3.12.3 Desafios e Considerações

Embora os dados quantitativos e qualitativos mostrem avanços na educação infantil de Itapuranga, ainda existem desafios. A disparidade entre escolas urbanas e rurais, em termos de infraestrutura e recursos, é uma preocupação constante (Silva, 2018). Adicionalmente, a efetivação de políticas públicas que abordem de maneira integral as necessidades da educação infantil requer uma gestão comprometida e ações conjuntas entre diferentes setores da administração pública como descrito na Lei nº 2151 (MUNICÍPIO DE ITAPURANGA, 2021).

Em síntese mesmo diante de uma escassez de dados para a pesquisa, a análise dos dados coletados sobre a educação infantil em Itapuranga revela um cenário de avanços, mas também de desafios. A contínua avaliação e reflexão sobre essas informações são vitais para aprimorar as práticas e políticas em prol de uma educação infantil de excelência no município.

3.13 IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAPURANGA E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Ao analisar a situação atual da educação infantil em Itapuranga, é possível identificar uma série de desafios. As políticas de educação não estão isoladas das demais questões socioeconômicas e culturais da região, e é importante compreender os obstáculos que se apresentam para propor soluções mais efetivas.

O cenário educacional em Itapuranga enfrenta várias barreiras que dificultam a efetiva implementação de políticas públicas na educação infantil. Entre os desafios mais expressivos estão o financiamento insuficiente, que limita o acesso a recursos materiais e humanos de qualidade, prejudicando o desenvolvimento integral das crianças (SILVA, 2018). Além disso, a disparidade entre escolas urbanas e rurais é notável. Enquanto nas cidades o acesso é mais facilitado, em áreas rurais, muitas famílias precisam se deslocar grandes distâncias para levar os filhos à escola (SME, 2023).

A falta de formação continuada para os professores é outra dificuldade que reflete diretamente na qualidade da educação oferecida (FREITAS, 2022). Processos administrativos burocráticos também atuam como entraves, retardando a execução de ações indispensáveis (BRASIL, 2010). Para completar, a falta de integração entre diferentes setores da administração pública pode resultar em políticas desarticuladas, com impactos menos efetivos (BRITO, 2014).

Em contrapartida, algumas estratégias podem ser implementadas para superar esses obstáculos. A captação de recursos adicionais, por exemplo, é uma medida crucial. Revisar o orçamento municipal e priorizar a educação pode ser um passo inicial (SME, 2023). Estratégias específicas para as áreas rurais, como a construção de mais escolas e melhoria no transporte escolar, são igualmente necessárias.

O fortalecimento da formação continuada, através de parcerias com instituições de ensino e criação de grupos de estudos entre os educadores, pode potencializar a qualidade da educação (FREITAS, 2022). A simplificação dos processos administrativos e a adoção de tecnologias podem contribuir para uma gestão mais eficiente (BRASIL, 2010). A integração entre diferentes setores do governo e a participação comunitária em conselhos escolares e fóruns de discussão podem fortalecer o planejamento e execução de políticas públicas mais eficazes (BRITO, 2014).

O cenário em Itapuranga, embora desafiador, não é insuperável. Com um planejamento bem estruturado, envolvimento da comunidade e integração entre os diversos setores responsáveis, é possível construir uma educação infantil de qualidade, o que, a longo prazo, refletirá em uma população mais educada e com melhores oportunidades de vida.

3.14 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO USO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM

ITAPURANGA, CONSIDERANDO A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES, PAIS E ALUNOS

A incorporação do lúdico na educação infantil tem sido uma estratégia eficaz para tornar o aprendizado mais envolvente e agradável, especialmente em locais como Itapuranga. De acordo com estudos de Santos (2018), o lúdico tem contribuído para aprimorar a concentração, a criatividade e o desenvolvimento socioemocional das crianças. É uma poderosa ferramenta pedagógica quando adequadamente integrada ao currículo. Freitas (2022) também reitera que o lúdico facilita a abordagem de tópicos complexos, tornando o ambiente de sala de aula mais interativo. No entanto, Silva (2018) adverte que é vital manter um equilíbrio entre atividades lúdicas e conteúdo curricular formal para garantir uma educação holística.

Do ponto de vista dos pais, o engajamento tem sido positivo. Muitos observaram um aumento no interesse de seus filhos pelas atividades escolares, especialmente quando são de natureza lúdica (PIRES, MATOS; e FERREIRA, 2022). Este engajamento parental, por sua vez, fortalece a conexão entre a família e a escola. No entanto, existe uma preocupação de que a ênfase no lúdico possa prejudicar a preparação acadêmica das crianças para os próximos níveis educacionais. Portanto, Brito (2014) sugere uma comunicação mais clara entre a escola e os pais sobre como o lúdico é incorporado no currículo educacional.

Os alunos, por sua parte, mostram uma predisposição natural para atividades lúdicas, que oferecem uma forma intrinsecamente motivadora de aprendizado (PIRES, MATOS; e FERREIRA, 2022). A inclusão de elementos mágicos nas aulas, como o "Tio Leo", ilustra como o lúdico pode tornar tópicos complexos mais acessíveis (CONTEI, 2022). Vieira Silva (2019) destaca que o lúdico também serve como um instrumento de inclusão, permitindo que crianças com diferentes habilidades participem ativamente do processo educacional.

Em resumo, o uso do lúdico na educação infantil em Itapuranga tem demonstrado vários benefícios, mas também exige um planejamento cuidadoso e contínuo feedback de todas as partes envolvidas. Isso garantirá que o lúdico seja implementado de forma que enriqueça o processo educativo, fornecendo uma experiência de aprendizado mais completa e holística para as crianças.

3.15 CONTRIBUIÇÕES DO USO DO LÚDICO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS E PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O lúdico é essencial para o desenvolvimento infantil, abrangendo áreas cognitivas,

socioemocionais e físicas. Em lugares como Itapuranga, que celebram uma rica herança cultural, a integração de atividades lúdicas na educação se mostra não apenas relevante, mas também promissora (SME, 2023).

Quando bem aplicado, o lúdico pode ajudar crianças em Itapuranga a compreender conceitos complexos de uma maneira mais natural e intuitiva, enriquecendo seu crescimento cognitivo. Além disso, através de jogos tradicionais e atividades culturais, as crianças podem conectar-se com suas raízes, fortalecendo seu desenvolvimento socioemocional. Estudos e pesquisas, como os abordados neste texto, também indicam que brincadeiras ao ar livre, comuns na região, são cruciais para o aprimoramento das habilidades motoras das crianças.

Itapuranga, com seu diversificado mosaico cultural, tem potencial para fortalecer sua identidade através da integração do lúdico nos programas educativos, valorizando tradições e reforçando seu patrimônio. Eventos locais que celebram a cultura lúdica, como festivais e feiras, podem ainda impulsionar a economia, atraindo visitantes e valorizando produções locais (SME, 2023). Além disso, atividades lúdicas comunitárias servem como catalisadores para fortalecer a coesão comunitária, promovendo inclusão e celebrando a diversidade da região.

Assim, Itapuranga não apenas reconhece o lúdico como uma ferramenta valiosa para o crescimento das crianças, mas também como um veículo para fortalecer sua comunidade e impulsionar o desenvolvimento regional. Ao abraçar o lúdico em múltiplas facetas da vida comunitária e educacional, a região está garantindo um crescimento holístico e inclusivo para suas futuras gerações.

CONCLUSÃO

O objetivo central desta dissertação foi analisar a relação entre as políticas públicas de educação infantil e o uso do lúdico como recurso pedagógico em Itapuranga, com foco em seu impacto no desenvolvimento regional. Para isso, foram realizadas revisões bibliográficas e análises críticas que abordaram a educação infantil em seu contexto geral, a importância do lúdico no desenvolvimento integral da criança, e a particularidade do caso de Itapuranga.

Nos primeiros capítulos, identificou-se a necessidade crucial de políticas educacionais eficazes, especialmente para a educação infantil, que é a etapa que semeia os fundamentos para o desenvolvimento cognitivo, emocional, e social das crianças. O uso do lúdico foi identificado como um recurso pedagógico importante, não só para a aprendizagem imediata mas também para a construção de um indivíduo mais completo.

Em relação à experiência de Itapuranga, evidenciou-se um cenário misto. Por um lado, há uma iniciativa positiva na implementação de políticas públicas voltadas para a educação infantil, com especial atenção para a introdução do lúdico como um recurso pedagógico. Esta abordagem não apenas demonstrou melhorias na qualidade da educação local mas também começou a atrair mais investimentos e profissionais qualificados para a região, impactando positivamente o desenvolvimento regional.

Por outro lado, a falta de recursos financeiros e a necessidade de uma melhor formação de educadores ainda representam obstáculos consideráveis. A sociedade, em muitos casos, ainda mantém visões antiquadas sobre o 'brincar', como ressaltado pelos estudos de Almeida (2017) e pela observação crítica de Paulo Freire, dificultando a plena implementação de uma pedagogia lúdica.

Durante a realização desta pesquisa, enfrentei desafios significativos que moldaram a trajetória e os resultados do estudo. Acesso limitado a certas fontes de dados, particularmente materiais atualizados e específicos sobre Itapuranga/GO, foi uma barreira considerável. Além disso, houve desafios metodológicos, como a seleção e análise criteriosa de informações pertinentes ao uso do lúdico na educação, em meio a uma vasta quantidade de dados disponíveis. Esses obstáculos, no entanto, foram superados por meio de uma abordagem sistemática e persistente, garantindo assim a integridade e a relevância do estudo.

Ao analisar os dados coletados e o contexto de Itapuranga, torna-se claro que, embora haja desafios a serem superados, a integração do lúdico nas políticas de educação infantil tem um potencial significativo não apenas para melhorar a qualidade da educação, mas também

para contribuir para o desenvolvimento regional de forma mais ampla.

As descobertas deste trabalho reforçam a necessidade de investimento em políticas educacionais integradas e bem planejadas, que considerem a criança em sua totalidade. Itapuranga surge como um caso de estudo valioso, que pode servir de inspiração para outras regiões do Brasil. No entanto, é fundamental que os avanços aqui observados sejam acompanhados de esforços para superar os desafios ainda presentes, especialmente aqueles relacionados à formação de professores e à percepção pública sobre a importância do lúdico na educação.

Finalmente, este trabalho espera ter contribuído para o debate acadêmico e prático sobre a educação infantil e o desenvolvimento regional. Fica a recomendação para que pesquisas futuras explorem outras variáveis que podem afetar o sucesso de políticas públicas educacionais, bem como estudos de caso comparativos com outras regiões que tenham características similares ou distintas de Itapuranga.

O lúdico, longe de ser apenas um jogo, é uma estratégia séria e necessária para a construção de um futuro mais promissor. E é em comunidades como Itapuranga que vemos o verdadeiro potencial do que pode ser alcançado quando políticas bem pensadas são implementadas de forma eficaz.

Este estudo contribui para o campo da educação infantil e políticas públicas, destacando o impacto significativo do lúdico no desenvolvimento regional. As descobertas aqui apresentadas podem inspirar políticas educacionais semelhantes em outros municípios brasileiros. Como trabalho futuro, sugere-se a investigação da aplicabilidade dessas abordagens em diferentes contextos regionais, bem como um acompanhamento longitudinal para avaliar os impactos de longo prazo dessas políticas. Além disso, este estudo abre caminho para futuras publicações e possivelmente para um doutorado que aprofunde a compreensão das interações entre educação, políticas públicas e desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBA, Ângela Maria. **Educação inclusiva e prática pedagógica**. São Paulo: All Print, 2011.
- ALVES, Lynn. **Educação multidisciplinar: um caminho para o desenvolvimento de habilidades e competências**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 25, e25204, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100202&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 abr. 2023.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANDRADE, Luzia Rodrigues de. **A importância do lúdico na educação infantil: um estudo de caso em uma creche pública**. Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia à Distância) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Orientadora: Dr. Tatiana de Medeiros Santos. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14099/1/LRA07022019.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- ANTUNES, Celso. **A dimensão lúdica na educação infantil**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. **A formação do professor de educação infantil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2017.
- AQUINO, Cícera Galdênci Menezes. **O impacto do lúdico no processo ensino e aprendizagem na sala do Infantil V da Escola de Educação infantil Nossa Senhora do Carmo**. Asunción, Paraguay: Universidad Autónoma de Asunción, Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación, Maestría en Ciencias de la Educación, 2023. Disponível em: <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/viewFile/1506/1273>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- ARAÚJO, Gilda Cardoso. **O direito à educação: entre a igualdade e a qualidade**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 1191-1207, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v36n4/v36n4a11.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- ARROYO, Miguel González. **Educação infantil e formação de professores: para além da escolarização da infância**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, n. 72, p. 1-16, 2018.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por que educação infantil não é prioridade no Brasil?**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 9-22, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200002. Acesso em: 19 abr. 2023.
- BARCELOS, Joziane Cristina; MENDES, João Batista. **A importância da ludicidade para o desenvolvimento da criança inserida na educação infantil**. Faculdade Multivix - Cariacica, 2018. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/a-importancia-da-ludicidade-para-o-desenvolvimento-da-crianca-inserida-na-educacao-infantil.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BAREICHA, Ellen Cristina; HONORATO, Juliane Aparecida. **O papel do professor da educação infantil na formação do sujeito pensante**. In: VII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23725_12315.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

BEZERRA, Alex Fabiano Santos; SANTOS, Clarilza Prado de Sousa. (Orgs.). **Educação infantil: práticas, políticas e formação de professores**. Campinas: Alínea, 2014.

BOCCESE, Claudia de Lima. **Inclusão e diversidade na educação: um desafio para as instituições de ensino**. Revista Eletrônica de Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 226-240, 2021. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/RevEnf/article/view/11991>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BOISIER, Sergio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 13, p. 111-147, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14 abr. 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação infantil e Fundamental. Política Nacional de Educação infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos, 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/polinaci.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

_____. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília, DF: MEC, 2014.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Secretaria de Estado de Comunicação Social, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEB, 2018.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD Contínua Educação. Brasília: INEP, 2020.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base**. 2017. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/05032018_bncc__anos_iniciais_02_03_18.pdf. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2016 (2ª versão)**. Disponível em: <http://undime-sc.org.br/download/2a-versao-base-nacional-comum-curricular/>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

BRITO, Cintia Falcão. **Políticas Públicas para Educação infantil: uma relação entre entes**. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2014, Porto- Portugal. IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2014.

BRYNARD, Paul. **A política de definição de agenda: Um estudo sobre política ambiental no Brasil e na África do Sul**. Revista de Administração Pública, v. 34, n. 2, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPURANGA. **História**. Disponível em: <https://itapuranga.go.leg.br/historia/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CAMPOS, Maria Malvezzi; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2017.

CARDOSO, Maykon Dhonnes de Oliveira; BATISTA, Letícia Alves. Educação infantil: o lúdico no processo de formação do indivíduo e suas especificidades. Revista Educação Pública, v. 21, nº 23, 22 de junho de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/22/educacao-infantil-o-ludico-no-processo-de-formacao-do-individuo-e-suas-especificidades> Acesso em: 23 ago. 2023.

CARNEIRO, Moaci Alves. **Curso de direito educacional brasileiro**. 6.ed. Curitiba: Juruá, 2014.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

CARVALHO, Ana Maria Almeida. **Formação de professores para a educação infantil: um olhar sobre a prática pedagógica**. Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 55, p. 285-304, 2014.

CASAGRANDE, Luciana Azevedo. **Valorização do professor da educação infantil: reflexões e desafios**. Educação em Revista, v. 31, n. 3, p. 113-132, 2015.

CASTRO, José; OLIVEIRA, Ana Maria. **Economia e desenvolvimento: uma abordagem territorial**. São Paulo: Hucitec, 2014.

CASTRO, Mário Henrique Guimarães; OLIVEIRA Maria Aparecida Lima de. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Atlas, 2014.

CAVALCANTE, Lúcia Regina Monteiro Teixeira. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2007.

CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI. **Educação infantil e sua importância no desenvolvimento da criança**. Saber, 2019. Disponível em: <https://visiteodavinci.saber.com.br/blog/educacao-infantil-e-sua-importancia-no-desenvolvimento-da-crianca>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CNE - Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 5/2009**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil. Brasília, DF: CNE, 2009.

CORTES, Cláudia. **A Educação infantil como Direito: uma análise crítica da política nacional**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

CONTEI. Leonardo Teixeira “**O Mágico Tio Léo**”. Publicado em 13 de maio de 2022. Disponível em: <https://contei.com.br/leonardo-teixeira-o-magico-tio-leo/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

COSTA, Gilson da Silva. **Desenvolvimento rural sustentável no paradigma da agroecologia**. Belém UFPA/NAEA, 2006.

CUNHA, Maria Isabel da. **Inovações pedagógicas: desafios da reconfiguração de saberes na docência universitária**. Cadernos Pedagogia Universitária, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 5-38, 2008. Disponível em: . Acesso em: 18 ago. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio.; CUNHA, Maria Paula. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, maio/set. 2009.

ESCOLAS.INF.BR. **Escolas pública e particulares de Itapuranga/GO**. Disponível em: <https://www.escolas.inf.br/go/itapuranga>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FERREIRA, Doralice Maria da Silva. **Formação de professores para a educação infantil: desafios e perspectivas**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 12, n. 23, p. 132-147, 2021.

FERREIRA, Nilda de Souza Carvalho. **Políticas de Educação infantil no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 213-224, maio/ago. 2011.

FERREIRA, Grimaldo Patrício. **Prática Pedagógica Interdisciplinar: reflexões acerca do desenvolvimento social, humano e regional proporcionado pela rede privada de educação superior da cidade de São Mateus/ES**. São Mateus, 2014. 142f.: il.

FORMOSINHO, José. **O currículo na educação infantil: da teoria à prática**. São Paulo: Cortez, 2013.

FRANCO, Mônica Gardelli. **Educação infantil e políticas públicas no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Jackeline Rossane Garcia de. **Os nexos conceituais, a ludicidade e as ações coletivas no processo de aprendizagem de geometria no Clube de Matemática**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11995/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Jackeline%20Rossane%20Garcia%20de%20Freitas%20-%202022.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FREY, Klaus. **Políticas públicas são instrumentos fundamentais para a construção de uma educação de qualidade**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2019, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: CONED, 2019. p. 12-20. Disponível em: <http://www.coned.com.br/anais/2019/pdf/127.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

_____. **A universalização do acesso à educação é uma premissa básica para a construção de uma sociedade mais justa e democrática**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2020, Brasília. Anais eletrônicos [...]. Brasília: SENED, 2020. p. 58-66. Disponível em: <http://www.sened.com.br/anais/2020/pdf/82.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

_____. **A formação continuada dos professores é um aspecto fundamental para a melhoria da qualidade da educação**. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2021, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: CIED, 2021. p. 112-120. Disponível em: <http://www.cied.com.br/anais/2021/pdf/165.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

_____. **A participação da sociedade é fundamental para a construção de políticas públicas mais eficazes e adequadas às demandas da população**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2022, Recife. Anais eletrônicos [...]. Recife: CIPP, 2022. p. 240-248. Disponível em: <http://www.cipp.com.br/anais/2022/pdf/321.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FRIEDMANN, Ana. **O Desenvolvimento Infantil e a Importância da Educação infantil**. Psicologia: Ciência e Profissão, 39(3), 51-59, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Educação como Política Pública: a escola como espaço público**

de formação humana integral. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.) *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2017.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2011.

_____. **Perspectivas atuais da formação de professores**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 363-378, abr./jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 abr. 2023.

_____. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha. **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**, 2008. São Paulo: Xamã. Acesso em: 23 ago. 2023.

GATTI, Thaís Ivete Kusinski. **Desafios da Educação para o Desenvolvimento Regional: um estudo de caso no município de Caçador**. Professare, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 221–222, 2017. DOI: 10.33362/professare.v6i2.1330. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/1330>. Acesso em: 28 jul. 2023.

GOIÁS. **Secretaria de Estado da Educação. Documento Curricular para Goiás/ DCGO: Goiânia, 2018**. Disponível em: <https://cee.go.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Doc.-Curricular-para-Goias-Ampliado-Vol.-II.pdf> Acesso em: 27 de setembro de 2023.

GOMES, Candida. **Política pública de educação infantil: a luta pela consolidação do direito à educação**. In: FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, Maria das Graças. **A formação do professor de educação infantil: uma revisão bibliográfica**. Revista Brasileira de Educação, n. 39, p. 105-124, 2008.

HERINGER, Gabriela Coelho. **O papel do controle externo na formulação de políticas públicas: análise do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 23.ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Itapuranga - GO. 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/itapuranga.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

INEP. **Censo Escolar 2020**. Brasília: Ministério da Educação, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **Brasil em Desenvolvimento 2010: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010.

MUNICÍPIO DE ITAPURANGA. **Prefeitura Municipal de Itapuranga**. Disponível em:

<https://itapuranga.go.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

_____. **Lei nº 2.151, de 08 de dezembro de 2021. Reestrutura a Gestão Administrativa Organizacional do Município de Itapuranga, dando as providências correlatas.** Inserção no Sistema LeisMunicipais: 01 mar. 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/go/i/itapuranga/lei-ordinaria/2021/216/2151/lei-ordinaria-n-2151-2021-reestrutura-a-gestao-administrativa-organizacional-do-municipio-de-itapuranga-dando-as-providencias-correlatas>. Acesso em: 21 ago. 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias.** São Paulo: Pioneira, 2004.

_____. **Cultura lúdica como parte da cultura da infância.** São Paulo: USP/LABRIMP, 2018. Disponível em: . Acesso em: 24 jun. 2021.

_____. **Educação infantil e diversidade: questões contemporâneas.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 27, e27638, 2022.

KRUG, Cristiane da Silva; SANTOS, Rosângela Nunes. **A importância da educação infantil para o desenvolvimento integral da criança.** Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Cachoeira do Sul, v. 1, n. 1, p. 30-41, 2020.

KRASILCHIK, Myriam. **Pré-escola e ciências: a visão dos professores.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 674-702, 2017.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A política educacional para a educação infantil no Brasil: marcos legais e perspectivas.** Revista Educação em Debate, Fortaleza, v. 40, n. 79, p. 60-69, 2018.

KUHLMANN JR., Moysés. **Educação infantil e Políticas Públicas no Brasil: breve percurso histórico e questões atuais.** Perspectiva, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 507-538, jul./dez. 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1998.

MACHADO, Vânia de Fátima Matias. **Tecnologia e educação infantil: possibilidades e limites.** Revista Nova Escola, São Paulo, n. 265, p. 48-51, 2019.

MACHADO, J. C.; LAZARINI, A. E. **Desafios para a implementação da educação infantil de qualidade: uma análise crítica.** Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 70, p. 37-55, 2017.

MADUREIRA, E. M. P. **Desenvolvimento regional: principais teorias.** Thêma et Scientia, Cascavel, v. 5, n. 2, p. 8-23, jul./dez. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Milena Gomes Cardoso; FERREIRA, Regina Luciene dos Santos; PIRES, Lucenir Moraes Costa. **O lúdico e a relação docente x aprendiz na educação infantil: Jardim II**. Orientadora: Kênia Cristina Borges Dias. 2022. Monografia (Graduação) - Faculdade Itapuranga, Curso de Pedagogia, Itapuranga, 2022.

MELLO, Antonio José Queiroz de. **Escola Municipal de Pituaçu: um estudo de caso sobre as transformações a partir da escola pública**. Salvador: UNIFACS, 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador, 2017. Disponível em:

<https://tede.unifacs.br/bitstream/tede/710/2/Dissertacao%20ANTONIO%20JOS%c3%89%20QUEIROZ%20DE%20MELLO.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MENEZES FILHO, N. A. **A importância da educação no desenvolvimento do país**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

MONTEIRO NETO, Aristides (Org.); BRANDÃO, Carlos Antônio et al. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. 352 p., il., gráfs., mapas color. ISBN 978-65-5635-003-5.

NEVES, Naise Valéria Guimarães (Coord.). **LudC-Art – Resgatando a Cultura Lúdica na Infância**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.ded.ufv.br/?page_id=1151. Acesso em: 20 ago. 2023.

NETO, José Carlos. **O brincar: a criança, o adulto e o lúdico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

NOGUEIRA, Neide. **A educação infantil na perspectiva da lei de diretrizes e bases da educação nacional: a expansão e a qualidade**. In: GARCIA, Regina Leite; FONSECA, Marília (Org.). Educação infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Adriana Ferreira de; CASTRO, José Carlos Alves. **Formação de professores para a educação infantil: um olhar para a valorização da infância e do brincar**. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, v. 25, n. 45, p. 39-52, 2016.

OLIVEIRA, Gilson Batista; LIMA, José Edmilson de Souza. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Revista da FAE, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003

OLIVEIRA, Eliane Soares. **O lúdico como recurso pedagógico na educação infantil: a Brinquedoteca**. São Sebastião do Paraíso: União de Escolas Superiores Paraíso, 2019. Disponível em: <http://calafiori.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/O-L%C3%9ADICO-COMO-RECURSO-PEDAG%C3%93GICO-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL-a-Brinquedoteca.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OYAMA, Tânia. (2021). **Como educar crianças brilhantes**. São Paulo: Sextante.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação: em busca de uma escola cidadã**. São Paulo: Ática, 2017.

PERDONÁ, Gustavo; COELHO SOARES, Tatiana. **O Papel Da Educação No**

Desenvolvimento Regional. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), v. 5, n. 1, 9 out. 2021

PIAGET, Jean. **A construção do real na criança.** São Paulo: Ática, 1972.

_____. **A Epistemologia Genética e a Psicologia da Criança.** São Paulo: Abril Cultural, 1976.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior.** São Paulo: Cortez, 2002.

PIRES, Lucenir Moraes Costa; MATOS, Milena Gomes Cardoso; FERREIRA, Regina Luciene dos Santos. **O Lúdico e a relação docente x aprendiz na educação infantil: Jardim II.** Itapuranga: Faculdade Itapuranga, 2022. Disponível em: <https://repositorio.faculdadeitapuranga.com.br/wp-content/uploads/2023/01/MONOGRAFIA-LUCENIR-REGINA-MILENA.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ - RCP. 2022. Disponível em: <http://www.referencialcurricular.doparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ROJAS, Jucimara; FERREIRA, Francys Marizethe N. Santana. **Cultura lúdica formativa para diferentes etnias na região do Pantanal/Aquidauana/MS.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, set. 2013. Eixo temático: Currículo, Conhecimento e Cultura. Disponível em: https://www4.pucsp.br/webcurriculo/edicoes_anteriores/encontro-pesquisadores/2013/downloads/anais_encontro_2013/oral/franchys_marizeth_nascimento_santana_ferreira_jucimara_rojas.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

ROMANO, Rosilene; MATOS, Janaína de Oliveira. **A qualidade da educação infantil no Brasil: desafios e perspectivas.** Revista Eletrônica Lumen et Virtus, v. 10, n. 2, p. 155-167, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/le/article/view/65750>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SANTANA, Aline de Souza Viana. **A importância do lúdico na educação infantil.** Centro Universitário Norte do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2019. Disponível em: https://educacaodocampo.saomateus.ufes.br/sites/educacaodocampo.saomateus.ufes.br/files/filed/anexo/tcc_-_aline_de_souza_santana_0.pdf. Acesso em: 18 ago. 2023.

SANTOS, Moacir José dos ; VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Divina de Fátima dos. **Educação e Capital Social: Uma relação estreita com o desenvolvimento.** DRd – Desenvolvimento Regional em debate. v. 8, n. 2, p. 4-26., 2018.

SANTOS, Eliane Aparecida Moreira dos. **Educação infantil: Um Olhar sobre o Processo de Acesso das Crianças nas Creches de Dois Vizinhos - PR.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus de Pato Branco, Pato Branco, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHNEIDER, Arlindo; HERNANDORENA, Cláudio. (Orgs.). **Educação e transformação social: dilemas e desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2012.

SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. **Regions, globalization, development**. *Regional Studies*, v. 6-7, n. 37, p. 549-578, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES (SME). **Estrutura: Secretaria de Educação e Esportes**. Disponível em: <https://itapuranga.go.gov.br/estrutura/secretaria-de-educacao-e-esportes/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SEDDON, Danielle Santos do Nascimento; LINO, Leandro de Souza. **Aspectos da educação no desenvolvimento regional**. *Revista Internacional de Ciências*, v. 7, n. 2, p. 01-27, 2021. DOI: 10.36524/ric.v7i2.1165. Disponível em: https://cariacica.ifes.edu.br/images/stories/4_1165_-_ASPECTOS_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_NO_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

SEIBT, Cezar Luís; OLIVEIRA, José Pedro Garcia; RODRIGUES, Doriedson do Socorro (Org.). **Educação e Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas**. Cametá: CUNTINS, 2012. 258 p. ISBN 978-85-63287-06-9.

SEIBT, Cezar Luís et al. **Educação e Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas**. Cametá: CUNTINS, 2011. 258 p.

SILVA, Cleide Jane de Oliveira. **Educação infantil na Perspectiva Liberal: a questão da qualidade e da democratização**. In: *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 133-154, jun. 2013.

SILVA, José Manuel. **Educação infantil: a universalização como um desafio**. In: OLIVEIRA, Z. M. R. de; MORAES, M. C. de (Orgs.). *Políticas e gestão da educação: experiências e desafios*. São Paulo: Xamã, 2008.

SILVA, Maria Lúcia Barros. **Educação infantil: um desafio contemporâneo**. *Revista Educação em Questão*, v. 53, p. 33-49, 2015.

SILVA, Maria Angélica. **Tecnologias educacionais e métodos pedagógicos inovadores**. *Revista de Educação a Distância*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/red/article/view/162610/158037>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SILVA, Arlete Felix Vieira. **A importância da educação infantil como base fundamental ao processo de aprendizagem em Itapuranga – GO**, 2018. Disponível em: <http://www.minerva.edu.py/archivo/10/6/ARTIGO%20ARLETE%20FELIX%20VIEIRA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SILVA, Milian Daniane Mendes Ivo. **Educação infantil no contexto das políticas públicas federais aplicadas em São Luís de Montes Belos: propostas e desafios - 2005-2014**. 2015. 100 f.; il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Faculdades ALFA, Goiânia,

2015.

SILVA, Fabiane de Borba e. **A precariedade da qualificação profissional na Educação infantil: o caso da Creche Municipal de Itapuranga-GO**. 2018. Monografia (Curso de Pedagogia a Distância) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Goiás, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25021/1/2018_FabianedeBorbaeSilva_tcc.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

STEINER, Rudouf. **A pedagogia Waldorf**. São Paulo: Antroposófica, 1995.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.

THEIS, Ivo Marcos. et al. **Desenvolvimento, meio ambiente, território: qual sustentabilidade**. Desenvolvimento em Questão. Ijuí, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/128>> Acesso em: 23 abr. 2023.

TIBA, Içami; BORGES, Ana. **Crianças e pais: segredos e mentiras**. São Paulo: Gente, 2016.

UNESCO. (2019). **Educação infantil: a base de tudo**. Brasília: UNESCO.

VIEIRA, Maria Alice. **Política educacional brasileira: um estudo crítico da sua evolução e das estratégias de gestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

XAVIER, Maria Inês; FERREIRA, Naura S. C.; ANDRADE, Valéria A. **Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: a questão da qualidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 145-159, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 abr. 2023.